visitação

O ARQUIVO: MEMÓRIA E PROMESSA

visitação

O ARQUIVO:
MEMÓRIA E PROMESSA

Vasco Fernandes, conhecido como Grão Vasco (1475–1542), *Visitação*, c. 1506–1511, Museu de Lamego (pormenor).

APRESENTAÇÃO

Propor uma História da SCML contada a partir do acervo do Arquivo Histórico foi intencional. Sugeriram-me outros temas mas fiz questão de que fosse este o tema da exposição com que se inaugura a Galeria de Exposições Temporárias: a história da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Que melhor tema poderia haver?

O Arquivo Histórico da Santa Casa é o guardião da identidade da Instituição e os verdadeiros tesouros que escrupulosamente preserva são a raiz que nos permite saber quem somos e continuar a crescer e a renovar a nossa Missão, fiéis ao Compromisso assumido há 516 anos, de levar a esperança àqueles a quem por vezes a vida retirou já tudo o mais.

Na altura em que comemora os seus quinhentos e dezasseis anos e num momento da vida Nacional em que a erosão do tecido social torna mais do que nunca pertinentes os objetivos a que nos propomos, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma instituição moderna, dinâmica e multifacetada, que impregna quotidianamente a vida dos portugueses em geral e dos Lisboetas em particular e que todos julgam conhecer.

Em tempo de virtudes mediáticas, a esta notoriedade não corresponde no entanto o devido conhecimento da sua História e Património nem, consequentemente, o devido reconhecimento por uma obra notável em tantos domínios do saber e do bem-fazer, às quais temos o dever de prestar homenagem.

Daí termos escolhido o Arquivo Histórico como ponto de partida, testemunha silenciosa que é de uma caminhada ininterrupta e ímpar, que todos os que passam por esta Casa são chamados a percorrer. Não se espere uma narrativa submetida à história oficial, deliberadamente pretendeu-se fazer caminho seguindo de perto os testemunhos de gente anónima e desprotegida, dando-lhes voz e protagonismo.

Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa será uma leitura, feita hoje, uma *visitação* que nos leva, precisamente, a entender o Arquivo como memória viva, contendo em si sinais e promessas que interpelam.

Acreditamos que esta viagem de quinhentos e dezasseis anos ainda agora começou e que continuaremos a ser capazes de reinventar, no futuro, esta herança de que muito nos orgulhamos e vos convidamos a visitar.

PEDRO SANTANA LOPES

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

APRESENTAÇÃO

Foi com o maior entusiasmo que abraçámos este desafio, lançado pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de organizar uma exposição relativa à História desta Instituição, por ocasião das comemorações dos seus 516 anos.

No momento inaugural da nova Galeria de Exposições Temporárias da Santa Casa, *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa* é a exposição com que a Misericórdia de Lisboa promove o encontro entre a sua história secular e a arte contemporânea.

Tendo como inspiração o acervo do Arquivo Histórico da Misericórdia, e muito em particular as séries documentais relacionadas com as "Crianças Expostas", os "Presos e Cativos", a Saúde e o Apoio Social, o olhar do fotógrafo Daniel Blaufuks, do cineasta Pedro Costa e do compositor João Madureira criam novas leituras sobre alguns dos momentos mais marcantes da Instituição, apresentando-as, pelo génio artístico e numa linguagem moderna, ao olhar do *visitante*.

Com curadoria de Paulo Pires do Vale, esta exposição, à margem da ideia de uma mostra retrospetiva, antológica ou historicista sobre a Misericórdia de Lisboa, pretende antes, como já propunha Robert Bresson, deixar que o todo se adivinhe através das suas partes. E adivinhar o todo é aqui intuir a grandeza de uma instituição singular, pioneira nos cuidados e profundamente humanista desde a sua génese, agora revelada nas novas interpretações que o seu património documental suscitou aos artistas em presença.

Na certeza de que, como também sugeria Bresson, *criar é estabelecer relações novas entre pessoas e coisas que existem*, *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa* parte da riqueza do passado da Misericórdia de Lisboa e da sua história de amparo, juntando-lhe, no presente da criação artística, um futuro pressentido na continuidade da sua Missão.

E a par daquela que é considerada a Missão Maior – o auxílio ao "outro", inscrito no código genético da Santa Casa desde a sua fundação pela rainha D. Leonor, em 1498 – o investimento na Cultura ganha hoje cada vez mais peso. Pela mão da atual Administração e em sinal disso, a nova Galeria de Exposições Temporárias abre portas. Espaço próprio para a promoção de novas reflexões – para *provocar curiosidades*, também no dizer de Bresson – a nova Galeria assume-se como território de encontro entre o passado e o futuro, encontros possíveis no momento único da experimentação artística, presente fecundo para o questionamento do indivíduo e do(s) mundo(s) em que habita.

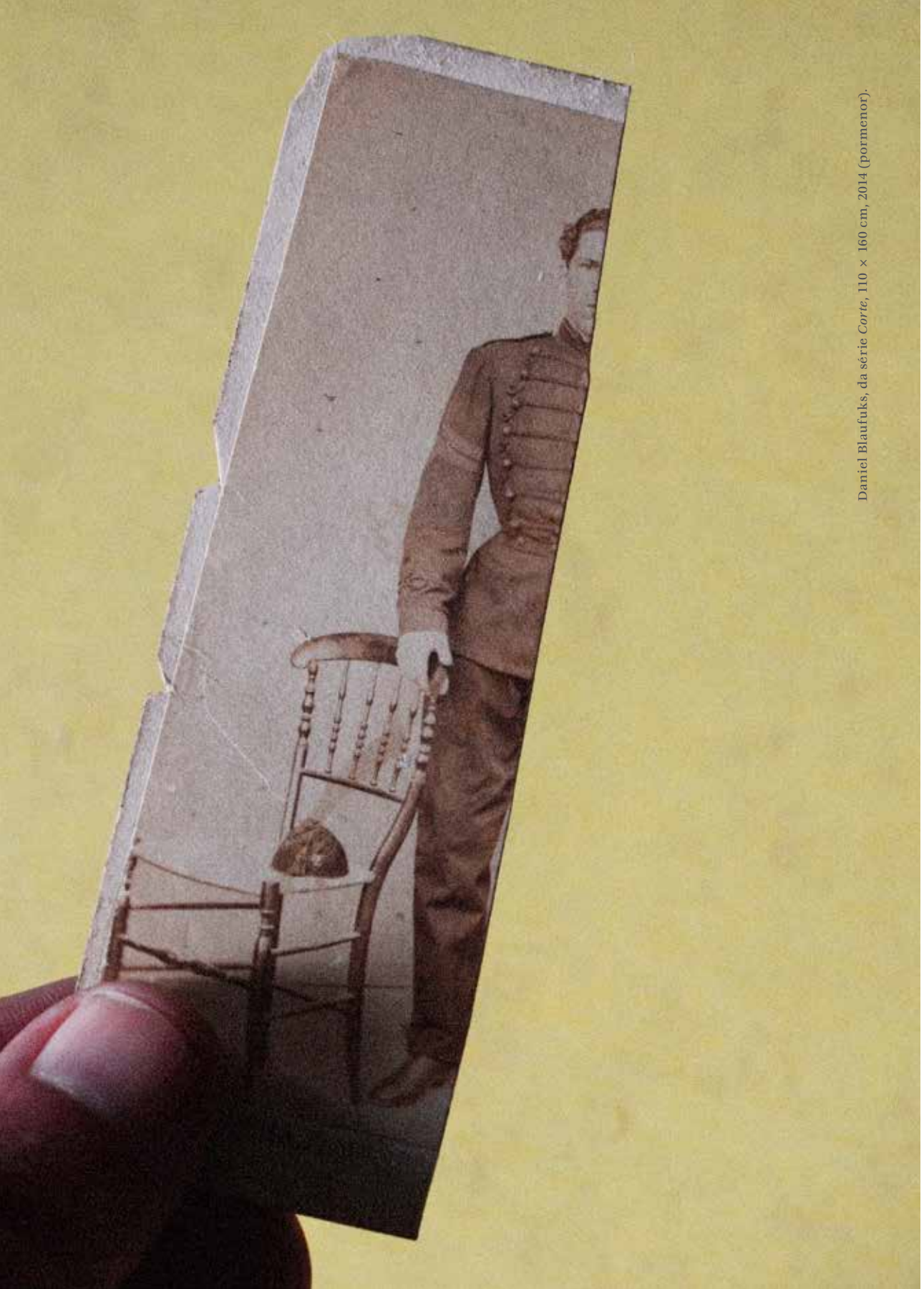
Numa lógica de circularidade temporal, *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa* une, indelevelmente, a tradição e a História da Santa Casa aos olhares contemporâneos de quem marca caminho nas vanguardas artísticas. Entendendo a Cultura como elemento de promoção do Homem ao serviço do conhecimento de si e do "outro", seu semelhante, é pois com particular satisfação que a Misericórdia de Lisboa oferece o seu passado e o seu presente de excelência, recriados nas obras de Daniel Blaufuks, Pedro Costa e João Madureira e aqui dadas à fruição.

Pensando todo este projecto numa lógica de equipa, resta ainda agradecer a todos, e são muitos, os que pelo seu generoso empenho contribuíram para a realização desta exposição, nomeadamente às Instituições que gentilmente cederam obras que muito enriqueceram o acervo que agora se apresenta e à Lusitânia Seguros, nossa parceira em mais esta iniciativa cultural.

Uma última palavra de agradecimento para a equipa do Departamento de Gestão Imobiliária e Património, nomeadamente a sua Directora Helena Lucas, pelo trabalho desenvolvido, que permitiu a reabertura desta Galeria de Exposições Temporárias.

MARIA MARGARIDA MONTENEGRO

Diretora da Cultura da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



Daniel Blaufuks, da série *Corte*, 110 × 160 cm, 2014 (pormenor).

VISITAÇÃO E ERRÂNCIA: EXPOR-SE AO ARQUIVO

para José Mattoso

O historiador é um profeta virado para trás.

F. Schlegel[1]

Em história tudo começa com o gesto de pôr de parte, de reunir, de transformar em documentos certos objectos distribuídos de outro modo.

M. de Certeau

1. O resto

Esta exposição propõe uma relação com um arquivo. Com o *rasto* que o passado deixa na sua passagem. Por esse motivo, a história segue um "paradigma indiciário"[2], o rasto permite um modo de conhecimento *indirecto*, como na medicina: através dos sintomas chega-se à patologia. Mas o médico ainda analisa algo presente, ao passo que o objecto da história já não existe – aquilo a que temos acesso é ao *resto*. É desse resto, é desse rasto, que trata esta exposição. Como a história, ela é a introdução de uma falha no presente, porque os *vestígios* remetem para algo que falta, reenviam a um ausente. A história – e esta exposição, assumindo esse modelo como inspiração – é, segundo Michel de Certeau, a *prática do desvio*.

Cedo percebi que não iria fazer uma exposição com a pretensão pedagógica de contar a história dos 516 anos da Misericórdia de Lisboa. Centrei-me naquilo que é, em relação a esta instituição, o mais específico e o mais intemporal: o desejo de realização das *14 Obras de Misericórdia*, que surgem identificadas no *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* como o seu ideário. Parti desse núcleo para escolher documentos do Arquivo que mostrassem como se cumpriu ou realizou essa intenção ao longo da história: sem o desejo da exaustividade, antes seguindo o modelo da exemplaridade. Desse modo, não seguindo uma narrativa histórica, esta exposição enraíza-se, no entanto, na história e na nossa comum condição histórica, investigando a nossa relação com o passado e o modo de seleccionar, conservar e classificar os documentos que se tornam prova ou testemunho de um *outro* ausente – e um *outro* que, segundo os ensinamentos dos pioneiros da Nova Histó-

1. Fragmento 80, tradução inédita de Bruno Duarte, a quem agradeço a generosidade e o rigor - Friedrich Schlegel, *Fragmentos*, seguido de *Sobre a incompreensibilidade*. Apresentação, tradução e notas de Bruno Duarte. Lisboa: Documenta, 2014 (no prelo).

2. Carlo Ginzburg, *Mythes, emblèmes et traces. Morphologie et histoire*. Paris: Flammarion, 1989, p.154.

ria, os fundadores da revista *Annales d´histoire économique et sociale*[3], deixou de ser apenas o Rei ou os poderosos, as batalhas determinantes ou a data de dedicação de uma catedral, o facto glorificante ou o acontecimento político extraordinário, e passou a ser aquele que até aí era o "sem história" - aqueles a quem a Misericórida serve. Essa mudança, essa democratização do objecto da história, é determinante na construção desta exposição.

2. História e profecia

Olhar para trás, para o passado, não significa dirigir o olhar em direcção ao morto. Como escreveu José Mattoso: "A observação do passado não se destina a um macabro trabalho de desenterrar os mortos. Não é uma viagem ao reino das sombras, nem pode resultar por uma predilecção bafienta pelo que o tempo esterelizou. O que está morto, está morto. De facto, só me interessam as coisas vivas, que me interpelam, que se metem comigo". E se compreendermos bem isso, não estranharemos que este ilustre medievalista afirme: "só me interessa o presente e a maneira de me movimentar no espaço e no tempo em que vivo. Quero com isto dizer que só me atrai no passado aquilo que me permite compreender e viver o presente"[4]. É por isso que a história é um modo de compreensão do *mundo* e não apenas do passado. Ela deve ajudar a orientar no horizonte que é ou será o nosso. São as nossas possibilidades - os *meus* horizontes do possível - o que procuramos na pesquisa histórica. Devemos retomar da História o que dá vida, o que permanece vivo. As promessas que nela estão por cumprir. O esquecido, negligenciado ou recalcado e que pode ser vital. Revitalizante. Como escreveu Pe. António Vieira no livro *História do Futuro*: "Muitas novidades se verão nesta nossa História, não novas por novas, senão novas por antiquíssimas"[5]. O pretérito nunca é perfeito. Por isso, a história como ciência é uma tarefa infinita.

Esta exposição é devedora dessa relação com o passado – de uma história que se descobre *profecia*: revela-nos a nós próprios e aponta o por vir.

3. Memória e identidade

Não se pode fazer história sem o rasto, sem as marcas, os vestígios que encontramos no presente de um passado já ausente. E, por isso, a importância dos arquivos: da colecção, da catalogação, do inventário, da listagem.

Antes de existirem arquivistas, os gregos instituíram o *mnemon,* uma pessoa com função social de memória: aquele "que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão da justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de memória está limitado a uma operação ocasional. Por exemplo, Teofrasto assinala que na lei de Thurium os três vizinhos mais próximos da propriedade vendida recebem uma peça de moeda "em vista de *lembrança* e *testemunho*". Mas pode ser também uma função durável. (...) Os *mnenones* são utilizados pelas cidades como magistrados encarregues de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas "memórias vivas" transformaram-se em arquivistas"[6].

Uma outra referência, de carácter mitológico, à função do *mnenon* é aqui útil para pensarmos a importância do arquivo: "na mitologia e na lenda, o *mnenon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte"[7]. Se pensarmos a morte como a *perda da identidade*, percebemos esta função identitária do *mnenon*, da memória-viva, daquele que tem por função lembrar-nos o passado ou uma promessa por cumprir.

Sobre esta relação entre memória e identidade, o exemplo de D.Manuel, o rei que fundou a Misericórdia de Lisboa, a pedido de sua irmã D.Leonor, é sintomático: a importância do arquivo na identidade e formação nacional fica patente na referência que D.Manuel faz à Torre do Tombo, e ao seu trabalho, no seu testamento[8]. Durante todo o seu reinado, houve um cuidado com a guarda dos documentos nacionais – de que os códices da Leitura Nova e a nomeção de guardas-mores como Rui de Pina e Damião de Góis são exemplo – D. Manuel revelou um "cuidado em preservar, ordenar e solenizar os seus documentos"[9].

O arquivo é, assim, forma de identificação. Olhar para um arquivo é olhar para uma identidade em construção – neste caso, a da Misericórdia de Lisboa. Por isso, o material que seleccionei ajuda a contar uma parte dessa história - porque a identidade é uma narrativa, sempre inacabada. Mesmo que não seja uma exposição histórica, está cheia de histórias, de acontecimentos, de vidas que se cruzaram com esta instituição ao longo dos séculos. Tornou-se, assim, numa exposição de narrativas.

4. O serviço ao rosto

Esta exposição não é sobre um arquivo em abstracto, ou sobre "os arquivos" e a importância que têm para a Nova História ou para a arte contemporânea (e muito se tem escrito e exposto sobre esse assunto nos últimos anos, o que merecia uma reflexão mais profunda). Este Arquivo e esta exposição pensada a partir dele, pretendem dar a ver o trabalho que a Misericórdia de Lisboa realiza deste o seu início: o serviço,

3. Fundada em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre.

4. José Mattoso, *A Escrita da História*. Teoria e métodos. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.21.

5. António Vieira, *História do Futuro*, vol. I. Lisboa: Sá da Costa Editores, 2008, p.139.

6. Jacques Le Goff, "Memória" in *Enciclopédia Einaudi. 1. Memória – História*. Lisboa: INCM, 1984, p.20.

7. Ibidem, p.20.

8. José Mattoso, *A escrita da História*, p.94.

9. Ibidem, p.84.

nas necessidades materiais e espirituais do homem. Por isso, antes de entrarmos na Galeria de Exposições Temporárias, ainda na Igreja de São Roque, duas projecções do realizador Pedro Costa, *Filhas do Fogo*, dão-nos a ver, na grandiosidade barroca da Igreja, na sua dispersão e ornamento, a humanidade do rosto. A sua fragilidade. Convocam o homem para o transepto da igreja, como se lhe acrescentasse dois altares laterais, não para o idolatrarem, mas para o apresentar na sua carnalidade individual. Na sua existência única. E aí sim, na sua singular e radical individualidade, nesse carácter insubstituível de cada rosto, a redescoberta do que é comum a todos. E faz sentido estarem aqui: Santo Ireneu, no sec. II, indicou a centralidade do homem para a Igreja nesta frase: "a glória de Deus é o homem vivo, e a vida do homem é a visão de Deus".

Aqueles corpos, aqueles rostos, como lembrou Levinas, são o verdadeiro Sinai, a revelação do decálogo - e a lei-síntese de todas as obras de misericórdia. Nestes rostos, estão todos os rostos da história – estamos nós. Despojados e nus. Desarmados. O rosto, a sua presença, é a verdadeira Lei. Menos como interdito, mais como promessa de bem-aventurança. Um rosto não pode nunca ser constituído em objecto/fenómeno. Recusa-se. Confronta-nos. Devolve o olhar: é visto e vê. Levinas mostrou como não olhamos um rosto como outra coisa qualquer: não é um *espectáculo* como outro. E portador de uma mensagem: "Não matarás!". Mas que poderemos substituir por outras: "torna-te naquele que és!"; "ama-me!", "age de modo que a tua acção...", "Não faças ao outro o que não gostes que te façam a ti"... O rosto é apelo. O que nele excede é isso: um apelo. Um pedido de respeito[10].

Expor o humano no coração de uma igreja, é apenas a redundância que possivelmente não se percebe como tal. Os ornamentos barrocos e o brilho do ouro não deviam esconder o que no cristianismo é central: a novidade de um Deus despojado de si mesmo, esvaziado de si, que se expõe como homem para servir o homem. Talvez por isso a herança que deixou foi a proposta de ir ao encontro do outro. Uma forma de visitação.

Esta exposição retomará várias vezes esta dimensão do humano na sua realidade histórica, na sua individualidade. Não a dos grandes e poderosos que foram tantas vezes o centro da narrativa histórica, mas a daqueles que foram esquecidos pela história oficial. Colocar estas imagens, estes rostos, estas pessoas no início desta exposição é afirmar um programa: dar voz e lugar a tantos anónimos que estão na base e no centro do trabalho desta instituição, nomes desconhecidos e vidas esquecidas, que aqui ganham uma centralidade e são colocados ao lado de D.Manuel ou Grão Vasco, D. Leonor ou Brueghel. Como reconheceu Le Goff sobre a Nova História: "os progressos da democracia levam-nos a procurar mais o lugar dos "pequenos" na história, a colocarmo-nos ao nível da vida quotidiana"[11].

Durante muito tempo, os historiadores ao seleccionarem os documentos, seleccionavam os que julgavam dignos de ser transmitidos: a história dos grandes acontecimentos, a biografia de grandes chefes ou heróis, acontecimentos militares ou diplomáticos. Hoje, a história faz-se da atenção a tudo e a todos: a história da alimentação, a história da sexualidade e da família, a história da infância, a história da morte, história das mentalidades, daquilo que ficou nas margens da grande História. Uma história dos *sem-história*.

Nada melhor que retomar as palavras eloquentes de Michel de Certeau, e que diz sobre o historiador o que eu gostaria de poder afirmar sobre o curador no seu trabalho de pensar/fazer uma exposição: "O historiador já não é o homem que quer construir um império. Já não visa o paraíso de uma história global. (...) Trabalha nas margens. Nessa medida, tornou-se um vagabundo. Numa sociedade que favorece a generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, dirige-se em direção aos movimentos de grandes áreas subjugadas. Ele "faz um desvio", em direção à bruxaria, à loucura, à festa, à literatura popular, ao mundo esquecido do camponês, à Occitânia, etc, que são todas zonas silenciosas"[12].

5. O Compromisso

Colocar no início a instalação de Pedro Costa, dois rostos silenciosos, entrar na exposição por uma Igreja que expõe o homem, é definir o que, desde o início, Dona Leonor colocou como programa da Misericórdia de Lisboa: o serviço à dignificação humana, de todos os homens. E por isso, na Galeria, depois de dois exemplares distintos do *Compromisso* e a identificação aí presente das obras de misericórdia e da imagem consoladora do manto protector de Maria, encontramos uma pintura de Brueguel, *As obras de misericórdia*, uma *Bacia de lava-pés* do séc. XVII e *O Bom Samaritano*, de um anónimo caravagesco do sec. XVII – pintura que foi já atribuída a Ribera. Estas peças oferecem um contexto visual, religioso e intelectual para aquilo que no *Compromisso* é indicado como propósito da Instituição: o serviço ao próximo.

O Mestre inverte os papéis e lava os pés aos discípulos; o samaritano ajuda aquele que os sacerdotes não ousaram tratar porque era dia santificado e não queriam ficar impuros para o serviço religioso no templo. O cristianismo coloca em causa as noções estabelecidas de sagrado e de profano, de puro e de impuro, e nessa subversão apresenta um Deus que se esvazia de si mesmo, do seu poder divino, e se torna o mes-

10. Sobre o rosto ver também Jean-Luc Marion, *De surcroît*. Paris: PUF, 2001, p.143. Ver também Paulo Pires do Vale, "Da excedência" in João Jacinto, Tendas no deserto. Lisboa: Fundação Carmona e Costa / Assírio & Alvim, 2010.

11. Jacques Le Goff, "História"..., p.181.

12. Michel de Certeau, *L´écriture de l´histoire*. Paris: Gallimard, 2007, p.109 – agradeço a Maria João Branco e a Marta Wengorovius a ajuda na tradução e o debate sobre esta citação.

tre que serve, um messias paradoxal: que reina servindo, que salva morrendo. Que coloca o desprotegido, a criança, o marginal, a prostituta, o malcomportado no centro da sua atenção – e não o poderoso, puro e são. Onde se presta o verdadeiro culto? Onde se identifica o santo? Onde está Deus? A valorização do presente, do incógnito, do indivíduo e a destruição das antigas fronteiras entre o sagrado e o profano, são o centro da mensagem evangélica: o reino de Deus não é uma realidade originária perdida ou materializada numa Lei inalterável dada aos antepassados, nem um tempo futuro que virá no fim dos tempos. O reino está já no meio de vós, é a mensagem. E quem fizer o bem a uma simples criança ou doente ou preso ou pobre, é ao próprio Deus que o faz. É aqui que radica o *Compromisso* e o desejo de realizar as obras de misericórdia. Uma subversão que implica o reconhecimento da nossa igual condição de irmãos e da comum dignidade de todos - mesmo dos condenados à morte por crimes abjectos.

No Arquivo Histórico, encontramos documentação que ajuda a reconstruir as respostas que a Misericórdia deu, em cada tempo, para cumprir o seu programa inicial – sem esquecer que o terramoto de 1755 destruiu muito material, apagou muitos traços. Como se materializou, incarnou, esse propósito escrito? Visitemos o Arquivo.

6. Arquivação

O Arquivo é, a um tempo, um lugar físico e um lugar social. Cumpre uma missão insitucional de guardião da memória e identidade – ou melhor, de construtor dessa memória e identidade, porque o seu papel nunca é neutro[13].

O Arquivo é a "instituição destinada a pôr em segurança, recolher, classificar, conservar, guardar e tornar acessíveis os documentos que, tendo perdido a sua antiga utilidade quotidiana e considerados por isso supérfulos nas repartições e nos depósitos, merecem todavia ser preservados"[14]. Ou seja, o arquivo implica: 1. O desejo de preservar as marcas/testemunho de uma instituição no tempo (consciência histórica); 2. A organização sistemática do fundo colocado de parte – fisicamente e de modo lógico (operação de taxonomia); 3. A possibilidade de consulta do fundo, mediante regras de acesso[15]. Seleccionar, preservar, classificar e facilitar o acesso. Mas tudo começa "com o gesto de colocar à parte, de reunir"[16], de coleccionar. De escolher o que merece ser preservado – e que varia ao longo da história. O que é considerado histórico ou com valor histórico, varia ao longo do tempo. Muitos documentos, que hoje consideraríamos fundamentais, foram destruídos em determinadas épocas, sem hesitação, porque não foram considerados importantes ou valiosos. Isso demonstra como a escolha do que se deve coleccionar, torna as colecções e os coleccionadores, os arquivistas, em decisores da história a fazer. E isso depende, em cada tempo e lugar, de uma conjuntura e contexto: o que coleccionar, como e porquê?

A mudança metodológica no *fazer/escrever da história*, que alterou também os arquivos, conduziu a uma *revolução documental*. Os documentos não são apenas textos ou escritos: os historiadores da Nova História, a partir da revista *Annales*, insistiram na necessidade de ampliar a noção de documento e de, como afirmou Lucien Febvre, "fazer falar as coisas mudas"[17]. Em 1949, o mesmo historiador afirmou que a história "faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e ervas daninhas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, actividade, gostos e maneiras de ser"[18]. É preciso questionar a história sobre os hiatos, as lacunas, os espaços em branco da história, como afirma Le Goff: "Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos"[19].

Retomando as palavras de José Mattoso: "Os arquivistas são, portanto, aqueles que aceitaram a enorme e importantíssima tarefa de domesticar essa hidra de sete cabeças que os resíduos materiais da burocracia moderna incessantemente alimentam. Pretendem impedir que a sua torrente irreprimível se torne inundação caótica e destruidora. Querem torná-la, em vez disso, água disciplinada e fecundante da sociedade em que vivemos."[20] Domesticar a hidra, controlar a corrente, de modo que o arquivo se torne fecundo e depois tornar esse manancial acessível: essa foi também a minha função como curador que olha para o arquivo para fazer, com uma mínima parte dele, uma exposição. Tal como em história, e parafraseando Certeau, uma exposição também começa com o gesto de *pôr de parte*, de reunir. E de transformar em material capaz de ser exposto, aquilo que durante muito tempo não recebeu tal dignidade.

7. Expor o arquivo

Aprendendo com os historiadores, nesta exposição o documento ganha um sentido aberto: obras de arte, cartas, relatórios, listagens, albuns de fotografias, filmes documentais, objectos de farmácia... tornam-se a matéria viva que,

13. Podemos aqui fazer um paralelo com o trabalho do historiador, como afirma Le Goff: "a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta dos esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinadas imagens de si mesmas. No limite, não existe documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo." J. Le Goff, "Documento/Monumento" in *Enciclopédia Einaudi...*, p.103.

14. Buchalski, Konarsky e Wolff cit por Krysztof Pomian, "Colecção" in *Enciclopédia Einaudi...*, p.53.

15. Cfr Paul Ricoeur, *La mémoire, l´histoire, l´oubli.* Paris: Seuil, 2000, p.212.

16. "Em história, tudo começa com o gesto de pôr à parte, de reunir, de transformar assim em "documentos" certos objectos distribuídos de outro modo. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade consiste em produzir tais documentos, pelo facto de os recopiar, transcrever ou fotografar esses objectos alterando a um tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em "isolar" um corpo, como fazemos em física, e em "desnaturar" as coisas para as constituir em peças quevêm preencher as lacunas de um conjunto colocado a priori. Ele forma a "colecção". Ele constituiu as coisas em "sistema marginal", como diz Jean Baudrillard; ele exila-os da prática para estabelecê-los como objectos "abstractos" de um saber. Longe de aceitar os dados, ele constitui-os. O material é criado pelas acções concertadas que recortam no universo do uso (...)" M. Certeau, *L'ecriture...*, p.100.

17. Lucien Febvre cit in J. Le Goff, "Documento/ Monumento"..., p.98.

18. Lucien Febvre cit in J. Le Goff, "História" in *Enciclopédia Einaudi...*, p.219.

19. Ibidem, p.220.

20. José Mattoso, *A escrita da história*, p.77.

colocada em relação, retirada do seu contexto habitual, desviando-a, ganha outros sentidos. Esta exposição procura dar a ver a variedade contemporânea da noção de documento – e do que é arquivado: filmes super8, documentos, gravuras, mapas, livros, objectos, tecidos, medalhas, fotografias, relatórios, listagens, documentos digitais...

O arquivo é uma selecção, ainda que ampla. Uma exposição sobre o arquivo é uma selecção da selecção. Um corte e interrupção naquilo que no arquivo é uma continuidade. A exposição faz-se do descontínuo. Como mostrar a multiplicidade, recorrência e a repetição, comuns nos arquivos, e ao mesmo tempo a exemplaridade? De que forma apresentar o arquivo como colecção de colecções e a importância da serialidade de determinados conjuntos?

Tal como os arquivistas e os historiadores, que trabalham séries e as classificam, muitos artistas nos anos 60-70 foram atraídos pela serialidade. Pela repetição (que nunca o é) ou a recolha, mais ou menos exaustiva, sobre um tema ou motivo. Uma forma de catalogação, listagem ou inventariação. Retomei essa estrutura para a apresentação de alguns dos elementos desta exposição. O olhar que lancei sobre o arquivo foi determinado não apenas pelo passado que aí está guardado, mas reconhecendo a dívida dos meus olhos a muitas obras de artistas, filósofos, historiadores e curadores contemporâneos[21].

O arquivo é, para um investigador ou um curador, uma proposta de errância. Ele é um campo aberto à errância. Implica um saber perder-se. Não ter ideias definidas à partida. Esse apriorismo nega a possibilidade do encontro com o inesperado. Mas o investigador, ou curador, tem que saber lidar com o aparentemente inesgotável. E não sucumbir debaixo dessa massa incontrolável de documentos, de histórias, de possibilidades. O arquivo é um labirinto borgeano – é preciso um fio que nos guie de volta à saída.

O espaço de uma exposição e o seu propósito, dar a ver, implica lutar contra a aparente recusa da escolha que o arquivo é. Na verdade, como vimos, o arquivo implica já uma selecção e escolha de qual o material a arquivar, mas o corte operado pela exposição é tremendamente maior – e angustiante. O arquivo apresenta o inabarcável, a acumulação compactada, como programa, a exposição tem que propor um sistema abarcável e uma orientação[22]. De algum modo, agudiza o que o arquivo já é: selecção, tratamento, classificação e disponibilização de material. É também isso uma exposição – mas sem o peso do intratável, do incomensurável, do exagero que é a massa de informação que pressentimos num arquivo. Como escreveu Georges Didi-Huberman sobre a relação entre o arquivo e o atlas: "o arquivo pede-nos, certamente, para afrontar a questão do inesgotável e do insondável. Mas o atlas, pelas suas próprias opções – ou mais exactamente, pelas suas montagens – torna visíveis o inesgotável e o insondável enquanto tais."[23] Uma questão de visibilidade: de acessibilidade e percepção mais imediatas. Deve permitir abarcar as diferenças e a estranheza, sem apagar a inquietude do múltiplo: e por isso, o seu movimento perpétuo de interpretação, de sentidos sempre novos que a montagem ou remontagem propicia.

O que se mostra numa exposição sobre o arquivo é, então, sintoma de algo maior. Do que fica ausente – como na relação com o passado através dos seus vestígios. A exposição de um arquivo tem que lidar com a falha, com a falta, com a ausência nesse sentido: não pode pretender a exaustividade nem uma pretensa perfeição, contar tudo ou mostrar tudo. Uma exposição é um expor-se na fragilidade dessa impossibilidade. Por isso, o que se mostra, é um sintoma de algo incomensuravelmente maior – peso sob o qual a exposição não pode colapsar. Fazer uma exposição sobre um arquivo é dar a ver as lacunas que formam todos os arquivos, mesmo que a quantidade e a multiplicação o pretenda esconder e o desejo seja totalizante. Uma exposição é um dispositivo crítico: um espaço de fruição e análise. Espaço de experiência física e de pensamento. Só a descontinuidade, o corte naquilo que é contínuo nas prateleiras e gavetas do arquivo, podem permitir a abertura desse espaço. Uma exposição necessita de vazios. São eles que criam o(s) sentido(s). Um conhecimento pela montagem – como percebeu Didi-Huberman, reflectindo sobre o exemplo do *Atlas* de Aby Warburg.

No caso desta exposição, escolhemos documentos de áreas em que ficam claras algumas respostas que a Misericórdia deu ao longo do tempo para cumprir o seu objectivo inicial. Nos impressivos Sinais dos Expostos, dos séc. XVIII e XIX, relativos às crianças que a Misericórdia acolheu; no filme da inauguração e festa de uma casa de acolhimento de menores, nos anos 60; no filme sobre o trabalho realizado, também com crianças, por assistentes e educadores da Santa Casa num bairro degradado de Lisboa nos anos 70. No tratamento dos doentes, desde o Hospital de Todos os Santos, aberto no séc. XVI, e que aqui evocamos com um jarro do séc. XVII, com a marca dessa instituição; preocupação que fica clara no documento imediatamente posterior ao terramoto de 1755 - que fez ruir esse hospital - e onde fica expressa a necessidade urgente de abrir um novo, e fazer o rol de camas, colchões e lençóis necessários; no livro de acentos dos médicos e cirurgiões da Instituição num período do séc. XIX; passando pelo Álbum com extraordinárias e inquietantes fotografias de próteses, de meados do séc. XX, proveniente do Hospital Ortopédico de Sant Ana; até ao material mais recente do projecto de investigação em neurociências a que a Santa Casa atribuiu o prémio

21. No caso da curadoria, destaco a exposição de George Didi-Huberman, *Atlas. Como llevar el mundo a cuestas?* Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia, 2010.

22. Sobre a diferença entre Arquivo e Atlas, cfr Georges Didi-Huberman, "Atlas. Inquieta gaya ciencia" in *Atlas. Como llevar el mundo a cuestas?*, p.187.

23. Ibidem, p.187.

que distingue a investigação nessa área da ciência médica – e deste modo, criamos a possibilidade de um olhar abarcante sobre a história destes 516 anos, desde o primeiro hospital da Misericórdia até à actuação mais recente no apoio à investigação científica. Seleccionamos também material relativo ao apoio aos mais pobres – a multiplicidade de fotografias que fazem parte de um relatório de 1959 sobre os locais de produção e distribuição da "Sopa dos Pobres", as instalações e as pessoas em filas de espera. Damos a ver, também, documentos relativos a uma área de actuação menos conhecida: a do apoio material ou jurídico aos presos e condenados à morte; os doumentos relativos ao resgate dos cativos nas guerras, e os valores envolvidos nessas negociações; ou a indicação de outra função, a celebração de exéquias e funerais. Um núcleo de Cartas de Guia, que dão a conhecer o apoio que as várias Misericóridas do país davam aos necessitados que precisavam de fazer uma viagem, e o modo como eram recebidos e apoiados pelas Misericórdias das localidades por onde passavam ao longo desse percurso.

Intitular esta exposição *Visitação*, com a polissemia que a palavra ganha neste contexto de revisitação do arquivo e da história, é forma de chamar a atenção para outro facto: o dia da Visitação de Nossa Senhora a sua prima Isabel, celebrado anteriormente no dia 2 de Julho, é o dia da festa da Misericórdia de Lisboa. Mas esta é também uma imagem muito poderosa e fértil para pensar o papel desta Instituição: ir ao encontro. Num núcleo final, antes da série inédita de fotografias de Daniel Blaufuks, pontifica a *Visitação* de Grão Vasco, de 1506, onde o movimento de encontro se torna materializado, e onde o panejamento dos vestidos e véus, nas suas dobras e redobras, dá a ver também o dinamismo exultante desse abraço cheio de promessa – no ventre das duas primas, crescem já os seus inesperados filhos, João Baptista e Jesus Cristo. O encontro é sinal de um excesso que nele fica em segredo. Em promessa. O encontro indica um porvir.

Neste núcleo damos a ver alguns livros e documentos relativos a esta festa da Visitação, entre os quais um antifonário, uma pauta musical de Filipe Magalhães, escolhida no fundo musical pelo compositor João Madureira, que compôs para dialogar com ela um *Magnificat* – as palavras de alegria, profundamente políticas, que, segundo o Evangelho, Maria profere nesse encontro com a sua prima - e um *Sermão* de Pe. António Vieira, feito no dia da Visitação, dia 2 de julho de 1640, na Igreja da Misericórdia da Baía. Nesse sermão, Vieira afirma: "Oh! Como quisera que entenderam daqui as pessoas soberanas que com abraços e com boas palavras podem dar vida".

8. Inactualidade e Promessa

Arquivamos, escrevemos, faz-se história, organiza-se uma exposição sempre dentro de um "lugar de produção"[24]. Enquadrados num determinado presente, a partir de um ponto de vista – já marcado pela história e pelas suas revoluções e continuidades ou sobrevivências. Como escreveu Le Goff: "sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente."[25]

Sabemos também que não podemos sucumbir à doença histórica, como nos avisou Nietzsche, em 1872, na *Segunda consideração intempestiva – Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida.* O excesso de história pode ser mortal. Ou anestesiante. É preciso ter cuidado para não tornar o sentido da história uma "virtude hipertrofiada"[26]. Este historicismo é de evitar, a "cultura histórica" que apaga a vida, "a instrução que não estimula a vida, o saber que paralisa a actividade, os conhecimentos históricos que não são senão um luxo dispendioso e supérfluo"[27]. Ser filho do presente, é ser capaz de ser inactual, intempestivo: ser capaz de gestos inovadores, o que implica não ficar preso a um historicismo que não permite a irrupção do novo.

Deste modo, para esta exposição lançámos um convite ao realizador Pedro Costa, que irá realizar, para além da instalação presente na Igreja de São Roque, um filme a partir do Arquivo; ao fotógrafo Daniel Blaufuks, que fez uma série nova para esta exposição, intitulada *Corte*; e ao compositor João Madureira, para escolher, do fundo musical do Arquivo, uma peça antiga e compor uma nova: escolheu uma peça do compositor Filipe de Magalhães, do séc. XVII, e compôs um novo *Magnificat* – essas obras serão apresentadas no final da exposição, em Concerto na Igreja de São Roque, como parte integrante da exposição. Esse concerto final cumpre aquilo que nesta exposição é essencial: transformar o arquivo em matéria viva e fecundante, fundo criativo, motor de criação.

O arquivo pode tornar-se num motor de renovamento. Pode ser matéria e factor de criação. Regressar ao arquivo é forma de desmitificar as imagens que temos do passado. Interrogar os dogmas instaurados e as construções apressadas. O arquivo não é a prova do já sabido, mas a abertura para o desconhecido. O passado está em aberto, o passado tem um futuro por cumprir: "o historiador é um profeta virado para trás", afirma Schlegel no fragmento que citei em epígrafe. Podemos dizer o mesmo dos artistas.

24. Michel de Certeau, *L´ecriture de l´histoire*, p.26.

25. Jacques Le Goff, "História"..., p.181.

26. Friedrich Nietzsche, "De l´utilité et des incovénientes de l´histoire pour la vie" in *Oeuvres Philosophiques complètes II. Considérations inactuelles I e II*. (org. G.Colli e M. Montinari). Paris: Gallimard, 1990, p.94.

27. Ibidem, p.93.

9. Corte

A série *Corte* (2014), de Daniel Blaufuks, realizada propositadamente para esta exposição, depois de visitas ao arquivo, coloca a questão da *decisão*, da escolha, da eleição, de alguns de entre tantos milhões de documentos do arquivo. Porque, ainda antes do que esses objectos-documentos representam, há um corte que a escolha do fotógrafo abre no arquivo. Cria intervalos. Isola e individualiza o que estava acumulado. Escolher este, e não outro documento, implica uma cesura daquilo que é a multiplicidade e continuidade do arquivo.

Por outro lado, estas fotografias de Daniel Blaufuks incidem sobre os Sinais dos Expostos, em particular os que se apresentam cortados, aqueles que remetem para a noção original grega de *symbolon*: a de duas metades separadas que encaixam numa unidade – e que são sinal, por exemplo, de um compromisso. Uma metade de algo que remete para outra metade que falta – e que no caso destes Sinais, indicam também as histórias familiares de dificuldade, o abandono (temporário ou não) e o desejo de regresso, a incapacidade de criar um filho, ou o reencontro.

Na obra de Daniel Blaufuks, a memória, o testemunho, a história, as ruínas, e mesmo o arquivo[28], são palavras ou preocupações recorrentes – bem como a possibilidade de aceder ao passado já ausente através do material que *resta*. Por exemplo, através das fotografias, que nos fazem viver rodeados de fantasmas – lembrou Walter Benjamin. Ao focar-se particularmente nos Sinais que são fotográficos, é também uma reflexão sobre o papel e o (im)poder da imagem fotográfica que propõe. A função da fotografia pode ser a da guardiã da memória, do morto, do ausente – uma testemunha, *apesar de tudo* (diria Didi-Huberman). No caso desta série, do duplamente ausente: do progenitor, que ficou com a outra metade da fotografia, da carta de jogar, da medalha, da pagela... mas também da criança que, hoje, já não existe senão através do que no arquivo ficou da sua passagem. Como afirmou o fotógrafo, em conversa com Alexandre Estrela, sobre as fotografias escolhidas num outro arquivo para a obra *Sob Céus Estranhos*: "Sei que isto é muito simbólico, mas metaforicamente está-se a dar uma segunda vida àquelas caras. Eram rostos que estavam encerrados num arquivo há anos e de repente vêm à tona, são vistos! E obviamente são apenas imagens, são apenas – nem sequer sombras são – pálidas referências das pessoas que foram, mas este olhar é também o máximo que se lhes pode devolver. Uma fotografia é um espelho com memória"[29]. E num texto em que faz a listagem de possíveis *alegorias da fotografia*, Daniel Blaufuks indica estas palavras, entre outras, que no contexto desta exposição são muito adequadas: *Arquivo, Biblioteca, Documento, Fantasma, Historiadora, Memento Mori, Memória, Morte, Pista, Ressurreição, Testemunha*[30].

De algum modo, estes Sinais são eles mesmos uma imagem do arquivo como totalidade marcada pela lacuna, pela falha. Certeza de que "algo falta" – que experimentamos fisicamente diante da ruína ou do fragmento. De uma totalidade perdida, já ausente, e de que só uma parte mínima é preservada. Isso fica como testemunho – e, como percebeu Giorgio Agamben, "o testemunho comporta uma lacuna que é a sua parte essencial"[31]. O que estes Sinais testemunham sobre aquelas vidas é sempre incapaz de as testemunhar de forma completa e adequada.

Os Sinais são uma justa metáfora do arquivo e da própria história: um arquivo não indica apenas o que contém, mas o que lhe falta. O que aí fica em silêncio. O que fica inarquivado. Tudo o que é *inarquivável* e para o qual remete.

10. Visitação: magnificat

A proposta desta exposição não é a de um olhar académico, sociológico ou histórico. É, antes, a proposta de um encontro: uma visitação. À imagem da narrativa evangélica, um movimento de saída e de encontro com o outro – a própria história é uma *heterologia*. Nesta visitação, em que o arquivo sai em direcção a quem venha ao seu encontro, há uma dupla exposição: um *expor* o arquivo e um *expor-se* ao arquivo. E, como num encontro, não sabemos o que daí surgirá. Nos verdadeiros encontros algo de novo surge, um terceiro, o fruto do encontro. Como a alegria de Maria e Isabel pelo que cresce nos seus ventres. Assim, esperamos, também aqui.

Esta exposição procura ser uma reflexão sobre as condições do fazer da história, ou mesmo sobre a condição histórica de uma instituição e o que os documentos nos *ensinam* sobre ela – ensinar, *docere*, é a raíz etimológica da palavra documento. Para seleccionar este material, e para pensar o modo de apresentação, foram tão importantes as reflexões dos historiadores da Nova História e dos filósofos sobre a história, como a dos artistas e curadores contemporâneos a trabalhar arquivos ou séries. Desse modo, passado e presente, historiografia e arte contemporânea, misturam-se – o que é revelado também no material heterogéneo que apresento e no modo como o apresento. Isso resulta também de querer, por um lado, que a exposição reflectisse o trabalho realizado pela Misericórdia nestes mais de cinco séculos e, por outro lado, que permitisse pensar o que um arquivo é – e o que ele promete.

O que aqui se mostra é o resultado da minha errância pelo arquivo, o que os meus olhos elegeram, por motivos estéticos, racionais, de espanto, interesse ou estranheza. Seleccionei

28. o que, de forma muito evidente, se encontra no título e nos textos do seu livro *O Arquivo. Um album de textos*. Lisboa: Vera Cortez Agência de Arte, 2008.

29. Daniel Blaufuks, *O Arquivo...*, p.45.

30. Ibidem, pp.105-106.

31. Giorgio Agamben, *Ce qui reste d'Auschwitz*. Paris: Ed. Payot Rivages, 2003, p.11.

documentos que permitissem perceber a matéria viva que o arquivo é, o fogo que ele contém, materiais sobre os quais podemos lançar hoje um olhar novo e renovado. Documentos que fugissem à normalização e às ideias feitas – e permitissem também um olhar mais correcto sobre a história e as actividades da Misericórdia ao longo do tempo. Com esta exposição, pretendi também tornar o arquivo em lugar de criação contemporânea. Um arquivo é memória e promessa, e podemos experimentar um arquivo do mesmo modo que Ernesto de Sousa propunha olhar a tradição: *como aventura*[32].

Paulo Pires do Vale

Agradeço muito a Tomás Maia a sua leitura atenta deste texto e os seus comentários e propostas, que foram mais um momento numa conversa infinita.

32. *Tradição como aventura*, título da exposição de Ernesto de Sousa na Galeria Quadrum, 1978.

Daniel Blaufuks, da série *Corte*, 110 × 160 cm, 2014 (pormenor).

Separadores a partir de reprodução da folha de guarda do álbum de ortóteses (n.º 13 do cat.).

1. Pedro Costa, *Filhas do Fogo*, 2013, 2 filmes HD.

C Do compromisso e regimento dos officiaes da sancta confraria de Misericordia.

Dom Manuel per graça de ds Rey de Portugal e dos alguarues daquem e daalem mar em affrica Senhor de guynee e da conquista. nauegaçam e comercio de Ethiopia. Arabia. Persya e da India. C A quantos esta nossa carta virem: fazemos saber. que pollo prouedor e officiaes da confraria da Misericordia desta muy nobre e sempre leal çidade de Lyxboa. nos foy apresentado huũ compromisso que pera bõa gouernança da dita cõfraria per elles era feito de que ho trelado de verbo a verbo he o q̃ se segue.

C [illegible]

Eterno immenso e todopoderoso senhor ds. padre das misericordias: começo meo e fim de toda bondade. aceytando as prezes e rogos de alguũs justos e temẽtes a elle. quis repartir cõ os pecadores parte da sua misericordia. E em estes derradeiros dias inspirou nos coraçoões de alguũs boõs e fieis xpãaos. e lhe deu coraçam: siso: forças e caridade: pera ordenarẽ hũa jrmandade e confraria. sob titulo e nome e emvocaçam de nossa senhora a madre de ds virgem Maria da Misericordia. pella

3. *Compromisso da Confraria da Misericórdia de Lisboa*, 1520.
Com a indicação das sete obras de misericórdia espirituais na página da esquerda, e das sete obras de misericórdia corporais na página da direita.

4. Pieter Brueghel, o Jovem (1601–1625), *Obras de misericórdia,* séc. XVII (primeiro quartel), Museu Nacional de Arte Antiga.

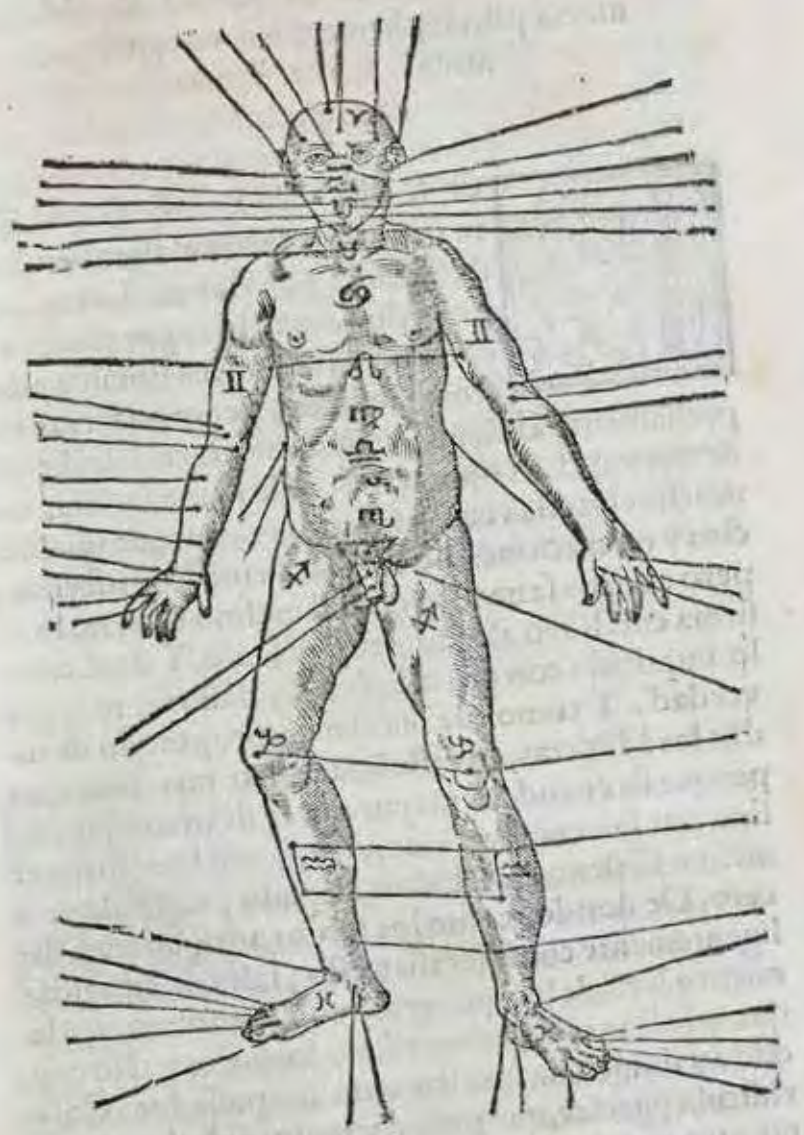
Páginas seguintes:
5. Anónimo, *O Bom Samaritano,* séc. XVII (segundo quartel), Igreja de Santa Cruz do Castelo, Lisboa.

.

6. Bacia da cerimónia do Lava-Pés, Lisboa, séc. XVII (segunda metade).

TRACTADO

PORQVE AVEMOS ya hablado de las electiones que se deuẽ tener en toda buena Phlebotomia, pareſciome poner aqui la ſiguiente figura, en la qual ſe notaràn quaſi todos los lugares, de quien ſe ſuelen hazer las ſangrias. Y porque la noticia y conoſcimiento de eſto pertenesce mas a los buenos y doctos Medicos, y aſsi miſmo à los Barberos, à eſta cauſa no hablamos mas en eſta materia, porque pareſce ſer fuera de nueſtro intẽto propueſto.



7. Jerónimo de Chaves (1523–1574), *Chronographia o reportorio de los tiempos el mas copioso y preciso que hasta ahora ha salido à luz*, 1572.

Fig. 3. Tom. V. pag. 437.

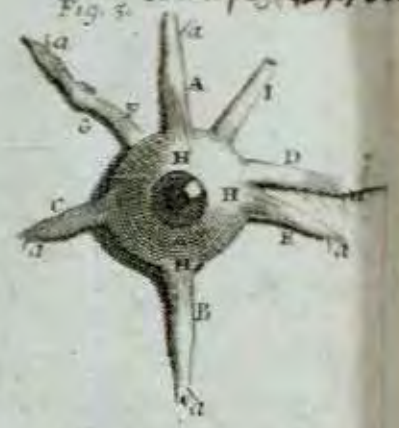


Fig. 2.

Fig. 1.

Fig. 4.

trop longues à décrire, la connoissance que nous en aurions seroit entierement inutile à la fin que nous nous proposons icy qui est d'expliquer les causes physiques des fonctions de la vûë.

Or s'il estoit possible de couper l'œil par la moitié sans que les liqueurs dont il est remply, s'écoulassent, ni qu'aucune de ses parties changeât de place, & que le plan de la section passât justement par le milieu de la prunelle, il paroitroit tel qu'il est représenté dans cette Figure.

De ce que c'est que la Tunique cornée de l'œil.

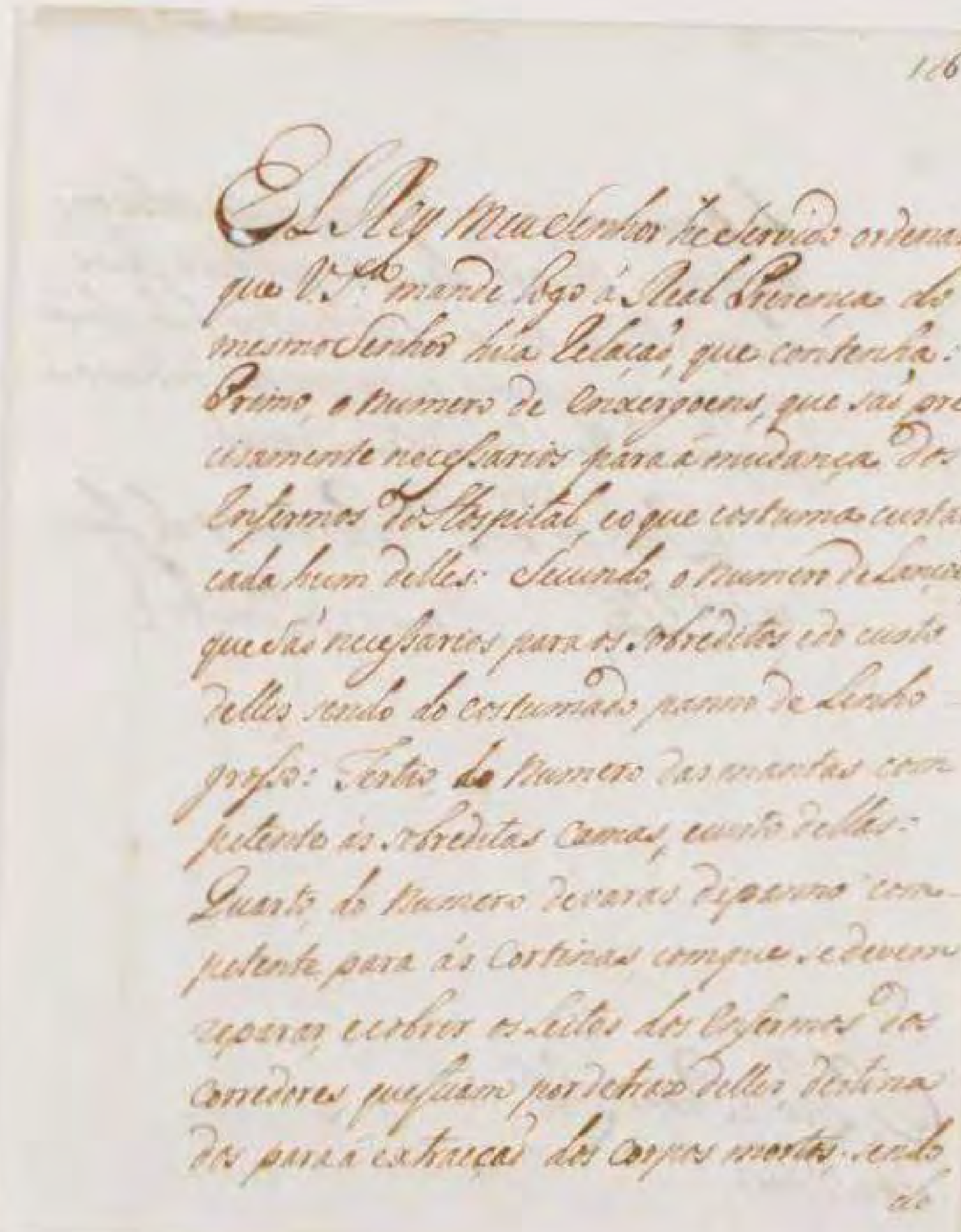
AB est une partie de la premiere membrane ou envelope de l'œil qu'on appelle la *Tunique cornée*. BCDEFA est le reste de cette membrane qui se nomme la *Sclérotique*, dont les extrémités qui sont proches d'A & de B s'appellent le *Blanc de l'œil*. Toute cette membrane est une production de la dure mere.

De ce que c'est que la Tunique uvée.

2 1 L 2 est la tunique uvée, ou la partie antérieure d'une membrane qui tire son origine de la Pie-mere qui enveloppe le nerf optique, & dont la partie posterieure se nomme *Choroïde*. Il y a dans cette membrane un trou marqué I L qui s'appelle la *Prunelle*, laquelle paroit noire dans l'Homme à cause

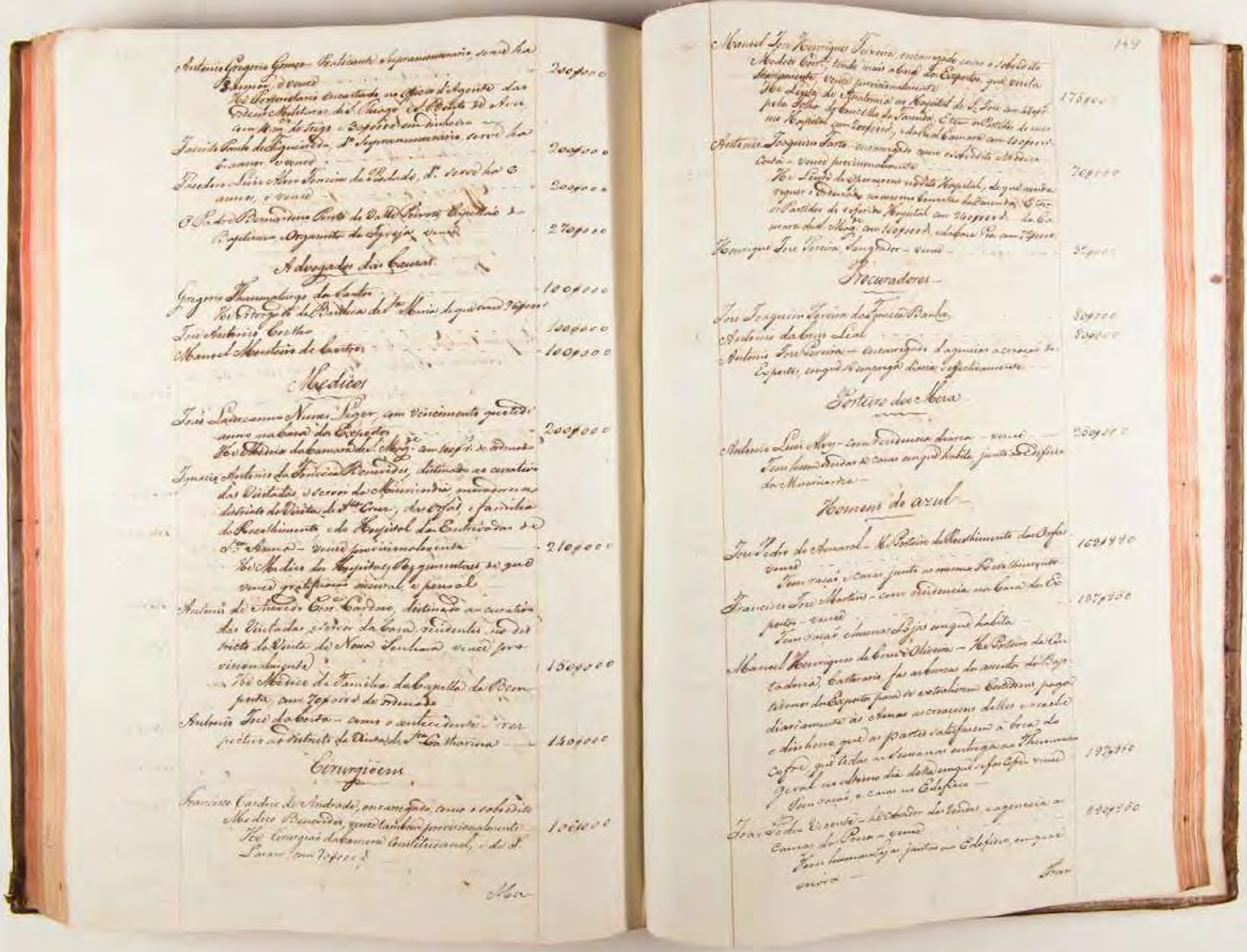
9. Jarro do Hospital de Todos-os-Santos, c. 1756–1775. Com a insígnia do Hospital: *"OS" – Omnium Sanctorum,* Museu da Farmácia, Lisboa.

10. Almofariz com mão, Península Ibérica, c. 1450–1530, Museu da Farmácia, Lisboa.


116

El Rey meu Senhor he servido ordenar
que V. S.ª mande logo á Real Presença do
mesmo Senhor hũa Relação, que contenha:
Primo, o numero de Enxergoens, que saõ pre
cisamente necessarios para a mudança dos
Enfermos do Hospital, e o que costuma custar
cada hum delles: Secundo, o numero de Lançoes
que saõ necessarios para os sobreditos, e o custo
delles sendo do costumado panno de Linho
grosso: Tertio do numero das mantas com
petente ás sobreditas Camas, e custo dellas:
Quarto do numero de varas de panno com
petente para as Cortinas com que se devem
separar, e cobrir os Leitos dos Enfermos, e os
Corredores, que ficam por detraz delles, destina
dos para a extracçaõ dos Corpos mortos, sendo
do

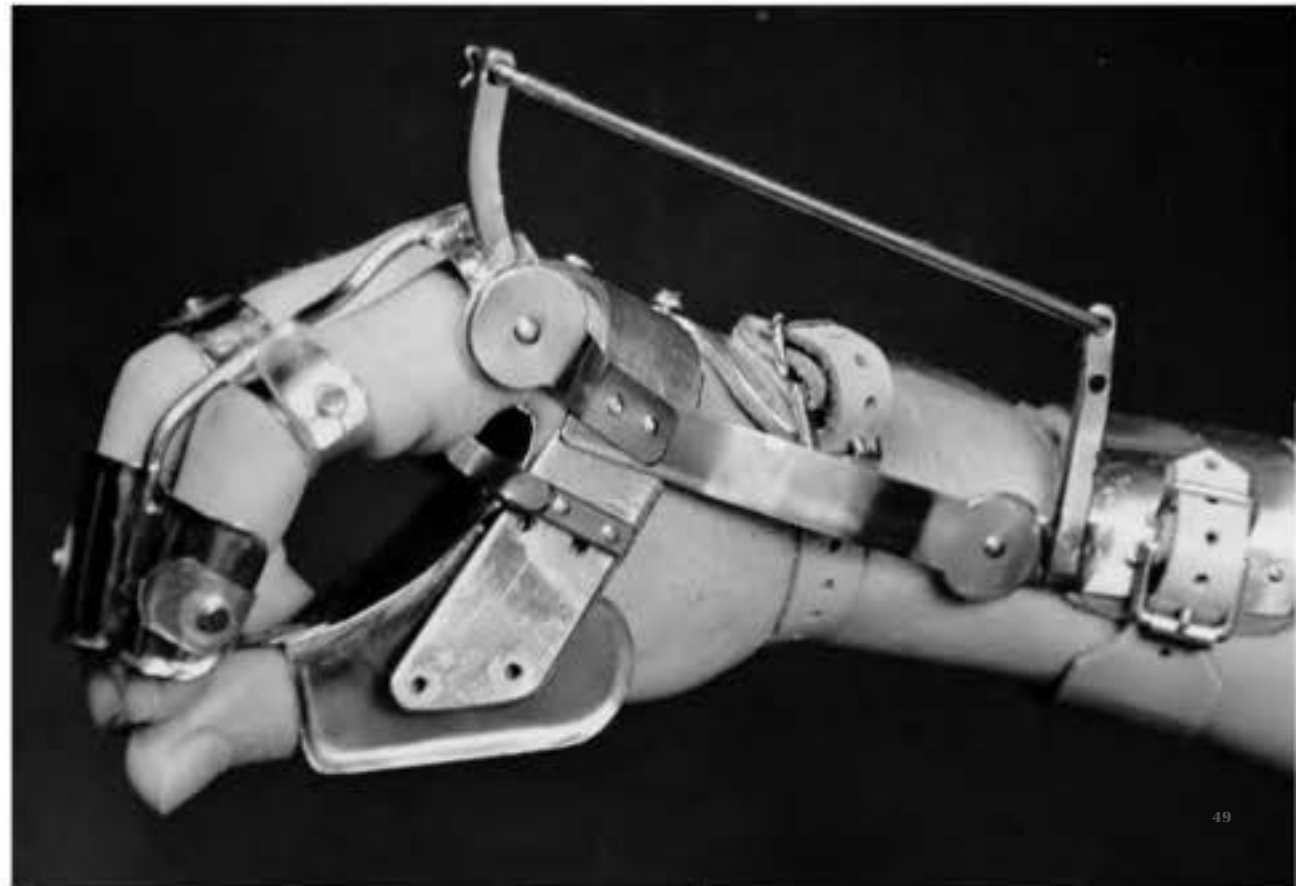
11. Aviso Régio de 14 de Janeiro de 1775.
Ordem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa elaborar um rol dos colchões, lençóis, cobertores e panos necessários às enfermarias do novo Hospital Real [Hospital de São José], com indicação dos respetivos custos unitários.

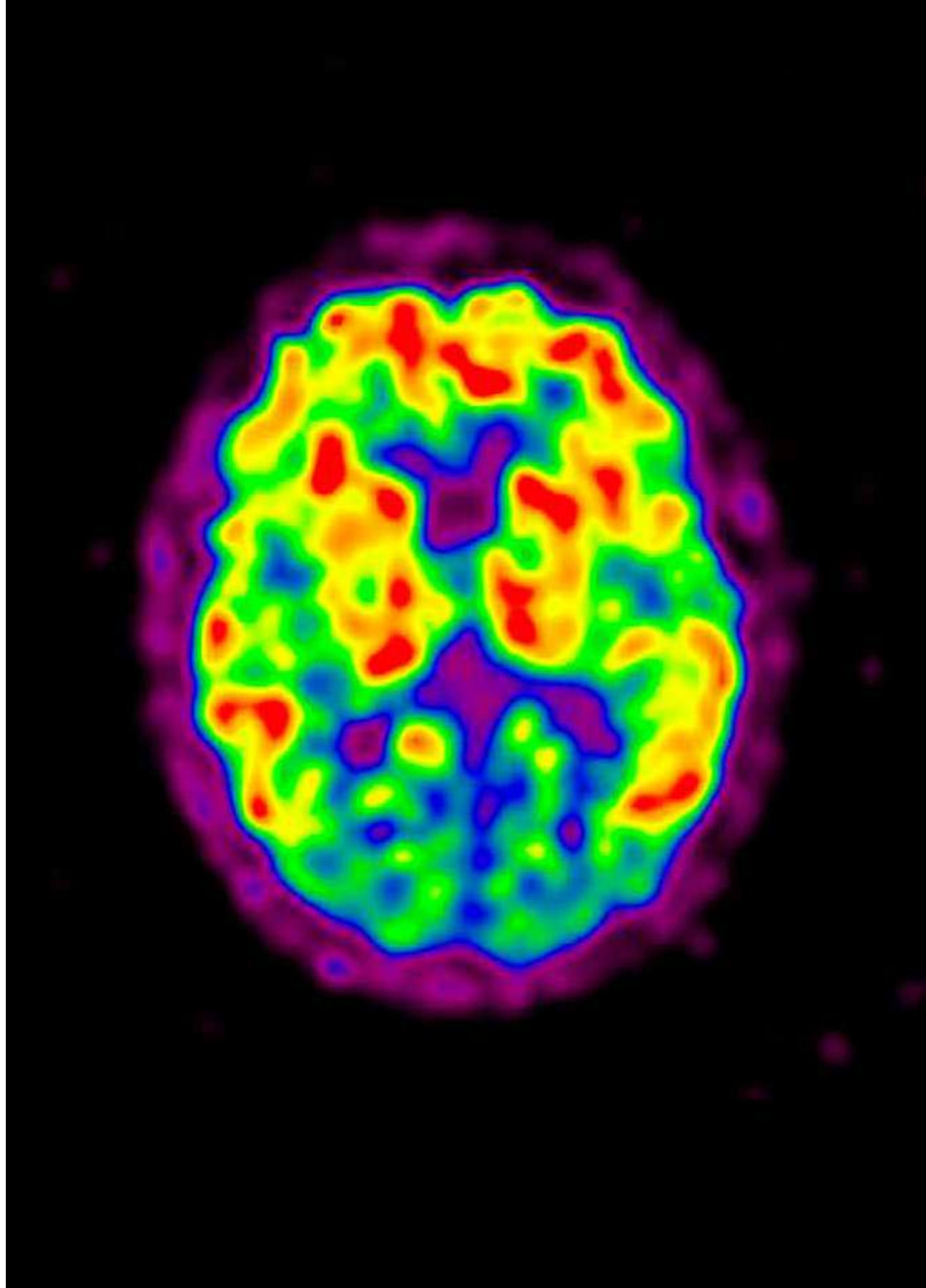

Advogados das Causas
Medicos
Cirurgioens
Procuradores
Porteiro das Meza
Homens de azul

12. Livro n.º 2 de registo de avisos, decretos e consultas, [1816–1823].

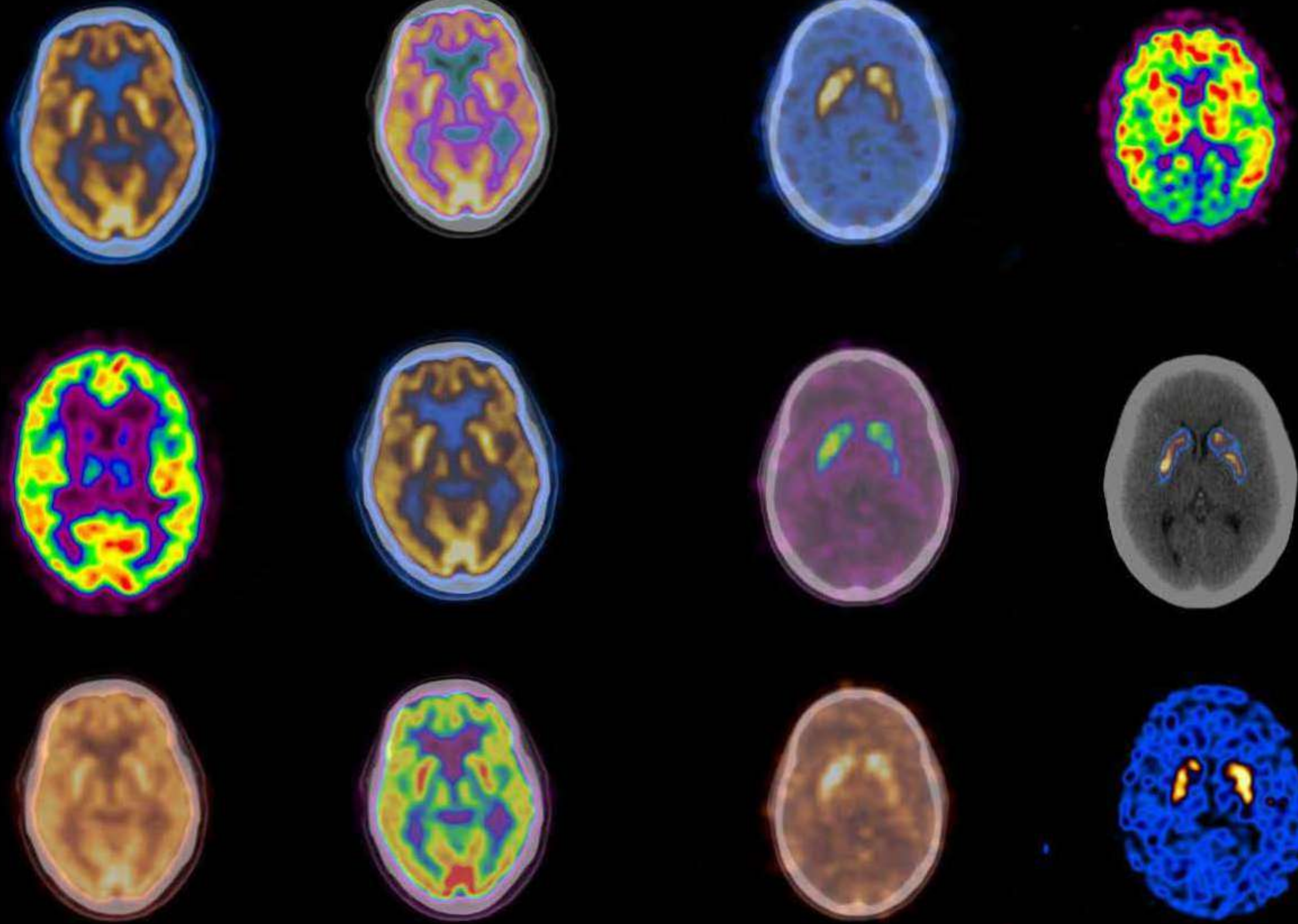
Entre os fólios 157 v. e 160 encontra-se a transcrição do ofício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, remetido, a 7 de fevereiro de 1823, à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, com o rol dos funcionários da Misericórdia de Lisboa e suas remunerações, em cumprimento da Portaria de 8 de Janeiro de 1823.

13. Fotografias de ortóteses, c. 1950–1960 (ver Caderno 1).
Fotografias que integram um álbum composto por 84 provas executadas pela Georgia Warm Springs Foundation, Estados Unidos da América, e estão associadas à formação dos primeiros técnicos orto protésicos do Hospital Ortopédico de Sant'Ana.



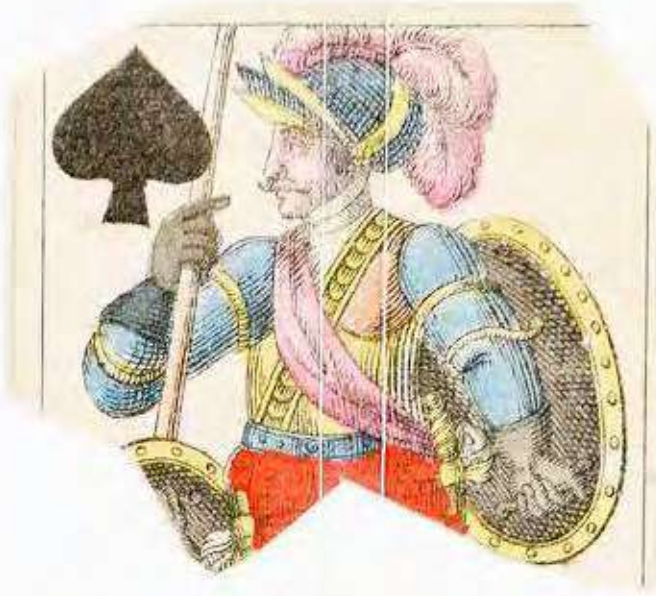


14. Imagiologia cerebral, investigação da Prof.ª Doutora Ana Cristina Rego, 2013.
O primeiro Prémio Neurociências Mantero Belard foi atribuído pela SCML ao projeto que tem como objetivo investigar a doença de Huntington. A doença de Huntington é uma patologia neurodegenerativa, genética, que afeta áreas específicas do cérebro humano e caracteriza-se por alterações do movimento. O projeto permitirá avaliar se a célula e os seus organelos (nomeadamente a mitocôndria, um importante produtor de energia nas células) ficam disfuncionais em fases precoces da doença, isto é, antes de ocorrer a morte neuronal causada pela doença de Huntington. Assim, utilizar-se-á um novo radiofármaco, o composto Cu(II)-ATSM PET, para análise de imagiologia cerebral numa fase pré-sintomática da patologia, isto é, numa fase precoce em que os doentes ainda não apresentam sintomas da doença. Este modelo permite detetar muito cedo onde ocorrem as alterações no cérebro e apontar novos alvos terapêuticos.



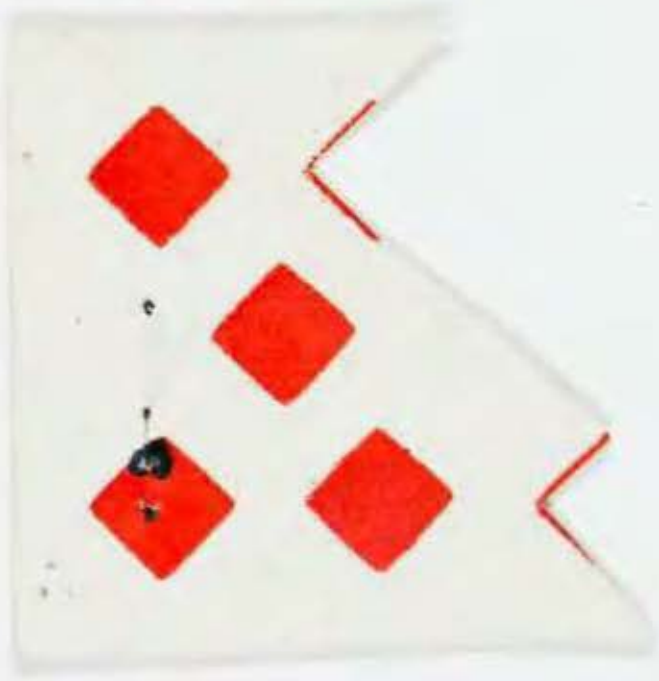
Sinal n.º 266 de 1805 (pormenor).

Sinal n.º 1229 de 1835 (pormenor).

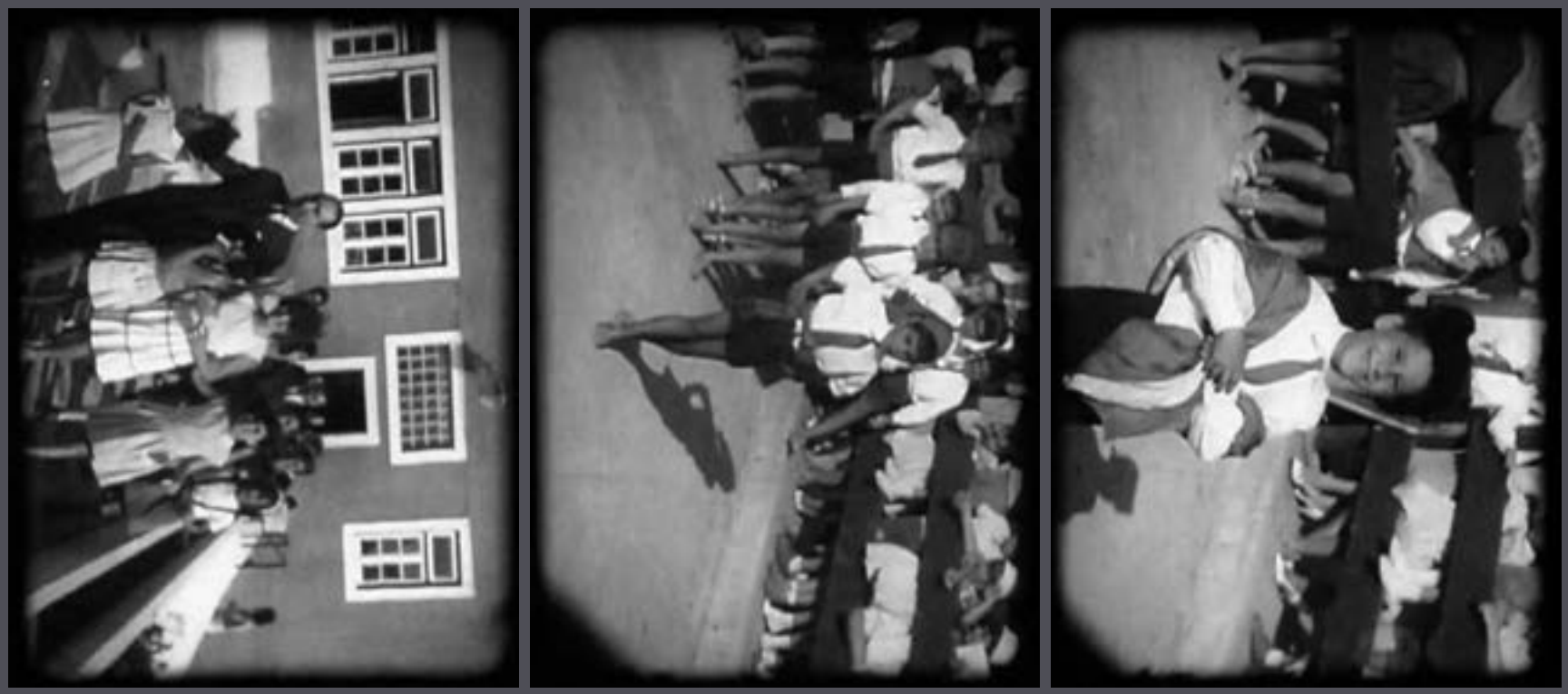


15. Sinais dos expostos (ver Caderno 2).
Cartas de jogar, algumas recortadas, que acompanharam crianças que foram deixadas ao cuidado da Santa Casa e que serviriam como identificação em caso de regresso dos pais.

Sinal n.º 1318 de 1836 (portmenor).



Sinal n.º 1858 de 1841 (portmenor).



16. Festa de inauguração das instalações remodeladas do Internato do Alvor, década 1960, filme 16mm.

17. Reportagem sobre crianças do Bairro Municipal do Cruzeiro em Lisboa, 1971, filme 16 mm

18. Fotografias da Sopa dos Pobres, 1959 (ver Caderno 3).
Estas fotografias integram o anexo II do relatório intitulado *Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confecção e Distribuição da Sopa dos Pobres,* elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1959.

O Provedor, e Irmaõs da Caza da Santa Mizericordia da muito antiga, Auguſta, nobre, e ſempre leal Cidade de Braga abaixo aſſignados: Fazemos ſaber aos Senhores Provedores, e Irmaõs das Santas Mizericordias, a quem eſta noſſa Carta de Guia for aprezentada, que deſta Cidade, e Hoſpital della vai

E por ſer pobre lhe mandamos paſſar a prezente, pela qual pedimos a Voſſas Mercês, por ſerviço de Noſſo Senhor, o mandem favorecer com ſuas eſmolas, como faremos pelas ſimilhantes de Voſſas Mercês: Em Meza, Braga de de 17 E eu Eſcrivaõ da Santa Caza a eſcrevi.

19. Carta de guia passada por Lourenço Borges Pereira Pacheco, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1784.
Pedido de concessão de esmolas e assistência a Guilherme Bacharam, francês, que se deslocava de Braga para Lisboa. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia do Porto, Feira, Coimbra, Leiria, Batalha, Alcobaça, Poços, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca e Lisboa, entre outras.

20. Carta de guia passada por Francisco Pedro Baptista, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coruche, 1784.
Pedido de concessão de esmolas e assistência a Caetano dos Santos, filho de Luís de Jesus e de Maria dos Santos, natural do Louriçal, bispado de Coimbra, que se deslocava de Coruche para o Hospital de Setúbal. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia de Muge, Salvaterra de Magos, Benavente, Samora Correia, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca, Barreiro, Azeitão.

O PROVEDOR, e Irmãos da Meza da Miſericordia deſta Villa de Coruche, &c. Fazemos ſaber aos Senhores Provedores, e Irmãos da Meza das Miſericordias, a que eſta noſſa Carta de Guia for apreſentada, que deſta Villa vai

E por nos conſtar de ſua muita pobreza, e neceſſidade, foi provído com eſmolas deſta Santa Caſa: Pelo que pedimos a voſſas mercês, que indo ſeu caminho direito, o favoreção com ſua eſmola. Em Meza de 26 de Nov.ro de 1784

O PROVEDOR, e Irmãos da Meza da Miſericordia deſta Cidade de Béja, &c. Fazemos ſaber aos Senhores Provedores, e Irmãos da Meza das Miſericordias, a que eſta noſſa carta de Guia for apreſentada, que deſta Cidade

E por nos conſtar de ſua muita pobreza, e neceſſidade, ſe proveo com eſmolas deſta Santa Caſa: Pelo que pedimos a Voſſas Mercês, que indo em caminho direito, o favoreção com ſuas eſmolas. Em Meza 24 de de 1784

Fr. M. Bispo de Beja

Com licença da Real Meza Cenſoria.

21. Carta de guia passada por frei Manuel [do Cenáculo Vilas Boas Anes de Carvalho], bispo de Beja e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Beja, 1784.
Pedido de concessão de esmolas e assistência a Domingos António, galego, que se deslocava de Beja para Lisboa. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia de Beringel, Alfundão, Alvito, Torrão, Alcácer-do-Sal, Setúbal e Palmela.

22. Bastão do provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Portugal, séc. XVI/XVII.
A haste termina em capitel, onde são representadas cenas relacionadas com obras de misericórdia: oração e enterro de um defunto, apoio espiritual e corporal aos presos, acolhimento de peregrinos e pobres. Inclui, ainda, uma quarta cena, com a representação de um casamento.

23. Ofício de Joaquim A. de Évora, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Évora, 1791.
Envio da carta citatória de Sebastião José Alfaiate e de Luís Francisco, presos pobres. Solicita a concessão de apoio jurídico a António Baptista, serralheiro, irmão da Santa Casa da Misericórdia de Évora, que se encontrava preso na cadeia do Limoeiro, em Lisboa. Inclui uma nota referindo que este detido fora sentenciado a dez anos de degredo na Índia.

Ill.mos Ex.mos Snr.s Provedor e mais Irm.os da Meza
N 36
1795

Bem remunerado me fica o dissabor, q. tive nas frustradas dilig.as q. fiz a benef.o do Prezo, com o gosto q. recebi agora da noticia q. V. Ex.as me fazem a honra de participarme, de se lhe ter salvado a vida, sem dependencia do perdão da Corte, q. tão viva m.te rezistio a todas as instancias.

Queira N. Senhor q. elle empregue melhor p.a o futuro a q. lhe concervou: e não menos dilatar as de V. Ex.as p.a socorro dos infelices. Eu da m.a p.te gratifico a V. Ex.as a honroza Mercê de me fazerem sciente deste triunfo da sua caridade, honrandome com a participação desta boa obra. D.s G.e a V. Ex.as m.s an.s

Evora 22 de Agosto de 1795

De V. Ex.as
M.to Vener.or e humilde Criado
Ant.o Per.a Palha

24. Carta do cónego António Pereira Palha, 1795.
Informação sobre o indulto concedido a [Bernardino da Silva, natural de Benavente], preso pobre [da cadeia de Lisboa]. O réu havia sido condenado à morte, mas a sua pena fora comutada para dez anos de degredo em Moçambique.

25. Ofício de [António Freire Gameiro de Sousa], bispo de Aveiro, provedor da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade, 1796.
Informação sobre o apoio jurídico concedido a João Luís de Sousa e a Manuel Marques, o coxo, presos da cidade de Aveiro e acerca dos legados pios não cumpridos naquela comarca no ano de 1795. Inclui uma relação das despesas efetuadas com o apoio jurídico dado aos mencionados detidos, bem como um ofício de Manuel José de Almeida, procurador nomeado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a cobrança dos referidos legados, informando que fora arrecadada a quantia de 159.985 réis.

26. Aviso Régio de 30 de Setembro de 1760.
Comparticipação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para o resgate dos cativos de Maquinez, no Norte de África, devendo pagar ao tesoureiro-geral dos Cativos a quantia de 40.000 réis por cada um dos 129 prisioneiros a libertar.

27. Aviso Régio de 18 de Outubro de 1760.
Entrega de 12.000 cruzados a Nuno Álvares Pereira de Melo, encarregue de uma expedição para o resgate de cativos no Norte de África.

99

Iá victoria, victoria, o Luso aclama
(Destruìda de todo a Ibèra gente)
Sendo aos mortos o campo eterna cama,
Morada aos viuos, a prisaõ vrgente:
Que inuicto Capitaõ claro por fama
Houue na idade antiga, ou na presente,
Que por tanto triumpho glorioso
Dèsse o nome a seu Rey de Victorioso?

100

Se naõ este (o Monarcha Augusto, & inuicto)
Heroico defensor, por cujo zelo,
Naõ lhe acha em todo o elpherico distrito
O mundo igual, a fama paralelo:
Este sòmente em todo o marcio rito
A Patria eternizando com desuelo
Leuantou com victorias singulares
Templos á eternidade, á fama altares.

FIM.

LR XVII 0576 15

ORAÇAM FVNEBRE

NAS EXEQUIAS QUE MANDOU
fazer na santa Casa da Misericordia desta Cidade de Lisboa o muito Alto, & muito Poderoso Rey

D. AFFONSO VI.

NOSSO SENHOR,

Aos Soldados Portuguezes, que morrèrão glorioſamẽte em defensaõ da Patria, no sitio de

VILLA-VIÇOSA,

E na batalha de

MONTES CLAROS,

ESTE ANNO DE 1665.

Diſſea o Padrè Meſtre
FREY CHRISTOVAM DE ALMEIDA,
Religioso dos Eremitas de S. Agostinho, Doutor na sagrada Theologia, Prègador de S. Magestade, Qualificador do S. Officio, Examinador das Ordens Militares, & Lente de Prima de Theologia no Collegio de S. Antam o Velho desta Cidade de Lisboa.

LISBOA.
Com todas as licenças necessarias.
Na Officina de Antonio Craesbeeck d'Mello Impressor de SUA ALTEZA. Ann. 1665.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA
ARQUIVO
BIBLIOTECA

28. Cristóvão de Almeida (1620–1679) *Oraçam fvnebre nas exequias que mandou fazer na Santa Casa da Misericordia desta cidade de Lisboa o muito alto & muito poderoso Rey D. Affonso VI Nosso Senhor aos soldados portuguezes que morrèrão gloriosamẽte em defensaõ da Patria no sitio de Villa-Viçosa e na batalha de Montes Claros este anno de 1665*, 1665.

℣ In visitatiõe beate marie ad helisabeth.
Antro.

Audeamus omnes in dño diez festuz celebrantes sub honore bẽ marie vgis de cuius visitatione gaudent angeli z collaudãt filiũ dei. Eructauit cor meuz verbũ bonũ dico ego opa mei regi. Gloria.

Oꝛõs sempiterne deus q ex abũdantia charitatis beatã mariã tuo filio fecundam ad salutationem elisabeth ispiraſti: ꝓsta q̃sumus: vt p ei⁹ visitationẽ dons celestibus repleamur: z ab omnibus aduersitatib⁹ eruamur. ℣per eundem.

Lcce iste venit saliẽs i mõtib⁹ trãsiliens colles. Similis est dilect⁹ meus capree hinnuloꝝ ceruoꝝ. Ecce ipse stat post parietez

FESTA JULII.

Prima die non impedita Officium Defunctórum.

DIE I.

IN DIE OCTAVA

S. JOANNIS BAPTISTAE.

DUPLEX.

Omnia ſicut in die fol. 395. *& in Láudibus ſit commemorâtio SS. Apoſtolórum, Antíphona* Glorioſi Principes terræ. ℣. In omnem terram, *ut infra fol.*

DIE II.

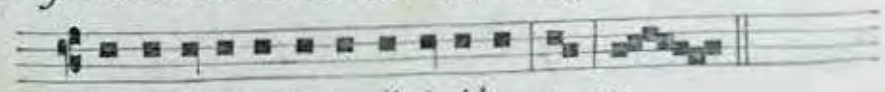
IN FESTO VISITATIONIS

B. MARIAE V.

DUPLEX.

AD VESPERAS.

Antiphona Exúrgens Maria, *cum réliquis de Laudib. fol.* 489, *Pſalmi conſuéti de B. M. ut in ejus Offic. parvo. Hymnus* Ave maris ſtella, *ut in Offic. B. M. in Sábbato.*



℣. Be nedícta tu in mu li é ri bus us us.
℟. Et benedíctus fructus vêtris tui i 1.

AD

30. Antifonário, séc. XVIII.

nicioso nos ajudey a liuras, poderoso Sancto, aquella tão dilatada Prouincia, a mais rica, & mais preciosa joya desta Coroa; para que ou no descanço de verdadeira paz, ou na superioridade de victoriosa guerra, se luza a conhecida prudencia, & valor de quem vos serue, & a gouerna & o sempre, & em toda a parte efficaz patrocinio de vossa sagrada intercessam, pella qual esperamos tambem, mediante a graça, a gloria.

Quam mihi, &c.

LAVS DEO.

SERMAM QVE PREGOV

O P. ANTONIO VIEIRA DA COMPANHIA de Iesv, na Misericordia da Bahia de todos os Santos em dia da Visitaçam de Nossa Senhora Orago da Casa.

ASSISTINDO O MARQVES DE MONTALVAM Viforrey daquelle estado do Brasil, & foy o primeiro que ouuio na quella Prouincia.

EM COIMBRA;
Com todas as Licenças Neſſarias.
Na Impreſſaõ de Thome Carualho Impreſſor da Vniuerſid. Año. 1658.

31. António Vieira (1608–1697), *Sermam que pregou o P. Antonio Vieira da Companhia de Iesu na Misericordia da Bahia de todos os Santos em dia da visitaçam de Nossa Senhora Orago da Casa*, 1658.

dada,porq̃ pelo meimo caſo, q̃ teue dinheiro,& valia pera impetrar o tal reſcripto,& prouiſão ſe deue preſumir que não he tão deſemparado que aja de ſer prouido pella miſericordia. Iſto com tudo não terá lugar ſendo o caſo de morte,porque então ſe fará o que melhor parecer ao Prouedor, & Irmãos da meſa, & a charidade Chriſtãa pede, que não ſeja deſemparado.

Farão por alcançar perdão das partes,que accuſaõ os prezos ſe os caſos forem de caridade que ſofraõ pedirenlho ſem eſcandalo,& ſe for neceſſário darão auiſo à meſa,para que as mande chamar,na forma que lhe parecer conueniente.

No iuramento dos prezos,& mais couſas ſeguirão o regimento,& ordem que lhes der o Prouedor,& meſa, & ſeraõ obrigados a dar conta todos os Domingos na meſa, dos termos,em que vão os feitos,& do modo, com que ſe corre com elles,eſtando preſentes os ſolicitadores dos prezos, & aduogado da caſa: & o Eſcriuão da meſa fará aſſento diſſo em hum liuro que pera eſſe effeito auerà.

farão que os prezos ſe confeſſem,& communguem pella Quareſma,& pellos quatro Iubileus do Arcebiſpado,que ſaõ pella feſta de noſſa Senhora d'Agoſto,pella feſta de todos os Santos,pella feſta do Natal,& pella feſta do Eſpirito Santo.

Proueraõ os prezos de paõ,que lhe baſte ao Domingo atè a Quarta feira ſeguinte,& à Quarta feira os tornarão a prouer atè o Domingo,de maneira q̃ lhes não falte em toda a ſomana de comer, & aos Domingos lhes darão mais hũa poſta de carne com hũa eſcudela de caldo, & teraõ tento, que ſe não dè a ração ordinaria àquelles,que a leuarem de doente.

Terão particular cuidado dos doentes informandoſe meudamente do que lhes falta,& perguntando ſe ſaõ viſitados dos ſiſicos, & ſirgiaõ, & ſe ha falta no prouimento da botica, & o mais que he neceſſario pera ſua cura,& achando niſto deſcuido que elles não poſſaõ remediar, darão conta na meſa,& faraõ que ſe lhe applique o remedio conueniente.

Terão cuidado de proſeguir as appellações dos prezos, que lhes forem commettidas para que ſe lhes faça juſtiça,& ſe deſpachem com breuidade.

Não aceitaraõ appellação algũa que lhe naõ ſeja entregue pella meſa, com rubrica do Eſcriuão da caſa da qual conſte, que fica lançada em liuro, & dos termos em que eſtuerem as ditas appellações, darão conta na meſa aos Domingos.

Terão particular cuidado com a embarcação dos degradados pello grande

grande ſeruiço que fazem a noſſo Senhor em os tirar das [illegible] & em aliuiar a caſa da deſpeza,que com elles faz.

13 Não embarcarão nenhum degradado ſem primeiro lhe entregarem ſua ſentença, & carta de guia,& ſem terem negoceado (aos que vão pera fóra do Reyno) o mantimento que ſe cuſtuma a dar nos almazens.

14 Irão duas vezes cada anno viſitar as galès para verem nellas as neceſſidades dos degradados, & ſaberem ſe tem comprido ja ſeus degredos, & tratarem de os ſoltar.

15 E aſſim terão à ſua conta pedirem nos Almazens as couſas neceſſarias para a prociſſão das Endoenças,que nelles ſe cuſtumão a dar. E darão conta todos os mezes ao Eſcriuão da meſa, do dinheiro que receberem do Recebedor das eſmolas pera iuramento dos ditos prezos.

CAPITVLO DOZE.

Dos Viſitadores.

ESte cargo de Viſitador,que ſó ſeis Irmãos da meſa tem, & deuem ter ſempre os mais velhos pella muita confiança, que delles ſe faz: he o mais occupado, & de mòr trabalho, que todos os que ha na Irmandade, porque ſó dous Irmãos em cada hũa das tres viſitas tem obrigação em todo o ſeu anno,de prouer cada mez, & cada ſomana peſſoalmente hũa tão grande cantidade de gente, como ſempre tem no rol, da ſua particular viſita, andando para iſſo a pee, ambos juntamente os mais dos dias a terça parte de toda Lisboa, que lhe cabe em ſeu diſtricto dos tres em que as tres viſitas eſtaõ repartidas,& de ſe achar em todas as quatro meſas,que ſe fazem na caſa da Miſericordia, & na do Hoſpital cada ſomana,& de acompanhar todas as Irmandades nos enterros dos Irmãos defunctos, & de ſuas molheres, & filhos de que faleſſem quaſi todos os dias, & de aſſiſtir no banco da Miſericordia todos os Domingos, & dias ſantos a todas as Miſſas do dia da obrigação da Igreja, & a outras da caſa em particular em certos tempos do anno,& a todos os mais officios, a q̃ os Irmãos da meſa tem obrigação de eſtar preſentes.

E porque ſe não compadece em lugar de lhes aliuiar o trabalho acreſcentarlho com outro, tanto mayor, como he o das informaçoens, ſobre

32. Compromisso da Miſericordia de Lisboa, 1619.

33. Vasco Fernandes, conhecido como Grão Vasco (1475–1542), *Visitação*, c. 1506–1511, Museu de Lamego.

Páginas 110–111
34. Filipe de Magalhães (1563/65-1652), *Cantum ecclesiasticum praecibus apud Deum animas juvandi, corporaque humandi defunctorum officium, missam et stationes juxta ritum sacrosanctae romanae ecclesiae omnium ecclesiarum matris et magistrae*, 1691.

O convite de Paulo Pires do Vale para compor uma obra para a exposição *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa* foi acolhido por mim com enorme entusiasmo. De imediato, pensei na hipótese de incluir citações do Fundo Musical do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a que entretanto tive acesso graças à inexcedível disponibilidade e simpatia de Francisco d'Orey Manoel. Foi assim que pude encontrar neste arquivo as obras de Duarte Lobo e Filipe Magalhães. E entretanto, pensei também que, para além das obras efectivamente presentes no arquivo, muitas outras da autoria de Filipe de Magalhães, que se teriam perdido em acidentes causados por acontecimentos como o terramoto de 1755, poderiam também ser citadas, já que teriam muito possivelmente sido compostas no âmbito das funções que desempenhou na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O meu interesse em utilizar repertório português da segunda metade do século XVI não é recente. Esta intenção intensificou-se, de resto, nos meus anos de estudo fora de Portugal, em que o maior conhecimento das tradições musicais da Europa central reforçou a minha constatação da enorme qualidade e originalidade do património musical quinhentista nacional. Procuro, no entanto, encarar todo o património cultural e, nomeadamente, o religioso, de uma forma dinâmica. Com isto, quero dizer que não só tento encarar este património à luz dos nossos dias, como procuro interrogar aquelas que são as nossas crenças e convicções contemporâneas face à herança do passado.

Finalmente, a ocasião de uma exposição sobre o tema da *Visitação* levou-me à composição de um *Magnificat* subordinado também ao tema da *visitação* entre linguagens musicais distintas. Por isso, *Magnificat* usa materiais tonais e modais sem, contudo, os usar de forma convencional. Quanto a mim, aliás, não faz sentido qualquer tipo de interdição em relação ao uso de determinado tipo de objectos na composição musical. O que me interessa é a relação entre esses objectos e não a consideração de cada objecto em si mesmo. Por isso, não hesito em usar tríades, quintas perfeitas ou outros objectos de outras linguagens, de outras épocas, ou de outras culturas. Na verdade, não concebo a minha composição isoladamente de todo um reportório cultural vasto, que existe e pede uma relação intertextual e dinâmica.

João Madureira

Egem cui om ni a vi vunt.

Ve ni te a do re mus.

Pſal. 94.

Enite ex ultemus Domino: ju-

bi lemus Deo ſa lu ta ri noſtro: præoccu-

pemus faciem ejus in confeſſi o ne, &

& in pſalmis ju bi le mus e i.

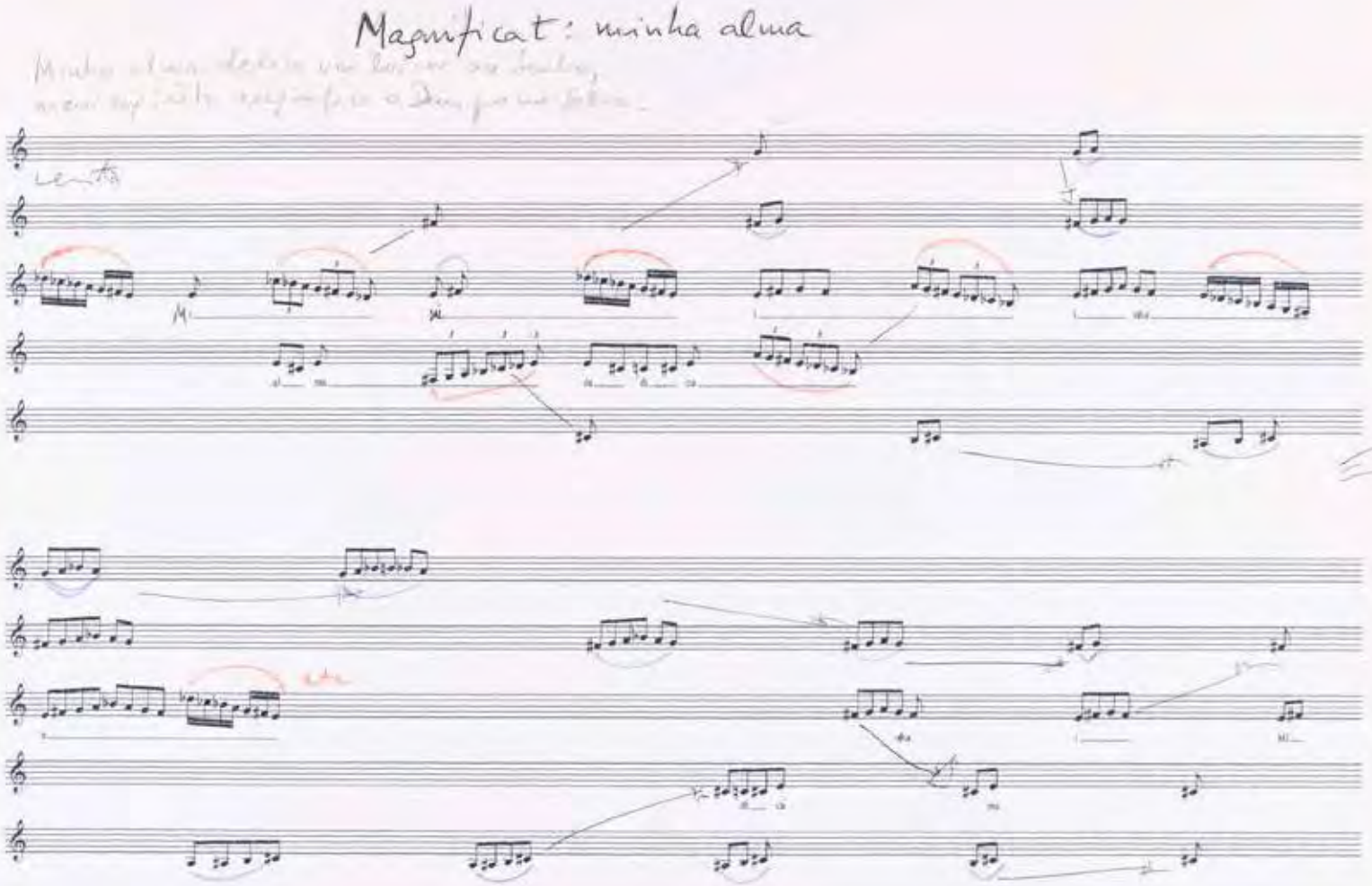
Regem cui om ni a vi vunt.

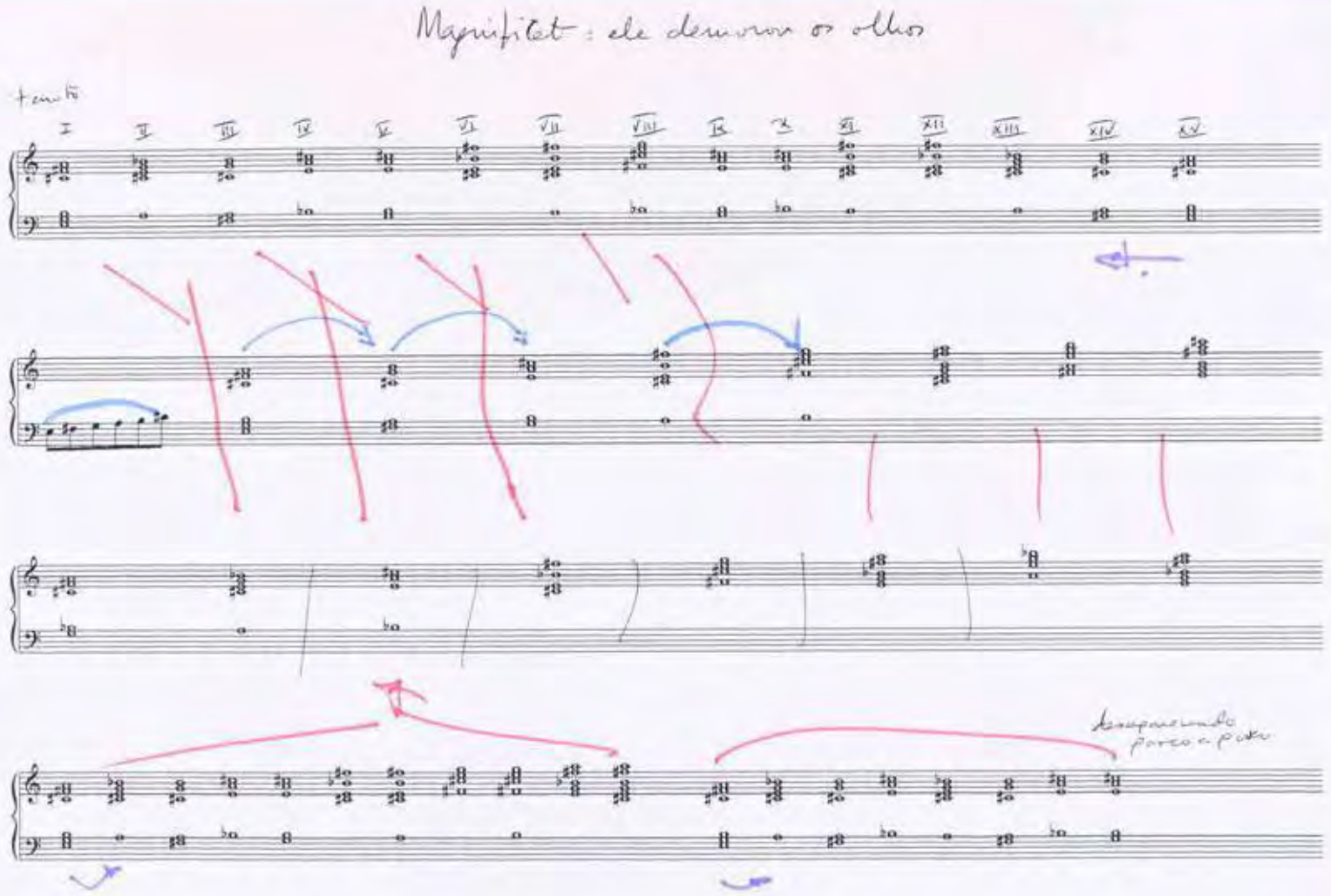
Venite ado re mus. Quoniam Deus

magnus Dñs, & rex magnus ſuper oēs Deos,

quoniam non repellet Dominus plebem ſuam,

quia

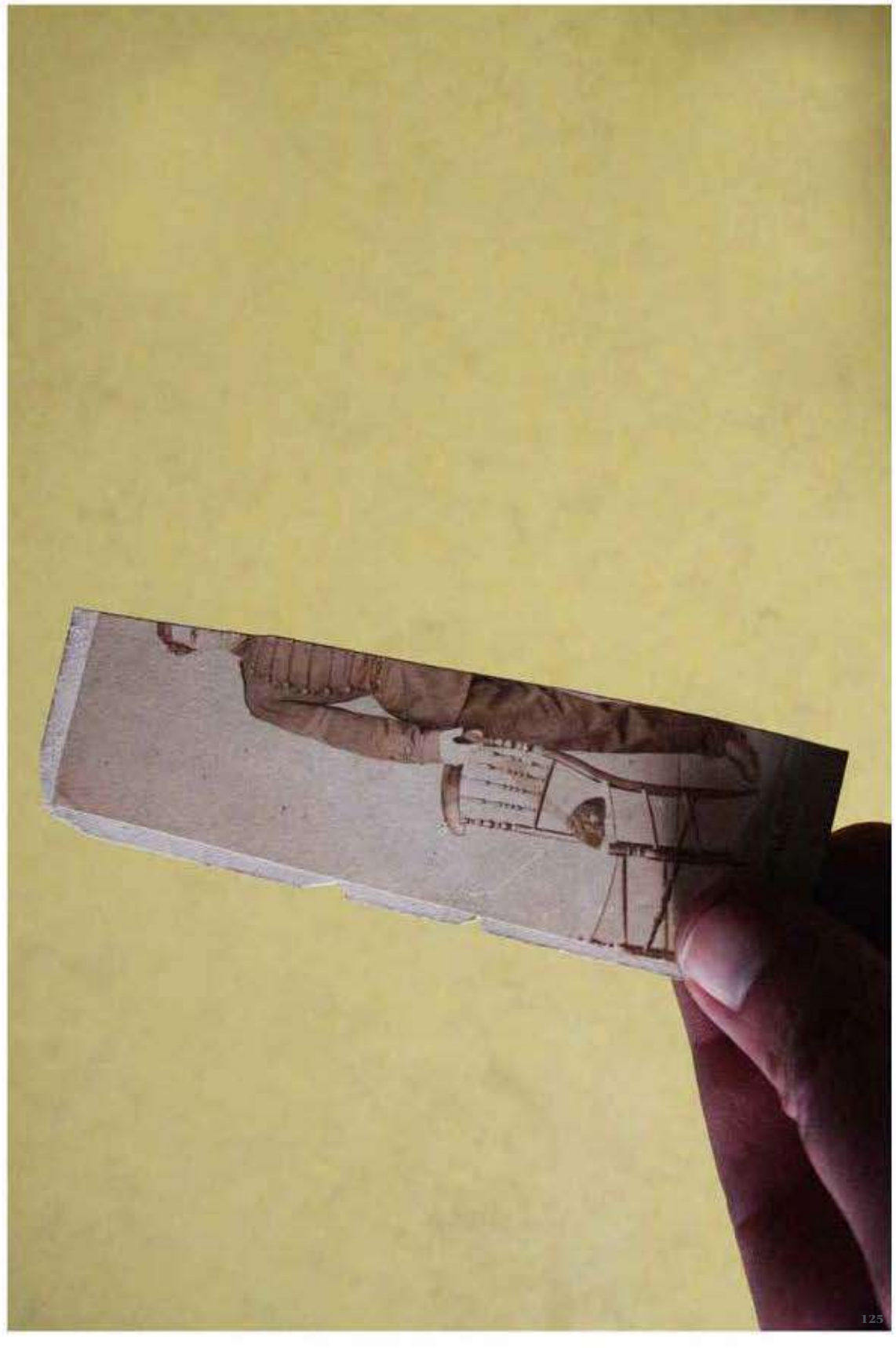


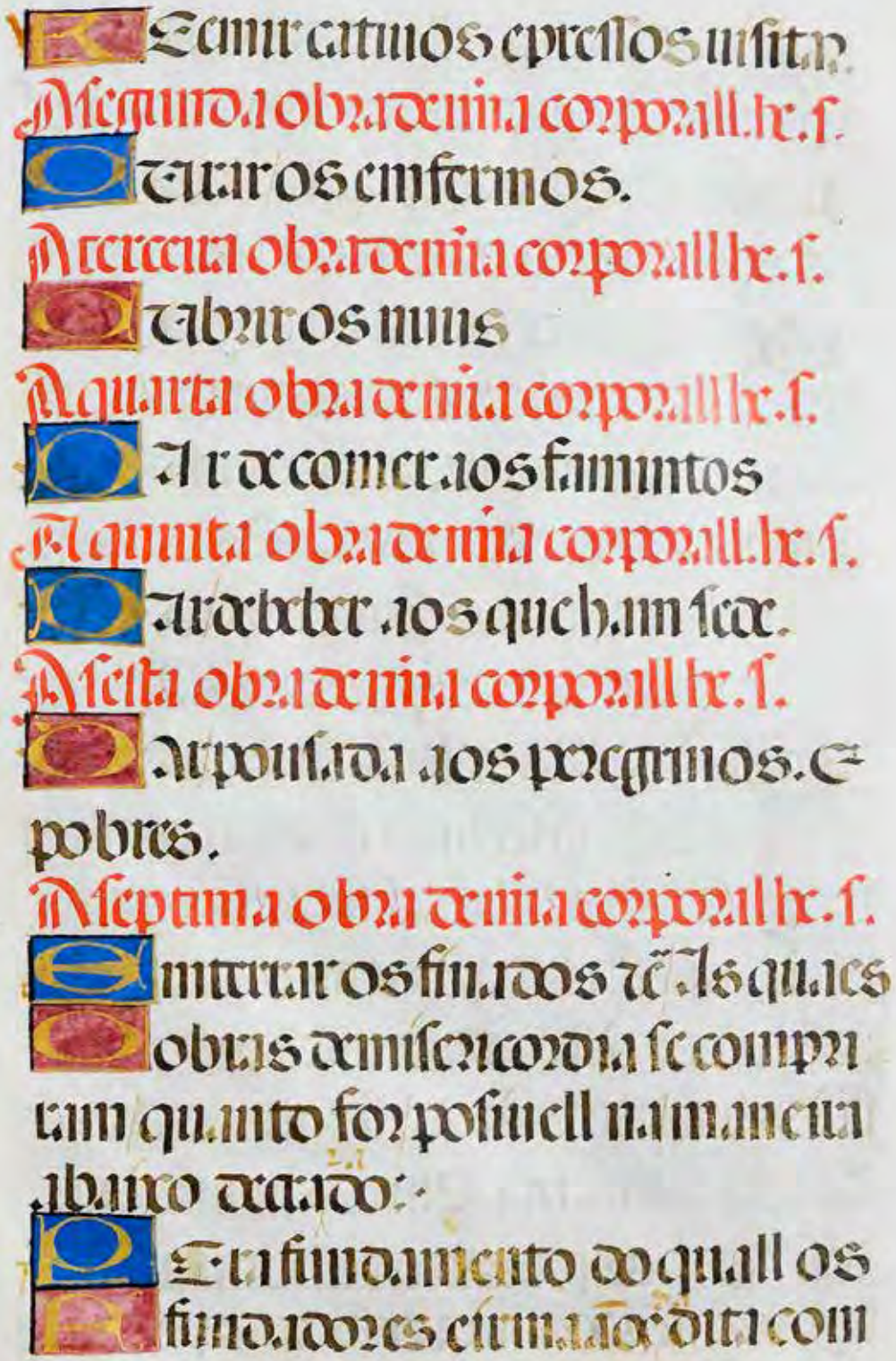


35. João Madureira, *Magnificat*, 2014 (esboço).

36. Daniel Blaufuks, da série *Corte*, 110 × 160 cm, 2014.

menino esta por
Janeiro





Compromisso da Misericórdia de Lisboa, 1520, fólio 8.

VISITA A 516 ANOS DE *AÇÃO* POR BOAS CAUSAS

1. A origem do desafio

Em Janeiro de 2014, foi lançado pelo Senhor Provedor, Dr. Pedro Santana Lopes, um importante *desafio* à Direção da Cultura: promover uma exposição que proporcionasse uma *visita* aos 516 anos de atividade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), realçando *ações* significativas, que se materializaram ao longo destes cinco séculos, tendo por base o acervo documental desta Casa.

Como a atividade da Misericórdia de Lisboa se concretizou em áreas muito distintas, temos à disposição um extraordinário manancial de informação, cujo critério de seleção teve de ser forçosamente setorial, destacando-se apenas alguns aspetos emblemáticos do notável trabalho que esta Casa desenvolve ininterruptamente há mais de 500 anos.

A epopeia da Misericórdia teve início oficial quando, em agosto de 1498, após a Rainha D. Leonor ter lançado um *desafio* a um grupo de "homens bons"[1], foi constituída uma Irmandade concebida com caraterísticas inovadoras[2] para a época. Determinava o seu *Compromisso*[3], que o grupo dos cem confrades seria formado por cristãos de estratos sociais diversos[4]. Todos eles deveriam empenhar-se na prática das catorze obras de misericórdia[5], tomar parte em diversas atividades implementadas pela nova Confraria e, anualmente, participar na eleição para a escolha dos membros que passariam a governar a Irmandade[6]. Cinquenta por cento dos Irmãos eleitos eram aristocratas, a outra metade era escolhida entre os "oficiais mecânicos". Ao tomar posse nos cargos, este grupo de treze confrades, passava a reunir-se à volta de uma mesa[7], que em alguns casos era redonda[8] para não colocar em evidência nenhum elementos do grupo, independentemente da classe social de origem.

Estes dirigentes tinham como incumbência exercer funções específicas[9] e incentivar os outros Irmãos a disponibilizar tempo, para ir ao encontro dos mais debilitados e desamparados. Todos deviam levar a cabo *ações* junto dos mais vulneráveis (como as órfãs, os doentes ou as crianças expostas[10]), em defesa dos mais desfavorecidos (como os pobres, os que não possuíam abrigo e os famintos) ou acompanhando os excluídos (como os condenados à pena capital). A todos estes grupos deviam tentar dar apoio material e conforto espiritual, contribuindo para reduzir o sofrimento na cidade e para edificar um ambiente social mais equilibrado.

Ao longo da vida, e mesmo na existência para além da morte, os Irmãos da Confraria da Misericórdia estavam presentes

1. Conjunto de 100 homens que se destacavam, nomeadamente pela sua conduta e postura, servindo de exemplo (vide fólio 3 do *Compromisso da Confraria da Misericórdia*, impresso em 1516, cota: *L.A.XVI.114*).

2. Esta Irmandade era distinta das confrarias medievais, porque não atuava tanto na interajuda entre os seus membros, mas tinha como objetivo agir no exterior, de modo a solidificar a doutrina cristã e, através da prática da caridade, desencadear um forte apoio à população, especialmente às camadas mais desprotegidas.

3. O *Compromisso* corresponde ao que hoje chamamos de Estatutos.

4. A Irmandade da Misericórdia incluía elementos que não eram nobres. Muitas vezes, as tarefas eram implementadas por grupos formados por dois membros, em que um era fidalgo e o outro plebeu. Deste modo, promovia-se não só o trabalho entre Irmãos de condições distintas, mas também a uniformização de tarefas exercidas pelos vários membros.

junto dos que mais precisavam, ajudando-os a minimizar problemas do corpo, da mente e da alma. Devido à sua vasta ação, a Irmandade da Misericórdia acabou por ser *condecorada* pela sociedade com o *título* de "Santa Casa". Como foi referido atrás, os Irmãos estavam presentes nas diversas etapas da vida da população:

- no acolhimento e educação das crianças[11] que eram entregues aos cuidados da Misericórdia, quando as famílias não podiam assegurar a criação e o ensino dos seus filhos[12];

- nos momentos marcados pelo sofrimento e por contrariedades, como no caso das doenças;

- estimulando a oração, organizando eventos religiosos, designadamente as procissões, que se tornavam momentos especiais de solidificação da fé e de aproximação da população com a "sua" Misericórdia;

- em épocas de grandes infortúnios, tais como as relacionadas com situações de viuvez ou de orfandade;

- levando alguma paz e conforto espiritual, em períodos de dificuldade e angústia, como os momentos de desavenças[13] ou até de situações que levavam à prisão;

- também na altura da morte e sepultação, realizando celebrações e rituais litúrgicos, assistidos por música sacra, que ajudavam a uma maior interiorização e promoviam a realização de súplicas por alma dos que já tinham partido.

Tanto a nível político como no domínio espiritual, interessava replicar este modelo, pelo que rapidamente nasceram Irmandades de Misericórdia em quase todas as povoações com algum relevo, as quais serviram frequentemente de braço assistencial do poder estabelecido. Esta interferência era visível, nomeadamente através do impulso régio na criação de novas Misericórdias, na elaboração de legislação específica com atribuição de privilégios, ou ainda na concessão de benesses, muitas vezes inscritas em disposições testamentárias.

É neste contexto que surge a entrega à Misericórdia de Lisboa de uma nova e imponente sede[14], edifício que foi mandado construir por D. Manuel I e concluído em 1534, já no reinado de D. João III.

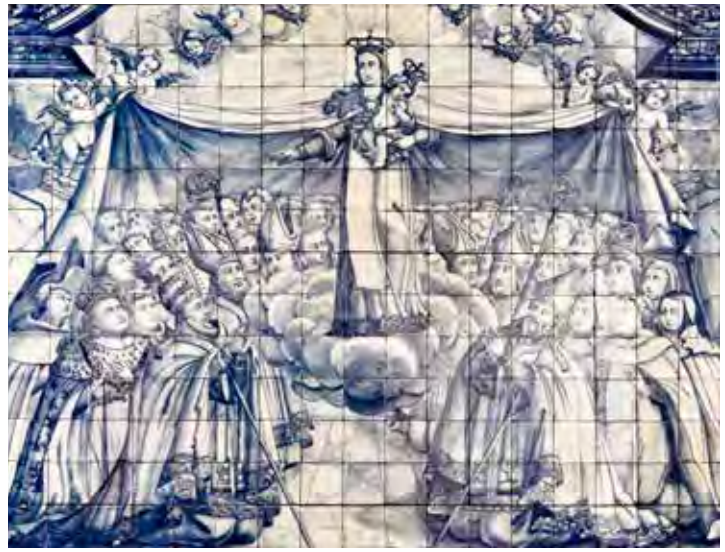
O papel da Misericórdia de Lisboa foi sendo cada vez mais marcante, de tal forma que, em 1564, a Irmandade passou a administrar o grande Hospital de Todos-os-Santos, estrutura de caridade concebida não só para tratar os doentes, mas também para apoiar os pobres e os carenciados[15].

Integrado neste *desafio* de afirmação e crescimento das Misericórdias, é essencial sublinhar o papel dos beneméritos que, ao longo dos séculos, atraídos pela *ação* das Santas Casas, doaram bens muito significativos, possibilitando fazer frente aos novos *desafios* de apoio aos mais desfavorecidos.

5. O amplo conjunto de obras de misericórdia é composto por **sete obras espirituais** e **sete obras corporais**. As primeiras, mais orientadas para questões morais e religiosas: ensinar os simples, dar bom conselho a quem o pede, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes desconsolados, perdoar a quem nos fez mal, sofrer as injúrias com paciência, rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. As obras corporais estão relacionadas sobretudo com preocupações materiais: remir os cativos e assistir os presos, visitar e curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pousada aos peregrinos e pobres, enterrar os mortos. Este "programa de ação", muito mais diversificado e complexo do que aquele que era estabelecido no seio das anteriores confrarias medievais, permitiu que, passados mais de cinco séculos, os seus objetivos continuem atuais e sirvam ainda de padrão orientador para a atuação das diversas Misericórdias.

6. Esta eleição realizava-se a 2 de julho e decorria depois de terminadas as cerimónias de evocação da visitação de Nossa Senhora a sua prima Santa Isabel, vide capítulo II (fólio 3 verso) e capítulo IV (fólio 4 verso), do Compromisso impresso em 1516 (cota: *L.A.XVI.114* e cota: *L.A.XVI.115*).

7. Mais tarde, e porque as decisões eram tomadas em reuniões onde os membros estavam sentados à volta de uma mesa, o órgão formado pelos elementos que chefiava a Misericórdia, passou a ser designado por "Mesa" ou por "Mesa Administrativa".



A Mãe de Cristo, Senhora da Misericórdia, acolhendo toda a humanidade, sob o seu manto protetor (pormenor de painel de azulejos do Hospital de São José de Lisboa).

2. A arte e a documentação como mecanismo de afirmação e como marca de poder

É importante referir que a promoção das diversas formas de expressão artística esteve sempre presente, desde os primeiros tempos de existência das várias Irmandades da Misericórdia. Tanto monarcas, como provedores e benfeitores incentivaram a criação de obras de arte, de modo a enriquecer o património e a difundir a *ação* destas Confrarias.

Diversas peças, com valor artístico especialmente significativo, foram preservadas por sucessivas gerações. Estes objetos concediam prestígio crescente à Santa Casa e, consequentemente, aos seus membros, perpetuando a *memória* das atividades desenvolvidas.

Em alguns casos, chegaram-nos apenas testemunhos escritos de determinadas peças artísticas, utilitárias ou de documentação específica, como é o caso:

a) dos livros onde se registavam todas as "amizades" que os Irmãos conseguiam que fossem alcançadas entre pessoas incompatibilizadas. A inscrição dessas reconciliações era assinada por testemunhas para que, mais tarde, as partes não negassem esses entendimentos, "por que o ymiigo da cruz sempre trabalha destrouar todo o bem fazer pera que os fiees crisptaãos se nom possam saluar"[16].

b) do "pendão" ou "bandeira" original[17], que os *Compromissos* mais antigos referiam que devia ter a representação de

8. Como exemplo podemos referir a mesa redonda preservada na Misericórdia de Abrantes ou a que existe na Misericórdia de Vila Viçosa. Qualquer uma destas mesas de reuniões inclui um cadeiral formado por quatro peças (cada uma suportando vários assentos), as quais também tinham forma arredondada. Apesar da "igualdade" dos participantes, a extraordinária mesa conservada em Abrantes possui um motivo ornamental ou palmeta, que destaca o lugar do provedor. No caso de Vila Viçosa, a figura do provedor era realçada porque este se colocava num assento individual, distinta do cadeiral coletivo.

9. Por exemplo, indo em grupos de dois Irmãos (um nobre e outro "oficial") promover o tratamento dos doentes, recolher esmolas, acudir os presos, ou *visitar* necessitados em cada uma das três "visitas" ou zonas em que a cidade de Lisboa estava dividida, segundo refere o *Compromisso da Misericordia de Lisboa* (Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1619).

10. Os "expostos" eram as crianças que os progenitores colocavam na "roda", passando a sua criação a ser providenciada por uma instituição idónea.

11. A partir de 1564, a Irmandade da Misericórdia passou a administrar o Hospital de Todos-os-Santos que, entre outras, tinha como incumbência receber e educar as crianças que eram entregues, porque os pais não as podiam criar.

12. Estas crianças eram designadas por "expostos".

Nossa Senhora da Misericórdia[18] de ambas as faces[19];

c) da "campainha manual"[20] que servia para chamar os Irmãos da Confraria, a fim de participarem em atividades concretas[21];

d) das varas dos mesários, das capas ou "saios", das tochas e lanternas, bem como dos crucifixos que eram usados nas procissões, desde o final do século XV[22];

e) das "tumbas" ou "andas" referidas nos primeiros *Compromissos*[23] e que indicam a existência dum esquife para transportar os cadáveres dos condenados à morte e de outro caixão destinado a levar outros defuntos, cujos enterros eram acompanhados pela Irmandade.

f) das "arcas" ou "cepos"[24] que tinham como finalidade conservar em segurança as recolhas de donativos.

No caso da Misericórdia de Lisboa, o brutal terramoto de 1755 destruiu a sede manuelina e inutilizou grande parte do seu relevante recheio[25]. No entanto, algumas peças e documentos considerados expressivos foram recuperados e preservados, tendo chegado até nós um acervo constituído por elementos com grande significado, como é o caso:

a) do portal manuelino da antiga igreja da Misericórdia, que sobreviveu ao violento sismo, servindo posteriormente como porta de acesso ao templo que aí foi edificado, o qual foi designado de Igreja da Conceição Velha.

b) de outro portal da antiga igreja da Misericórdia que, em 1873, foi transferido para o Museu Arqueológico do Carmo (em Lisboa)[26].

c) do bastão (ou maça cerimonial de aparato), executado em prata, que era utilizado pelo provedor da Misericórdia como símbolo do seu poder[27]. O topo desta peça possui um castão, decorado com quatro cenas de grande qualidade gravadas a cinzel. Três representam as seguintes obras de misericórdia, simultaneamente espirituais e corporais:

. visitar os presos, assistindo-os com a leitura das Sagradas Escrituras e levando-lhes sustento material, através da distribuição de pão para lhes saciar a fome. É interessante salientar alguns pormenores: um dos encarcerados é representado com óculos e outro espreita por uma janela lateral.

. enterrar os mortos, rezando pelas suas almas. Note-se que, para além do esquife que contém o corpo envolto numa mortalha, a imagem inclui um sacerdote que leva a cabo os ritos e orações fúnebres, assim como os irmãos que acompanham o cortejo, envergando as suas capas e transportando as varas, as tochas e a bandeira da Irmandade.

. dar pousada aos peregrinos e acolher os pobres, recebendo-os e disponibilizando guarida, de modo a proporcionar-lhes descanso físico e conforto espiritual.

A quarta imagem é referida por alguns autores como sendo

13. Os *Compromissos* antigos incluíam um capítulo intitulado «Em como ham de procurar pera fazerem amizades». Promovia-se a reconciliação entre as pessoas desavindas, ficando registadas num livro todas as «amizades que assy se fizerem» (capítulo XIX, fólio XIII verso, do Compromisso impresso em 1516 – cota: *L.A.XVI.114* e cota: *L.A.XVI.115*).

14. Este edifício em estilo manuelino caiu durante o terramoto de 1755. Depois, foi parcialmente utilizado para aí se edificar a Igreja da Conceição Velha, cujo tímpano da porta é composto por uma escultura com uma admirável representação de Nossa Senhora da Misericórdia.

15. Esta é a descrição que foi redigida na legenda da gravura de Lisboa, executada por Sebastian Henric petri, e concebida perto do final do século XVI. Um exemplar desta imagem impressa é preservado no Arquivo Histórico da SCML, tendo sido usada para ilustrar um dos pontos multimédia desta exposição. Agradecemos ao Dr. João José da Silva Santos a entrega benemérita do trabalho de tradução do texto inserido na legenda desta gravura e que está redigido em alemão antigo.

16. Capítulo XIX, fólio XIII verso, do Compromisso impresso em 1516 (cota: *L.A.XVI.114*).

17. É natural que estas bandeiras se tenham degradado ao longo dos tempos, uma vez que os Compromissos determinavam que o pendão devia acompanhar os Irmãos em diversas cerimónias, pelo que a sua utilização era muito frequente, inclusivamente ao ar livre e em condições climatéricas por vezes adversas.

Pormenores da decoração do bastão do provedor da Misericórdia de Lisboa, séc. XVI/XVII.

18. A Senhora da Misericórdia que, sob o seu imenso manto, suspenso por anjos, protege toda a população, é o símbolo mais antigo desta Irmandade, aparecendo representada com mestria em diversas peças, logo no início do século XVI. É o caso dos compromissos impressos em 1516, onde a Mãe de Cristo é apresentada com grande perfeição (cota: *L.A.XVI.114* e cota: *L.A.XVI.115*). A mesma iconografia também foi utilizada numa iluminura do Compromisso executado em 1520 (código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/07/02*), ou no tímpano, sobre a porta lateral da antiga Igreja manuelina da Misericórdia de Lisboa. Ao longo dos séculos, este tem sido um elemento identificador das Misericórdias.

19. Vide fólio 7 do *Compromisso* manuscrito executado pelo escrivão Gomes Peixoto, em 1502 (código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/07/01*). A indicação de que a imagem da Virgem da Misericórdias deveria estar representada nas duas faces do pendão, também vem referida no verso do fólio 10 d'*O Compromisso da confraria de Misericórdia*, obra impressa em 1516, por Valentim Fernandes e Hermão de Campos (cota: *L.A.XVI.114*).

20. Mencionada no *Compromisso* manuscrito de 1502 (fólios 2, 7 ou 9) ou no *Compromisso* impresso de 1516 (nomeadamente nos fólios 3 ou 10 verso).

21. Relativamente às campainhas originais temos conhecimento de que a Santa Casa da Misericórdia de Évora conserva uma (profusamente decorada, executada em metal, com 13x6,5cm), que contém uma inscrição na base, onde é registado o ano de 1555.

a representação da consagração do matrimónio[28]. Apesar de não se tratar de uma obra de misericórdia, o desenho do casamento poderá ter sido selecionado para figurar neste bastão, por se tratar do sacramento que institui a união do homem com a mulher. Este sacramento implica que cada cônjuge tenha como objetivo a promoção do bem-estar e da felicidade do outro, pelo que deve promover o espírito das obras de misericórdia. Acresce que este sacramento simboliza, não só o matrimónio de Cristo com a Igreja Povo de Deus, mas também a Aliança misericordiosa de Deus com a Humanidade.

d) da pintura a óleo sobre madeira que tradicionalmente era identificada como representando o terceiro casamento de D. Manuel I. Trata-se de uma obra de grande qualidade artística, executada em 1541 por Garcia Fernandes, que possui especial importância para a Misericórdia de Lisboa, uma vez que nela se encontra retratado o provedor D. Álvaro da Costa.

Pormenor de pintura de Garcia Fernandes exposta no Museu de São Roque, ultimamente identificada como *Casamento de Santo Aleixo*, onde é retratado D. Álvaro da Costa, provedor da Misericórdia de Lisboa (1541).

22. Na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Misericórdia de Belas (do Patriarcado de Lisboa) existe uma cruz processional (executada em prata e que está datada de 1548-1549), a qual inclui a representação de Nossa Senhora da Misericórdia, com o manto aberto para proteger a população. Imagens desta excecional peça vêm reproduzidas na página 174 do catálogo da exposição *500 anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração* (Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000).

23. Registadas, por exemplo, no fólio 7 do *Compromisso* manuscrito em 1502, ou no fólio 10 verso, do *Compromisso* impresso em 1516.

24. No *Compromisso* manuscrito de 1502 (fólios 7 e 7 verso) ou no *Compromisso* impresso em 1516 (fólios 10 verso e 11) vêm registadas diversas "arcas" ou "cepos" para recolha de dinheiro, roupa e entrega de outras esmolas.

25. Neste tremor de terra, ocorrido a 1 de novembro de 1755, o edifício manuelino caiu e foi, em grande parte, consumido pelo fogo. Com ele, desapareceu um espólio imenso e a documentação antiga da Instituição, que era guardada no importante Cartório. O facto de se ter perdido a *memória*, inviabiliza a reconstituição de aspetos fundamentais relacionados com a atuação da Misericórdia de Lisboa nos primeiros séculos de existência.

Todos estes fatores, assim como as diversas interpretações sobre que casamento representa, têm incentivado investigações e diversos estudos acerca deste quadro[29].

e) de diversa documentação antiga,produzida antes do terramoto de 1755[30], e que trata assuntos distintos, nomeadamente os relacionados com:

e)-1) o apoio aos bebés que por diversas razões as famílias tinham de colocar na roda dos expostos[31]. Designadas genericamente de "**expostos**", estas crianças eram entregues aos cuidados duma Instituição, que merecia toda a confiança para supervisionar a sua criação e a educação. Para permitir o controlo do percurso de cada um destes menores, muitos registos foram produzidos e conservados pela Misericórdia, sendo que estas séries documentais foram descritas no *Inventário da Criação dos Expostos* (Lisboa: SCML, 1998)[32]. De entre esta documentação podemos destacar o conjunto de "sinais de expostos", os quais eram compostos pelos objetos que os pais colocavam junto das crianças, para servirem como identificação e garante da correspondência entre a criança e os seus progenitores. Na sua grande maioria cada "sinal" era composto por um "escrito", texto onde eram transmitidas recomendações, pedidos e outras mensagens específicas. Por vezes, os "escrito" podiam incluir diversos tipos de objetos, alguns relacionados com os progenitores, aparecendo também peças que serviam como elemento de "proteção", como os que eram baseados em crenças religiosas ou superstições[33]. Quando os pais vinham reclamar os seus filhos entregavam, geralmente, um documento igual ou que completava o sinal que tinha sido entregue (designado de "contra-sinal"), o qual podia possuir, por exemplo, um corte irregular, que se ajustava e encaixava na outra metade.

Podemos estabelecer um paralelo entre o tempo e os "sinais de expostos". Em cada situação, a história do passado dessas pessoas só será desvendada quando, no futuro, tivesse lugar a "visita" dum familiar. Deste modo, a mensagem que tinha sido depositada originalmente completava-se e, a partir desse momento, a vida desse exposto passava a ser acrescentada de memórias familiares, antevendo-se a promessa de um futuro diferente.

Preservou-se ainda outra documentação que trata de assuntos relacionados com os expostos. É o caso de informações relativas à obrigação de entrega de verbas destinadas a auxiliar a sua criação, como por exemplo:

. o Decreto de 1668 que incumbia o Senado da Câmara de Lisboa a pagar uma verba anual para os expostos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/039*).

. o Breve Pontifício de 1676, que determinava a entrega de determinado montante por parte da Mesa Episcopal de Lisboa

26. No catálogo deste Museu, intitulado *Construindo a memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, esta peça é descrita nas páginas 452, 453 e 470. Indica-se que o portal contém uma inscrição que menciona o ano de 1534 e que no inventário deste Museu, elaborado em 1891, é referido que esta peça foi "desentaipado na igreja da Conceição velha [...]", tendo sido identificada com o nº 3.867.

27. Este objeto tem um valor muito significativo para a Misericórdia de Lisboa, encontrando-se exposto no Museu de São Roque, tendo-lhe sido atribuído o nº 624 no inventário da ourivesaria.

28. Poderá ser consultada a página 124 do catálogo *Museu de São Roque* (2ª edição. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2008), ou a página 28 do livro *Ourivesaria e Iluminura: século XIV ao século XX* (Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998). Neste segundo trabalho é indicado que o bastão «*era utilizado no casamento das órfãs recolhidas pela Santa Casa*» mas, após diversas pesquisas, não encontrámos qualquer base documental para comprovar esta afirmação. Vítor Ribeiro refere apenas que esta «grande massa [...] acompanhava o Provedor nos actos solemnes da Casa» (vide página 329, no seu trabalho *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história: 1498-1898*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902).

destinado aos expostos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/052*).

. o Breve Pontifício de 1676 ou do Decreto de 1692 que dizem respeito a pensões pagas pelo Arcebispado de Braga para auxiliar a criação dos expostos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/060 e /062*).

Foram também emitidos outros diplomas, designadamente os destinados a incentivar o aumento do número de amas que cuidavam dos expostos, como referem os Alvarás Régios de 1654, 1701 e 1746, ou a Provisão do Desembargo do Paço de 1735 (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/016, /065, /088 e /080*); estes textos estabelecem a isenção do cumprimento de obrigações militares por parte dos maridos e dos filhos de amas.

e)-2) a área da **saúde**, nomeadamente:

. Cartas Régias de 1532 e de 1665, concedendo privilégios ao marchante[34] do Hospital de Todos-os-Santos, assim como benefícios idênticos ao carniceiro da Misericórdia de Lisboa (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/003 e /024*).

. diplomas atribuindo benefícios ao Hospital no abastecimento de bens para "sustento" dos doentes, como a Carta Régia 1658 referente à entrega de trigo (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/019*), a documentação de 1665 relativa ao fornecimento de legumes, incenso e de outros produtos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/022, /029 e /034*), assim como o documento de 1722 relacionado com a atribuição de açúcar (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/072*).

. Alvará Régio de 1564, concedendo à Misericórdia rendimentos de capelas[35] que se encontravam vagas, para serem aplicados na cura de doentes (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/006*).

. documentação de meados do século XVIII relativa à entrega ao Hospital de parte dos rendimentos provenientes do monopólio do aluguer de cadeirinhas, destinadas ao transporte de doentes na cidade de Lisboa (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CT/04/05/040*).

e)-3) **assuntos espirituais**, podendo-se destacar:

. Breve Pontifício de 1561, autorizando o Hospital de Todos-os-Santos a administrar os sacramentos (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/005*).

. Breve Pontifício de 1681, concedendo indulgência aos padecentes ou condenados à morte que se confessassem, mostrassem arrependimento e invocassem a imagem de Cristo (ex. código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/054*).

e)-4) **normas internas e gestão da Casa**, salientando:

. uma cópia manuscrita do *Compromisso*, redigida pelo escrivão Gomes Peixoto, em 1502[36], lavrado sobre pergaminho, exemplar que se encontra no Arquivo Histórico da SCML (código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/07/01*).

. o *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa, manuscrito iluminado sobre pergaminho, datado de 1520 (código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/07/02*). Esta obra de arte foi executada com grande competência e perfeição pelo escrivão André Peres e inclui importantes iluminuras, atribuídas a António d'Holanda. Apesar de ter feito parte da biblioteca particular dos condes de Castelo Melhor, este livro foi adquirido em 1879 num leilão[37]. Atualmente, encontra-se preservado no Arquivo Histórico da Misericórdia.

. o livro dos privilégios e mercês (código de referência: *PT-SCMLSB/SCML/CR/01/001*). A Misericórdia tinha direito a um juízo privativo, uma vez que estava destacado um desembargador da Casa da Suplicação para tratar dos assuntos relacionados com a Misericórdia, sendo que este Juízo Privativo das Causas da Misericórdia de Lisboa e Hospital de Todos-os-Santos, tinha precedência sobre o das Casas Nobres.

3. A exposição com um fio condutor

Nos últimos tempos, tem-se vindo a consolidar a convicção de que as atividades culturais são instrumentos potenciadores de integração social. Deste modo, o reforço dessas iniciativas passou a ser um meio de pôr em prática obras de misericórdia, tendo-se dado um sentido mais amplo às determinações que indicam que se deve "dar bom conselho", "ensinar" os que não têm conhecimento, ou até mesmo "fornecer alimento" a todos os que procuram fazer face a essas carências. Neste sentido, a cultura tem vindo, de uma forma progressiva, a estar acessível a um maior número de membros da comunidade. Com esta exposição desejamos também captar várias faixas etárias e diversos estratos da população, aspirando a que os visitantes possam retirar proveito desta iniciativa.

Através da presente mostra não pretendemos, tal como foi referido no início deste texto, apresentar uma sequência cronológica de documentos, que retratem todas as áreas de atuação da SCML. Desejamos, antes, que esta exposição proporcione uma *visita* sedutora, disponibilizando a todos uma progressiva descoberta de atividades marcantes, relacionadas com o importante papel que a Misericórdia desempenhou ao longo dos tempos. Essencial será cativar as pessoas, propondo-lhes uma atitude de descoberta ativa, numa exposição que integra algumas séries de documentos de arquivo, complementadas com outras peças que facilitam a interpretação de acontecimentos específicos. Além disso, a exposição deveria ter um cunho fortemente artístico e um cariz mergulhado

29. Esta pintura está descrita no nº 2 do catálogo *Museu de São Roque* (2ª edição. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2008). Poderá igualmente ser consultado o texto que foi redigido no nº 5 da obra *Pintura: colecção de pintura da Misericórdia de Lisboa: século XVI ao século XX* (Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998. *In* Colecção Património artístico, histórico e cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, volume V). Entre outros, também Vítor Ribeiro fez referência a este quadro (vide páginas 288 a 295, no seu trabalho *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história: 1498-1898*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902).

30. Para consultar uma lista mais exaustiva de documentos que foram salvos após ter ocorrido este terramoto, poderão ser analisadas, entre outras, as páginas 313 a 328 do trabalho de Vítor Ribeiro, intitulado *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história: 1498-1898* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902), ou a base de dados que tem vindo a ser elaborada pelos técnicos do Arquivo Histórico da SCML.

31. Em Lisboa a roda dos expostos localizava-se no Hospital de Todos-os-Santos e, depois do terramoto de 1755, esta estrutura foi transferida para a antiga Casa Professa de São Roque, edifício que ainda hoje é a sede da Misericórdia. A entrega destas crianças manteve-se anónima até 1870, ano em que se passou a registar o nome dos progenitores e as causas da exposição.

32. No *site* da Misericórdia de Lisboa já se encontra disponível este *Inventário*, que contém a descrição do acervo documental referente aos expostos da roda. Neste *site* também podem ser consultados os últimos artigos produzidos pelos técnicos da SCML, e que foram publicados na revista da Santa Casa, intitulada *Cidade Solidária*. Os investigadores podem ter acesso a estes trabalhos, redigidos nos últimos anos, em http://www.scml.pt/areas_de_intervencao/cultura/arquivo_historico/trabalhos_publicados/

33. Medalhas ou estampas de Cristo, Nossa Senhora ou Santos, aparecendo também figas ou outros amuletos, mas também tranças de cabelo da mãe, meias de algodão, moedas, dados ou cartas de jogar, frações de bilhetes de lotaria, fotografias, pulseiras, brincos, entre muitos outros objetos pessoais, cheios de sentimento e com significados específicos.

34. Pessoa ligada aos matadouros e ao negócio com gado.

35. Neste caso, a expressão "capela" é utilizada na aceção de *conjunto de bens materiais destinados a permitir a realização de ofícios religiosos por alma do testador ou de outra pessoa por ele indicada.* Por vezes essas determinações deixavam de ser concretizadas e as verbas ficavam sem ser utilizadas, daí que este diploma conceda à Misericórdia bens dessa natureza.

Missale romanũ, 1522 (pomenor do n.º 29 do cat.).

Visita que pressupõe uma atitude de disponibilidade, serviço e doação, permitindo uma transformação do coração (fólio 186v do *Missale romanũ*, 1522, A.A. XVI-87).

na modernidade. Por estas razões, recorremos ao saber e entusiasmo de Paulo Pires do Vale, que aceitou o *desafio* de ser o curador desta exposição. Após ter analisado o acervo documental, este esteta e investigador sugeriu o título para a exposição: *Visitação – O Arquivo: Memória e Promessa*. Esta designação encaminha-nos para uma análise do passado – *memória* baseada na leitura dos documentos do arquivo e na reconstrução de factos históricos relacionados com a Santa Casa – mas integra também uma reflexão sobre o futuro – a *promessa* que nos é progressivamente revelada em cada momento.

Quando os participantes se envolverem na exposição, aperceber-se-ão que este título se relaciona igualmente com a celebração litúrgica da *visitação* de Nossa Senhora a sua prima Santa Isabel[38], uma vez que este foi o dia selecionado, logo no século XV, como data de celebração da criação da Irmandade, e o dia para se proceder à eleição dos "oficiais" que iriam governar a Misericórdia. A escolha desta festividade para um ato tão simbólico é compreensível, porque as obras de Misericórdia estão relacionadas com a atitude de Maria, que apesar de já transportar Jesus no seu ventre, se disponibilizou para se colocar a caminho e servir sua prima, prestes a dar à luz São João Baptista. Este gesto devia servir de estímulo aos diferentes Irmãos da Confraria para que, através de uma *ação* permanente – e adequada a cada época – estivessem despertos para levar a cabo as obras de misericórdia: *visitando*, acolhendo e indo ao encontro dos que mais necessitavam. Assim se promovia um programa de transformação e aperfeiçoamento, através da concretização de atividades específicas.

É por isso que, para esta exposição, foram selecionados livros com textos musicais e imagens quinhentistas representando a *Visitação*, assim como um sermão do padre António Vieira pregado na Misericórdia da Bahia, no dia em que se celebrava esta festa litúrgica. De forma a dar maior realce a esta dimensão matricial, a exposição inclui também um *Compromisso* de 1619, aberto no capítulo onde se define o exigente trabalho que os *visitadores* da Misericórdia tinham de levar a cabo pelas três áreas em que a cidade estava dividida.

Para nos falar sobre as Santas Casas e a evolução histórica dos processos que sofreram mudanças ao longo dos tempos, assim como das tarefas que permaneceram imutáveis, convidámos a especialista sobre a História das Misericórdias, Isabel dos Guimarães Sá. Esta Professora da Universidade do Minho apresenta-nos um texto que disponibiliza importantes dados sobre atividades desenvolvidas por diversas Casas de Misericórdia.

O curador Paulo Pires do Vale propôs a participação neste evento de reputados artistas contemporâneos de áreas dis-

36. O Arquivo Histórico da SCML conserva também dois exemplares distintos do primeiro *Compromisso da Irmandade da Misericórdia*, **impresso** datado de 1516. Estas obras (que foram distribuídas e utilizadas por todas as Misericórdias), possuem caracteres tipográficos e gravuras de enorme qualidade, tendo algumas diferenças gráficas. Estamos perante dois livros que foram produzidos com grande mestria pela tipografia primitiva, de tal forma que, como referia o Professor José Vitorino de Pina Martins, se pode afirmar terem sido gerados por uma tipografia que já nasceu adulta e cheia de competências.

37. Consultar a 1.ª deliberação da ata da sessão da Mesa de 4 de março 1879, onde se indica que este livro foi comprado pelo valor de 27$560 réis. Deverá também ser analisada a 1.ª deliberação da ata da sessão da Mesa de 23 de outubro de 1890, onde é referido que este Compromisso foi restaurado e encadernado em Paris, sendo que as despesas foram pagas pelo distinto colecionador e bibliófilo António Augusto de Carvalho Monteiro, milionário que orientou a decoração simbólica e iconográfica do palácio na sua Quinta da Regaleira, situada em Sintra.

38. Apesar da data de celebração desta festa ter sido alterada no calendário litúrgico, o dia 2 de julho continuou a ser celebrado em Lisboa para comemorar a fundação da sua Misericórdia.

tintas. Com base no acervo documental e utilizando diversas peças, estes intérpretes talentosos atualizaram linguagens, atribuindo novos significados e destinos a cada mensagem.

João Lopes Madureira Silva Miguel baseou-se em repertório português do século XVI[39] e no texto do *Magnificat*[40]. Apesar deste tema ter inspirado muitos artistas ao longo dos séculos, a peça musical agora criada por João Madureira foi profundamente influenciada por uma visão contemporânea. Terá a sua primeira audição pública no final da exposição. Para interpretar esta composição foi selecionado o *Officium-vocal group*, composto por vozes consagradas e que tem como diretor artístico Pedro Teixeira. Foram também contratados os músicos Ana Cristina Castanhito de Almeida, na harpa, João Afonso de Bragança Pereira Coutinho, na flauta, e Luís Miguel Oliveira Gomes, no clarinete. O *Compact Disc*, com a gravação da peça fará parte integrante do catálogo desta exposição.

Daniel Blaufuks recriou documentos e deu a cada objeto um sentido distinto através das suas fotografias. No conjunto apresentado, foram salientadas determinadas peças que são elementos constitutivos de alguns "sinais de expostos". Esta é uma leitura particular com imagens fortes, até porque, quando analisamos os "sinais", deparamo-nos com mensagens que transmitem uma vibração especial, que nos transporta para o domínio do "transcendente", e nos obriga a ter a atitude de respeito, idêntica a quem "pisa chão sagrado".

O realizador Pedro Costa apresenta-nos uma instalação com a projeção de figuras humanas que convidam o público a participar nesta *visita*, onde se retratam algumas das *ações* que, ao longo dos tempos, foram promovidas e concretizadas pelas Santas Casas, tendo em vista cada indivíduo como um Ser único e insubstituível, integrado numa sociedade complexa e dinâmica.

Com o projeto expositivo de Filipe Alarcão foi possível, para além de evidenciar a beleza das peças selecionadas, dar realce aos diferentes documentos, numa galeria que integra um espaço complexo e que reabre as portas, depois de ter sofrido uma importante intervenção. A exposição de cada peça também foi valorizada com a participação de Vítor Vajão, especialista com reconhecido mérito na área da luminotecnia. O recurso a materiais multimédia possibilitará, certamente, uma otimização da relação do visitante com determinados elementos expostos.

Será essencial referir também que as peças generosamente emprestadas por quatro instituições - Museu Nacional de Arte Antiga, Museu de Lamego, Museu da Farmácia e Igreja de Santa Cruz do Castelo (em Lisboa) - permitiram enriquecer consideravelmente esta exposição, tornando possível valorizar esta iniciativa e captar públicos específicos.

Conjuntamente com a exposição era essencial disponibilizar um catálogo que teria de incluir marcas de originalidade e imprimir, de forma inovadora, uma comunicação cativante. Para esta tarefa foi desafiada Sílvia Prudêncio, que ficou responsável pelo *design* gráfico do catálogo da exposição. Pretendíamos que, utilizando o talento demonstrado noutras ocasiões[41], fosse concebido um exemplar com indiscutível valor estético.

4. O Arquivo na atualidade e no futuro

Os arquivos guardam elementos informativos que foram produzidos por pessoas ou instituições, no decurso das suas atividades. Independentemente do suporte onde foi registada, esta informação vai sendo acumulada, tendo em vista servir de prova ou de esclarecimento, relativamente a *ações* específicas que foram implementadas. Podemos assim afirmar que os arquivos são repositórios de factos mais ou menos longínquos, funcionando como a *memória* que permite conhecer e reconstituir determinados acontecimentos. Para isso é essencial que o arquivista ordene, descreva, classifique, avalie e selecione convenientemente o acervo documental, acondicionando e criando condições ambiente adequadas para a sua boa preservação. Só assim será possível assegurar que, no futuro, a informação seja recuperada, permitindo abrir uma porta que dê acesso ao passado.

Outra função essencial dos arquivistas consiste na disponibilização e na divulgação da documentação existente, para que os interessados a conheçam e possam aceder ao seu conteúdo.

No entanto, a missão do arquivista tem vindo a evoluir, porque as novas tecnologias vieram alterar significativamente a produção documental e colocar distintos *desafios* relativamente à guarda e conservação da informação. Deste modo, exige-se que o arquivista assuma uma atitude dinâmica e uma permanente atualização dos conhecimentos, no que diz respeito às questões relacionadas com a gestão da informação, por forma a certificar que a memória institucional não se perde. Para isso, é indispensável:

- estabelecer regras que permitam uniformizar as tarefas de avaliação, seleção e classificação da documentação[42], não só para permitir uma recuperação eficaz da informação, mas também para confirmar que todos os documentos com relevância para a *memória* institucional são preservados[43]. Assim será possível levar também a cabo uma consistente política de eliminação progressiva dos elementos que vão perdendo o interesse informativo ou probatório.

39. Nomeadamente nas partituras do Mestre de Capela da Igreja da Misericórdia, Filipe Magalhães, que viveu entre 1563/65 e 1652.

40. Este texto é inspirado no cântico recitado pela Virgem Maria, na ocasião da Visitação a sua prima, após Santa Isabel a ter louvado como Mãe do Salvador.

41. Destaque-se o catálogo da exposição *Tarefas Infinitas: quando a arte e o livro se ilimitam*, organizada pelo Museu e a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, em 2012.

42. Na Misericórdia de Lisboa temos vindo a trabalhar na definição dum plano de classificação documental (PCD) de base funcional para toda a Instituição.

43. Será essencial levar a cabo o acompanhamento e o controlo dos vários passos, nomeadamente monitorizando a classificação da informação introduzida no sistema de gestão de documentos, de modo a permitir que a seleção e eliminação se processem de forma automática.

44. É fundamental que o plano de preservação digital (PPD) seja elaborado com grande rigor, para assegurar o acesso prolongado à informação registada nos novos suportes.

- implementar medidas para normalizar e simplificar procedimentos que garantam, nomeadamente, a desmaterialização progressiva dos processos. Para isso é imprescindível concretizar a modernização tecnológica, exigindo-se, por exemplo, a aplicação de princípios de universalidade e interoperabilidade, assim como a definição de estratégias bem concebidas para tornar possível uma eficiente preservação da memória registada em suporte digital[44]. Este é um aspeto sensível, dado que a taxa de obsolescência tecnológica é cada vez mais rápida.

- confirmar que o sistema de gestão documental cumpre os princípios de proteção e segurança da informação, tais como: *autenticidade*, atestando que uma mensagem é transferida na íntegra e que provém do emissor legítimo; *integridade*, assegurando que os dados não sofram modificações não autorizadas, e que a informação e os métodos de processamento sejam exatos e seguros; *confidencialidade*, garantindo que a informação é acedida somente por pessoas autorizadas; *disponibilidade*, assegurando que a informação e os serviços se mantêm acessíveis e operacionais quando requeridos por um utilizador autorizado.

Apercebemo-nos que o *desafio* para o Arquivo é exigente, num tempo em que a multiplicidade de suportes e a globalização da informação geram, ininterruptamente, e a uma velocidade quase desumana, experiências voláteis e *memórias* de curto prazo. O futuro exige que saibamos apresentar propostas que tenham por objetivo atingir soluções adequadas.

Foi à luz deste *desafio* de modernização que foi concebida esta *visita* aos 516 anos de atividade da SCML, procurando dar palco aos bastidores de cinco séculos de trabalhos realizados por *Boas Causas*, e que continua a ter por base as Obras de Misericórdia.

Homenageando um passado, de que muito nos orgulhamos, procurou-se projetar a *ação* da SCML, que atuou muitas vezes de forma inovadora, com grandes qualidades e tendo como objetivo a defesa do Ser Humano. Além disso, foram propostas novas linguagens no tratamento de um tema frequentemente associado a um registo tradicional e previsível.

Não quero terminar este texto sem referir que só foi possível pôr em prática este projeto graças ao enorme envolvimento, dedicação e profissionalismo de uma grande equipa, a quem expresso entusiasticamente o meu agradecimento pelo trabalho empenhado; bem hajam por esta *ação.* A última palavra caberá ao Público que nos virá *visitar*.

Francisco d'Orey Manoel
Diretor do Arquivo Histórico
da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Detalhe do Sinal e contra-sinal n.º 13, de 1834. Compostos por escrito com corte ondulado.
Documentos da entrega de José Maria, criança exposta, a Henrique Eugénio, seu pai.

Fotografia da Sopa dos Pobres de Belém, 1959 (ver Caderno 3). Esta fotografia integra o anexo II do relatório intitulado *Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confecção e Distribuição da Sopa dos Pobres,* elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1959 (cat.18).

AS IDADES DA MISERICÓRDIA DE LISBOA: VELHOS E NOVOS POBRES

Este texto explora quinhentos anos de história da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do ponto de vista das situações de privação a que foi acudindo ao longo do tempo, e da forma como desapareceram alguns dos destinatários das suas práticas de assistência. Centra-se nos tipos de pobres que assistiu ao longo dos seus três primeiros séculos de vida: aqueles a que se destinava quando foi fundada em 1498 e os que foram aparecendo de novo ou cuja escala se avolumou desde o século XVI até ao século XVIII. A partir do século XIX, e sobretudo no século XX e nestes primeiros anos do século XXI muitos "novos pobres" surgiram: os sem-abrigo, mulheres e crianças vítimas das mais variadas formas de violência, os toxicodependentes. Outros sempre existiram, mas só há pouco tempo assumiram uma magnitude que os transforma em problema social: os idosos, os migrantes, os deficientes... Sobre estes últimos duzentos anos, a informação de que disponho é reduzida no que toca à forma como estas realidades pressionaram a Misericórdia de Lisboa no sentido de criar serviços específicos para lhes acudir, faltando-me precisar as cronologias de extinção e criação de novos serviços de ação social. A fazê-lo com rigor e profundidade, traçar a evolução das práticas assistenciais da Santa Casa seria uma tarefa desmesurada para uma só pessoa; esperemos que novos projetos coletivos se debrucem sobre as mudanças operadas. Comecemos pois, a nossa panorâmica *à vol d'oiseau*; que me desculpe o leitor a ignorância e as imprecisões.

Os receptores de caridade correspondem a uma construção ideológica, potenciada pela evolução económica e social, geralmente consubstanciada em novas designações para tipologias recentes de carenciados, ou para situações que, sendo já antigas, se encaram de nova forma. Com o tempo, novos vocábulos vieram substituir a palavra "caridade", justamente porque o ato de ajudar os outros passou a ser enquadrado por novas ideologias: beneficência e filantropia por todo o século XIX com o liberalismo, as lojas maçónicas e depois o republicanismo; novamente caridade ou assistência com o salazarismo, às mais recentes "solidariedade", "responsabilidade social" ou até "desenvolvimento humano". Mau grado a sua importância, não será este o momento de passar em revista estas mudanças; concentremo-nos antes nas atividades assistenciais das misericórdias, em especial na Misericórdia

de Lisboa, e tentemos compreender a forma como mudaram ao longo destes já mais de quinhentos anos. Repito, no entanto, que conheço melhor grande parte das práticas que focaremos para os períodos anteriores a finais do século XVIII, não me sendo possível, no breve espaço de tempo de que dispus para escrever este texto, saber exatamente quando tiveram início alguns dos novos serviços da Misericórdia de Lisboa.

Não haveria confrarias de misericórdia sem a vaga de associações de leigos que se desenvolveu em toda a Europa Ocidental desde o século XIII. Muitas vezes incentivadas, e acompanhadas de perto por membros de ordens religiosas ou autoridades eclesiásticas, as confrarias partilhavam de uma religiosidade comum a todos. Corresponderam a um movimento anterior à turbulência confessional do século XVI, que procurava uma vivência da fé mais interiorizada e próxima das primeiras experiências do cristianismo. Para esse movimento, conhecido pela designação geral de *Devotio Moderna,* contribuíram em grande medida as ordens mendicantes, que forneceram o pano de fundo da atenção votada aos mais pobres, em especial a religiosidade franciscana, ao transformar a pobreza voluntária e a caridade num dos instrumentos principais para a obtenção da salvação eterna. Eram muitos os homens e mulheres, que, não podendo seguir uma vida religiosa claustral, procuravam imitar Cristo nas suas práticas de devoção, através de uma vida de penitência, de oração e de obras de caridade.

Em primeiro lugar, cabe referir a própria criação da formulação das obras de misericórdia, baseada nas escrituras sagradas, em particular no Evangelho de São Mateus (25: 31-46), que refere todas as obras corporais de misericórdia, com exceção do enterro dos defuntos, difundido mais tarde quando se abandona a antiga cremação romana em favor da inumação. Por outro lado, embora não se restringindo aos valores da religião cristã, mas enquadrando-os nos valores profanos da atividade guerreira, a cultura cavaleiresca institucionalizou várias categorias de necessitados, que haveriam de ter uma longa duração, elegendo três grupos preferenciais: os órfãos, as donzelas em perigo e as viúvas. Era uma formulação profana, assente numa ideologia de género, que considerava vulneráveis todos aqueles que julgava não se poderem valer da força física e das armas, conotadas estritamente com o género masculino. Em todo o caso, consagrou-se a proteção aos mais fracos como um dever senhorial, sendo raro o senhor que não mandasse criar os seus enjeitados ou casar raparigas à sua custa.

A fundação da Misericórdia de Lisboa insere-se neste enquadramento devocional tardo-medieval, em que os fiéis se reclamam de uma vivência interiorizada da fé, seguindo de perto a devoção franciscana. É também à devoção mendicante (mas não só) que devemos a exacerbação da luta contra as minorias religiosas, em principal os judeus. Por outro lado, o viveiro das primeiras misericórdias é a corte aristocrática, quer falemos da corte régia propriamente dita ou das casas dos membros da família real e da alta aristocracia, como será o caso da casa da rainha D. Leonor, que, como se sabe, a fundou.

UMA GIGANTESCA CATEGORIA DE NECESSITADOS: AS ALMAS DOS MORTOS

Embora o corpo fosse pouco a pouco assumindo importância, a verdade é que a principal entidade a necessitar de ajuda eram as almas dos mortos. A conceção de um terceiro lugar para além do Céu e do Inferno, o Purgatório, de que Jacques Le Goff traçou o nascimento na Idade Média, obrigava a que os vivos procurassem encurtar os tempos de expiação de pecados veniais, encomendando missas por alma[1]. Nesse sentido, tornou-se prática os crentes deixarem bens para a sua celebração, em prol das suas próprias almas ou das dos seus familiares. Como se acreditava que deviam ser ditas até ao dia do Juízo Final, ou seja, até ao fim dos tempos, os doadores deixavam bens de raiz, ou juros, e pediam para que elas fossem ditas "enquanto o mundo durar". Por outro lado, a crença no Purgatório ajudou a criar situações que legitimavam a prática do juro, que a antiga condenação da usura tornava impraticáveis. Ou seja, as instituições de caridade podiam aceitar heranças ou depósito de dinheiros que emprestavam a juro baixo, aplicando-o em prol da caridade, e portanto desculpabilizando-o. O empréstimo a juros, essencial à atividade comercial, era portanto desvinculado da usura, pecado mortal em que incorriam por força os negociantes e banqueiros. As misericórdias portuguesas comungaram desse movimento, que se deu à escala europeia, ao aceitarem heranças que, quando convertidas em numerário, tinham de ser prolongadas no tempo através do juro, ainda que inferior ao juro usurário, esse a taxas mais altas.

Eram os rendimentos das heranças dos defuntos que pagavam as missas por alma, que por sua vez funcionavam como o ganha-pão de numerosos membros do clero. Qualquer igreja ou capela os podia manter, mas o certo é que as misericórdias atraíram muitas doações, concentrando avultados patrimónios, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, quando a igreja de Roma confirmou a existência do Purgatório. A Misericórdia de Lisboa chegou a ter quase cem mil missas de sua obrigação em meados do século XVIII. Era esta a sua principal ação assistencial, numa época em que o espíri-

1. Jacques Le Goff, *O Nascimento do Purgatório*, Lisboa, Estampa, 1993.

to estava muito acima do corpo na hierarquia de valores. Com o tempo, este tipo de serviço espiritual foi desaparecendo, em parte porque o Iluminismo tendeu a operar um processo, ainda que lento, de desvalorização da vida *post mortem* em favor da busca da felicidade terrena. Esse processo teria como corolário uma valorização crescente do corpo e da saúde física. Mais tarde ainda, já no século XX, a descristianização, ao abalar a crença no Purgatório, fez cair em desuso as missas por alma celebradas repetidamente durante períodos de tempo prolongados.

OBRAS DE MISERICÓRDIA CORPORAIS

O resgate de cativos e a assistência aos presos

Outro dos serviços desaparecidos, que a Misericórdia prestou sobretudo aquando do seu início, foi o resgate de cativos e a assistência aos presos, que juntos formavam a primeira das obras de misericórdia corporais.

As almas dos prisioneiros de guerra contra o infiel, pelo perigo de conversão a outras religiões, encontravam-se a ponto de se perderem para todo o sempre. O resgate de cativos, embora não fosse uma obrigação estrita da Misericórdia de Lisboa, por razões que não cabe aqui aprofundar, constituiu no entanto uma prática importante; conhecemo-la sobretudo para o Porto do século XVI, atormentado pelas capturas dos seus pescadores[2]. Pouco ou nada resta destas duas formas de assistência: o século XIX consagrou o advento da prisão penitenciária, em que os presos passaram a constituir um encargo do Estado. Por outro lado, seria impensável nos nossos dias resgatar um prisioneiro de guerra com base no perigo que podia correr de se converter a outra religião.

Nos primórdios do século XVI, as prisões estavam a ponto de se transferir do castelo senhorial para a câmara municipal, um poder local que se articulava melhor com o aumento do poder régio. No entanto, eram meros dispositivos onde se aguardava o julgamento, desprovidos de financiamento local ou estatal no que toca ao sustento dos encarcerados. Passava-se fome, adoecia-se e morria-se nos cárceres se a família ou os amigos não acudissem aos seus. Do ponto de vista religioso, o cárcere constituía uma metáfora do Purgatório; como as almas, o preso aguardava "livramento". A Misericórdia de Lisboa centrou grande parte da sua atuação, desde o primeiro momento, na assistência aos encarcerados pobres, designando irmãos para visitar as cadeias, limpá-las, levar comida aos presos, providenciar médico em caso de doença. Mas a confraria ia mais longe: fomentava acordos extrajudiciais que os libertassem da prisão, muitas vezes procurando conciliar inimigos; encurtava os tempos de espera pelo julgamento; prestava assistência no tribunal, defendendo as suas causas. No século XVIII, este era um serviço que exigia da SCML recursos materiais e humanos consideráveis, uma vez que o número de presos que assistia anualmente se situava entre novecentos e dois mil.

2. Ocorrências numerosas em Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Série D, banco 8, livros 3 e 4. Para Lisboa, marcam igualmente presença nos gastos anuais que a confraria publicava em folha volante. In *Colecção de Folhetos em que se publicam as contas anuais da Misericórdia de Lisboa, do Hospital de Todos os Santos de Lisboa e da Mesa dos Inocentes (sécs. XVII-XVIII)* (fotocópias de proveniências diversas, reunidas pela autora). Todos os dados numéricos citados neste ensaio provêm desta fonte, anteriormente explorada em "Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime", *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 303-334 (disponível em http://hdl.handle.net/1822/3848).

Os doentes pobres

As misericórdias foram as principais entidades administradoras de hospitais entre a segunda metade do século XVI e 1975, data da sua nacionalização em todo o país. A obrigação de curar os doentes pobres estava consagrada na segunda obra de misericórdia corporal. Embora a princípio os irmãos visitassem apenas as enfermarias com o intuito de assistir espiritualmente os doentes, cedo passaram a administrar hospitais. A Misericórdia de Lisboa geria, entre outros, o principal hospital da cidade, o Hospital de Todos os Santos.

As doenças que causavam a institucionalização de doentes foram também elas mudando ao longo do tempo. No início do século XV, a lepra era já uma doença em recessão, embora a sífilis tivesse feito a sua fulgurante e devastadora aparição nos anos finais do século, para desaparecer enquanto doença incurável apenas em 1928 com a descoberta da penicilina por Alexander Fleming. Até então, muitos hospitais dispunham de enfermarias próprias para tratar o gálico, nome pelo qual a doença era conhecida, ou forneciam "curas" sazonais, internando mulheres e homens e sujeitando-os a dolorosos e inúteis tratamentos. Outras doenças, menos devastadoras mas igualmente incómodas motivavam curas específicas, como por exemplo a tinha, que atingia sobretudo crianças e moços.

Se muitas misericórdias organizavam "curas" de sífilis, a verdade é que a Misericórdia de Lisboa tendeu a centralizar no Hospital de Todos os Santos o tratamento de um "novo" tipo de assistidos, os loucos, possuindo uma enfermaria própria para eles desde o reinado de D. João III. Ao longo do século XVIII, recebia-os de muitas misericórdias do país[3]. Na segunda metade do século XIX e primeira do XX, apareceram "manicómios" um pouco por todo lado, nos quais os pacientes podiam ser internados de forma vitalícia[4]. Mas também aqui se verifica a mesma transitoriedade que observámos para outras categorias de necessitados. Ou seja, o hospital psiquiátrico encontra-se hoje em vias de extinção, desativado em algumas das suas antigas valências, ou em profunda reformulação.

3. Laurinda Abreu, "A Misericórdia de Lisboa, o Hospital Real e os insanos: notas para uma introdução", in *Museu São João de Deus – Psiquiatria e História*. Coord. Natália Correia Guedes, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 112.

4. Paulo Araújo, *Miguel Bombarda: médico e político*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

O enterro dos defuntos

A sétima obra de misericórdia corporal – enterrar os defuntos – dava igualmente origem a outro serviço prestado pela misericórdia, que devia enterrar aqueles pobres inaptos a pagar o seu enterro e a encomendar a sua alma. Era um dos seus serviços mais importantes, sobretudo no que diz respeito aos sepultamentos do elevado número de crianças que a mortalidade infantil ceifava. Entre os adultos pobres, no século XVIII, a Misericórdia de Lisboa fazia entre setecentos e quase dois mil enterros gratuitos por ano. Se lhes somarmos os escravos que também sepultava *pro bono*, embora em rigor as despesas com estes devessem ser suportadas pelos donos respetivos, temos outro serviço de caridade significativo, hoje também desaparecido.

POBREZA E CICLO DE VIDA: CRIANÇAS E VELHOS

Há que mencionar uma diferença fundamental entre o período moderno e os nossos dias: no primeiro, o peso da assistência às crianças era avassalador. Do ponto de vista da demografia, compreende-se: a pirâmide de idades caracterizava-se por uma base ampla, que ia diminuindo à medida que se avançava nas diferentes faixas etárias, apresentando a forma de um triângulo. Ou seja, eram muitas as crianças que nasciam, mas a mortalidade elevada ia deixando a sua marca, afunilando a pirâmide desde a sua base; poucas pessoas chegavam a uma idade avançada. Hoje, essa pirâmide apresenta a mesma forma, mas é a de um triângulo invertido, com poucas crianças e muitos idosos. Retomaremos o tema mais à frente, quando falarmos destes últimos. Para já, ficamos pelo número elevadíssimo de crianças que nasciam, sem que a população tivesse meios substanciais de contraceção, a não ser adiar a idade média ao primeiro casamento, fazendo que as mulheres "desperdiçassem" cerca de dez a quinze anos do seu ciclo fértil[5]. Em parte porque a sexualidade jamais se atinha aos limites estritos do casamento, em parte porque nem todas as famílias tinham condições para criar todas as crianças que nasciam, há uma progressão do abandono de crianças entre o século XV e a segunda metade do século XIX, de que a história da SCML dá justamente conta. Quer porque era relativamente fácil abandonar um recém-nascido de forma anónima (nas igrejas e outros locais muito frequentados, ou à porta de particulares) quer porque passou a existir um dispositivo – a roda –, que permitia fazê-lo de forma segura sem revelar a identidade dos abandonantes, o fenómeno cresceu exponencialmente.

Em Portugal, encontram-se testemunhos de enjeitados (nome pelo qual estas crianças eram inicialmente conhecidas) em testamentos senhoriais dos inícios do século XVI, que primam pelo escasso número de abandonos que revelam. Por exemplo, quer a duquesa de Beja, D. Beatriz (mãe de D. Manuel I), quer o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, providenciaram a favor de crianças abandonadas nos seus testamentos, pagando a sua criação às pessoas que os tinham a cargo, embora contando-os pelos dedos, e identificando quem os criava[6]. Já antes, no século XIII, Isabel de Aragão, mulher do rei D. Dinis, tinha criado um hospital de meninos enjeitados, em Santarém[7]. O abandono de crianças devia estar já em aumento no reinado de D. Manuel I, uma vez que este legislou expressamente no sentido de identificar a quem competia a sua criação[8]. No entanto, nada que se compare ao que haveria de vir. Nos séculos seguintes, a progressão foi avassaladora, a ponto de, no século XIX, darem entrada na Misericórdia de Lisboa milhares de crianças abandonadas por ano. Nessa altura, estas crianças partilhavam a designação de enjeitadas com a de "expostas", um deslocamento semântico não muito fácil de entender. Nos nossos dias, embora o abandono de crianças continue a existir sob diferentes formas, a escala não é de modo algum comparável. Raramente se processa de uma forma anónima, excepto em casos que, pela sua excecionalidade, chegam às manchetes dos jornais e aos noticiários televisivos, sendo por via de regra identificadas as pessoas que as abandonam depois de investigação policial.

Os historiadores atribuem a escalada do abandono entre os séculos XVI e XIX a uma combinação entre miséria e ilegitimidade, alguns hipervalorizando a primeira em favor da segunda, e vice-versa, sem que seja fácil, pela natureza anónima do fenómeno, ser muito assertivo acerca da questão. Vejamos como e quando desapareceu este abandono de massas e o que se lhe seguiu. Antes de finais do século XVIII não existiu contracorrente face ao abandono de crianças; basta dizer que foi Pina Manique, intendente-geral da polícia da rainha D. Maria I, a tentar institucionalizar o abandono anónimo de crianças em todo o reino, através da ordem circular de maio de 1783, que prescrevia a criação de rodas em todas as sedes de concelho[9]. Ou seja, consolidou uma situação de facto, legalizando o sistema de abandono, ao mesmo tempo que o pretendia repartir pelo território, evitando a concentração do abandono nas cidades de maior envergadura. Só quase cem anos mais tarde as rodas seriam extintas, depois de um amplo debate público. Nessa altura, levantavam-se vozes que acusavam de irresponsabilidade os pais abandonantes; com efeito, o que se fez foi substituir o anonimato por pedidos

5. Supondo, muito grosseiramente, que este começava aos 18 anos, ou 16, e que casavam aos 28, ou mais tarde. Os números da idade das mulheres ao primeiro casamento não são os mesmos para todas as regiões da Europa Ocidental, nem sequer para as de Portugal, mas manteremos esta estimativa por aproximação.

6. Anselmo Braamcamp Freire, "Inventário da infanta D. Beatriz 1507", *Arquivo Historico Português*, vol. IX, Lisboa, 1914, p. 66; "1531, Novembro 14, Braga, Testamento de D. Diogo de Sousa com os documentos da publicação e execução do mesmo", *in* Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532)*, vol. II, Leiria, Magno, 2000, pp. 344-345.

7. Maria Filomena Andrade, *Rainha Santa, mãe exemplar. Isabel de Aragão*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 201-208.

8. *Ordenações Manuelinas*, livro 1, título 67, § 10.

9. "Ordem Circular da Intendência da Polícia de 10 de Maio de 1783" *in* Arquivo da Assembleia Distrital do Porto, *Livro 1 do Registo*, fls. 150-152.

das mães e pais, plenamente identificados, para que as criações dos filhos fossem financiadas. O fenómeno teve um fim relativamente abrupto, o que evidencia outra hipótese de explicação para a escalada do abandono: aumentou porque as populações viam nas rodas um serviço financiado pelo Estado; quando terminou a possibilidade de abandonar os filhos anonimamente, diminuiu de forma drástica. A partir de 1853, a Santa Casa criou um subsídio às mães sem recursos nos três primeiros anos de vida, para as incentivar a criar os filhos, o que constituiu um prenúncio de novas formas de assistência às crianças, agora já não baseadas no anonimato dos pais. O certo é que, a partir de 1870, quando a SCML fechou a sua roda, no seguimento do decreto de 1867 que as extinguia a nível nacional, o abandono de crianças na cidade de Lisboa caiu a pique[10].

Em todo o caso, o fim do abandono anónimo deu lugar, ainda que com um hiato temporal considerável, a um novo serviço prestado pela Misericórdia de Lisboa: o advento da adoção legal. Até finais do século XVIII a legislação sobre esta última caraterizava-se por um surpreendente vazio, a ponto de se seguir o direito romano, inadequado à realidade social do período moderno[11]. Existia apenas a perfilhação, que correspondia muitas vezes a um reconhecimento de paternidade (e mais raramente de maternidade) e concedia ao perfilhado o direito de herdar[12]. A verdade é que, embora a mortalidade nas rodas fosse avassaladora, era possível a qualquer pessoa incorporar uma criança exposta no seu agregado familiar ou grupo corresidente, com ou sem direitos jurídicos. Numa época em que todos os membros da "família" (na aceção antiga do termo[13]) contribuíam com trabalho para a economia familiar, expostos e expostas efetuavam serviços domésticos, na lavoura, trabalhavam em oficinas, ou eram operários numa fábrica. Nalguns casos, mais raros, assumiam o lugar de filhos inexistentes, com direito a herdar propriedade. Ou seja, era possível integrar um exposto/a numa grande variedade de situações, quase todas elas flexíveis, em que os responsáveis os podiam devolver à roda, ou entregarem-nos à sua sorte. Nos nossos dias, a adoção legal, praticamente irreversível, que procede a uma integração jurídica plena da criança numa nova família, constitui uma das valências mais importantes da Misericórdia de Lisboa, que coordena importantes serviços neste setor, numa época em que a baixa de natalidade ocasiona uma rarefação de filhos ditos "biológicos", uma expressão recente que consagra uma nova realidade social, propensa a considerar, na expressão feliz de Viviana Zelizer, as crianças como "economicamente inúteis, emocionalmente sem preço"[14]. Devem ser inseridos nesse movimento de valorização social da criança, em detrimento do seu valor económico, serviços que a SCML também presta ou prestou num passado recente, como o do planeamento familiar (a partir de 1978), a formação de creches, bem como uma maior incidência nas valências do ensino e da formação.

Contudo, o peso da assistência prestada pelas misericórdias verifica-se hoje no outro extremo do ciclo de vida, operando-se um deslocamento dos principais grupos necessitados para o topo da pirâmide de idades. No período moderno, trabalhava-se até quando as condições físicas o permitiam, e o número de pessoas que alcançavam idades avançadas era baixo. Existiam já instituições, geralmente de fraca capacidade, que as acolhiam, quase sempre conjuntamente com os deficientes físicos (na altura conhecidos por entrevados). Em Lisboa, era o caso dos hospitais de Santa Ana (mulheres) e do Amparo (ambos os sexos); no século XVIII o primeiro continha uma média de quinze a vinte pessoas institucionalizadas por ano, enquanto o segundo rondava as sessenta. No entanto, estruturas residenciais ou centros de apoio para idosos desenvolveram-se sobretudo a partir do 25 de Abril de 1974, a ponto de não existir praticamente nenhum concelho português onde a misericórdia não tenha criado uma dessas instituições. O caso da Misericórdia de Lisboa é sintomático da variedade das valências que exerce a nível da assistência aos mais velhos: apoio domiciliário, apoio domiciliário integrado, centro de dia, estruturas residenciais, residência assistida, residência temporária, e teleassistência[15]. O número de idosos aumentou não apenas devido às mudanças demográficas atrás enunciadas, mas também a novas formas de habitar que consagram a privacidade da família nuclear. E ainda, cresceu graças à desertificação do interior do país, ocorrida nos últimos quarenta anos, efetuada sobretudo pelas gerações mais novas, deixando os mais velhos nas aldeias e vilas do país. Todavia, o aumento do número de idosos é circunstancial, supõe uma procura de equilíbrio entre a natalidade em descida e o envelhecimento da população, podendo ser ele também mais transitório do que à primeira vista pode parecer.

OS DOTES DE CASAMENTO

Se hoje não há expostos nem enjeitados no sentido antigo da palavra, verifica-se igualmente o desaparecimento completo de outras categorias de pobres. Uma delas era constituída pelas raparigas órfãs pobres, que concorriam às centenas aos dotes de casamento que a Misericórdia de Lisboa tinha para sortear anualmente. Os recursos para a sua atribuição provinham de doações em vida ou de legados de heranças de particulares, em aumento sobretudo a partir da Reforma

10. Joana Catarina Vieira Paulino, "Os Expostos em Números. Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)", *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, eBook, p. 190.

11. A. Cortez Bremer, *Universo Jurídico ou Jurisprudência Universal, Canónica e Cesárea, Regulada pelas disposições de ambos Direitos, Commum, e Patrio*, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, 1749, pp. 42-45.

12. Segundo Pascoal de Melo Freire (1738-1798), a adoção não era usada em Portugal, referindo a prática da perfilhação. Ver *site* http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=120&id_obra=76&pagina=273 (fac-símile da versão em português, de 1966, da obra *Instituições de Direito Civil Português*), consultado em 27 de abril de 2014. Sobre perfilhações veja-se ainda Ana Luísa de Castro Pereira, *Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799*, tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2009.

13. Nas sociedades do período moderno o termo família podia incluir criados, escravos, hóspedes permanentes e pessoas ligadas pelo sangue, verificando-se desigualdades de estatuto no interior de todos estes subgrupos. Ou seja, a família, ontem como hoje, está longe de ser igualitária.

14. Viviana Zelizer, *Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children*, Nova Iorque, Basic Books, 1985.

15. http://www.scml.pt/areas_de_intervencao/acao_social/pessoas_idosas/, consultado em 5 de maio de 2014.

Católica, que apertou o controlo em torno da honra sexual feminina, fazendo que a instituição de dotes se tornasse numa das práticas de caridade mais populares entre os doadores de recursos. As misericórdias congregaram muitos desses dotes, deixados em testamento pelos seus benfeitores, possibilitando o casamento a mulheres geralmente órfãs, uma situação que se aplicava sobretudo às que já não tinham pai vivo.

Os dotes de casamento constituem um dos serviços antigamente prestados por todas as misericórdias, praticamente sem exceção; no século XVIII, uma média de 150 raparigas por ano recebia-os da Misericórdia de Lisboa. Nas economias do período moderno, muito raramente uma mulher acedia ao estado de casada sem que a família respetiva negociasse um dote com a família do noivo. Este permitia formar uma nova unidade económica com base no novo casal, e constituía um momento fundamental de transmissão da propriedade, tão importante ou mais do que as heranças *post mortem*. Era o dote que permitia a muitos artesãos estabelecerem-se por sua conta em oficina própria, financiava negócios a comerciantes, dourava os brasões de fidalgos falidos, ou muito simplesmente possibilitava a formação de um novo agregado familiar sustentável do ponto de vista económico, sobretudo quando estava em jogo obter uma área de terra apta a alimentar uma nova família. Na ausência de património familiar, ou da proteção paterna, muitas mulheres enfrentavam o perigo de não casar, ficando à mercê da desclassificação social que a atividade sexual fora do matrimónio operava. Dessa forma, precisavam de recorrer à caridade pública, solicitando dotes de casamento às instituições. Em sociedades de mortalidade elevada, a condição de órfã afetava um número de mulheres muito superior ao atual.

O dote feminino era já praticamente inexistente na sociedade ocidental na primeira metade do século XX (embora ainda esteja vigente na Índia, por exemplo), e o próprio casamento não é hoje a única forma legal de união conjugal. A explicar o desaparecimento do dote, temos o advento do trabalho feminino assalariado numa gama maior de ocupações, muitas delas possibilitadas pelo acesso das mulheres à formação universitária, que lhes permitiu disporem de um rendimento e/ou de contribuírem para a economia familiar de forma autónoma. Mais importante ainda, as uniões conjugais modernas passaram a ser enunciadas através do primado dos afetos, relegando os interesses económicos para segundo plano.

A necessidade de preservar a honra de mulheres sem proteção familiar adequada exigia instalações próprias, edifícios onde pudessem viver até casarem, ou, não o fazendo, as abrigassem para o resto da vida. Na Idade Moderna, sobretudo durante o século XVIII, era rara a misericórdia que não dispusesse de um recolhimento, uma instituição onde estas mulheres viviam uma vida em tudo semelhante à dos conventos, com uso de hábitos, horários de oração, lavor e descanso, refeições comuns, mas conservando no entanto a expectativa de saírem para casar. Lisboa teve também o seu Recolhimento das Donzelas, criado nos anos oitenta do século XVI, e em expansão no século seguinte[16]; pelo século XVIII a sua capacidade andaria à volta de 55 a 65 internas.

No passado, a pobreza envergonhada constituía outra categoria específica de pobres, hoje também desaparecida. Correspondia a pessoas que, embora de estatuto social médio ou elevado, não possuíam capital económico que lhes permitisse viver segundo a sua condição. Para elas, a misericórdia proporcionava serviços e recursos de assistência sigilosos, destinados à conservação do patamar social onde se encontravam. Para elas, a misericórdia proporcionava serviços e recursos de assistência sigilosos, destinados à conservação do patamar social onde se encontravam. Era um serviço restrito, que tinha por base uma assistência a domicílio efetuada por parte dos irmãos da misericórdia, levada a cabo regularmente e que podia durar muitos anos, sendo por essas razões bastante dispendioso. Com o advento do liberalismo, que consignava a igualdade de todos perante a lei, o serviço tendeu a desaparecer, ou a subsistir com outras designações, que traduziam formas mais abrangentes de assistência a domicílio, destinadas a um espectro mais alargado de grupos sociais, com particular incidência nos bairros pobres das grandes cidades. No caso da Misericórdia de Lisboa, ao longo do século XVIII, o serviço começou por ter um *numerus clausus* de seiscentas pessoas, para baixar para quatrocentas ainda na mesma centúria, o que se compreende visto o gasto *per capita* que implicava.

A partir de finais do século XVIII, a caridade, que, como vimos, tinha já operado a desculpabilização do empréstimo a juros, justificado através da aplicação do seu lucro em missas por alma e no socorro aos pobres, obteve sucesso idêntico como os chamados jogos legais, por motivos muito semelhantes. À luz da teologia cristã qualquer jogo de azar era pecaminoso, porque, tal como o juro, que significava venda de tempo, a sorte só a Deus pertence. Também aqui se operou uma legitimação do jogo em função dos fins a que se destinava: o auxílio aos pobres. As lotarias surgiram um pouco por toda a Europa em grande parte por causa dos expostos, que obrigavam a despesas tão altas que nenhuma instituição as conseguia suportar sem injeções de capital. A rainha D. Maria autorizou a primeira lotaria em 1783, e desde então nunca mais a Santa Casa da Misericórdia deixou de ter o seu

16. Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1902, pp. 421-427, 429-434.

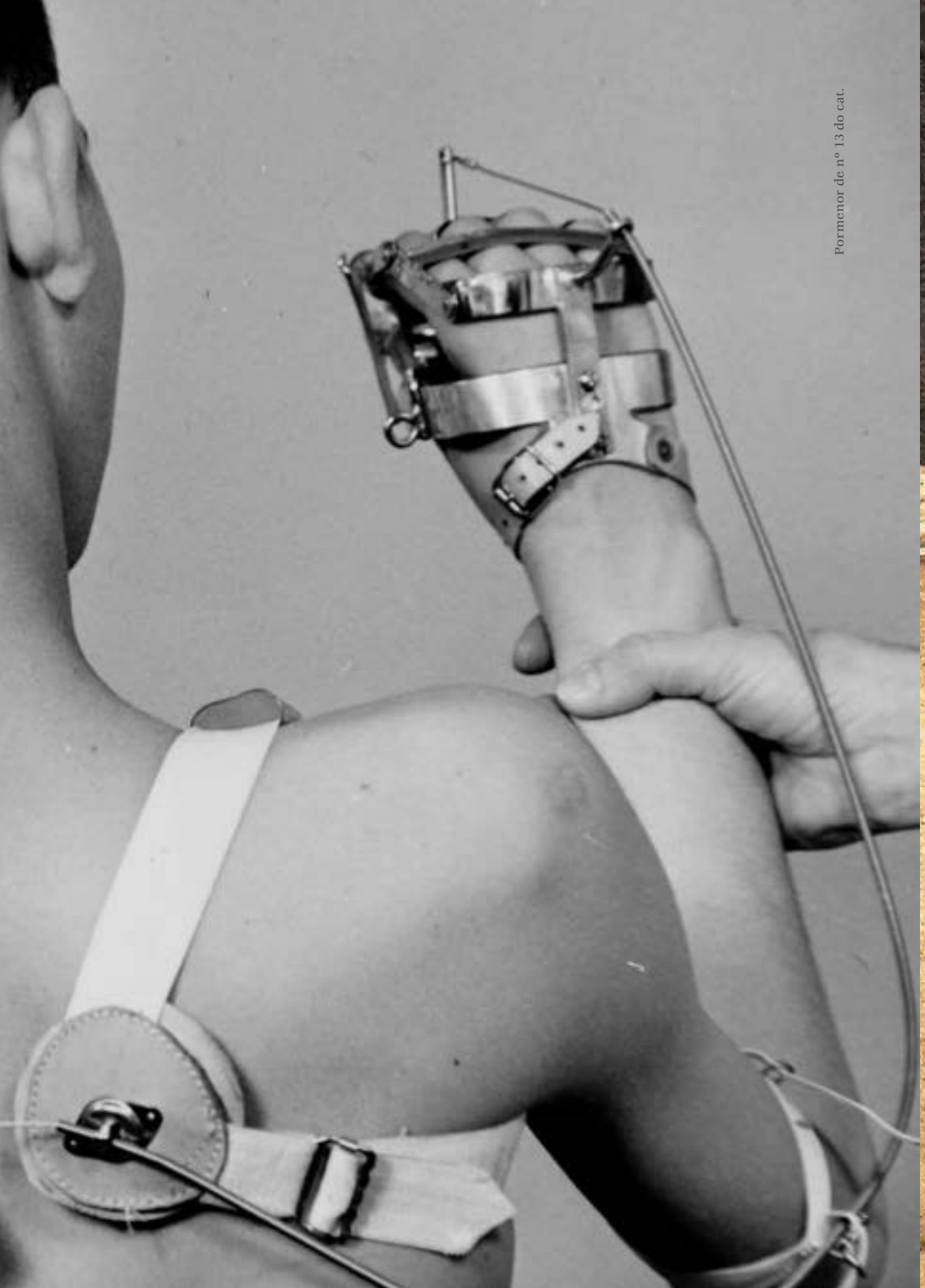
monopólio, a que se juntaram mais tarde os jogos do totobola e mais recentemente o totoloto. De resto, um monopólio estatal, uma vez que em 1834 a Misericórdia de Lisboa perdeu o carácter de irmandade para passar a ser gerida por uma comissão administrativa nomeada pelo então regente. Alguns desses jogos alimentaram novas valências da SCML, como o totobola, criado em 1961, que permitiu a criação do centro de reabilitação física do Alcoitão, também acompanhado por uma escola formadora de técnicos especializados na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos inícios da Misericórdia de Lisboa, a "visita" constituía um momento de eleição nas práticas de caridade: era aos seus irmãos que competia visitar os doentes em suas casas ou nas enfermarias, entrar nas casas dos pobres, sobretudo dos envergonhados, penetrar nas cadeias para acudir aos seus presos mais desamparados. Grande parte dessas práticas estavam abrangidas pelas obras corporais e espirituais de misericórdia que constituíam uma linguagem comum a todos, uma vez que se aprendiam juntamente com as outras noções básicas do catecismo, como os pecados mortais, os mandamentos, ou as virtudes teologais e cardeais. Hoje, as 14 obras de misericórdia já não se adequam às tipologias de necessitados que existiam quando a Misericórdia de Lisboa foi criada, mas, como vimos, os tempos trouxeram consigo novas situações de privação, sem erradicar completamente as antigas. Por exemplo, o fim do século XIX (a primeira "sopa de caridade" da Misericórdia de Lisboa é de 1887) instaurou as sopas dos pobres que procuravam saciar a fome de populações afetadas pelas crises económicas e perduraram até ao final da Segunda Guerra Mundial. No tempo em que escrevo, as distribuições de comida nas ruas voltaram a fazer parte da paisagem urbana das grandes cidades portuguesas, para não falar das instituições que distribuem comida de forma menos exposta aos olhares públicos.

Isabel dos Guimarães Sá
Departamento de História e CECS, Universidade do Minho

Fotografia da Sopa dos Pobres do Beato, 1959 (ver Caderno 3). Esta fotografia integra o anexo II do relatório intitulado *Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confecção e Distribuição da Sopa dos Pobres,* elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1959 (cat.18 – pormenor de fotografia).



Pormenor de nº 13 do cat.

Pormenor de nº 5 do cat.

1. Pedro Costa, *Filhas do Fogo*, 2013, 2 filmes HD.

2. *O compromisso da Confraria da Misericordia*, 1516.
Lixboa: per Valentym Fernandez e Harmam de Campos, 1516 (26 cm).
Cota: L.A.XVI.114.

3. *Compromisso da Confraria da Misericórdia de Lisboa*, 1520.
Com a indicação das sete obras de misericórdia espirituais na página da esquerda, e das sete obras de misericórdia corporais na página da direita.
24,5 × 36 × 2 cm.; 34 fólios.; pergaminho iluminado e papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/07/02.

[fl. 7] [...] As sete sprituaaes Sam estas com/uem a saber. / [fl. 7 v.] Emsinar os simprezes. A segunda / obra de misericordia he *con*u*em* a saber: / Dar boom comselho a quem o pede. / A terceira obra de mis*er*icordia he *.a saber.* Castiguar com caridade os que er/ram / A quarta obra de mis*er*icordia he *.a saber.* COnssollar os tristes e desconsso/llados / A quinta obra de misericordia he *.a saber.* / Perdoar a quem nos errou / A sesta obra de mis*er*icordia he *.a saber.* SOffrer as iniurias com paçien/çia. / A septima obra de mis*er*icordia he *.a saber.* / ROguar a deos polos uiuos E / pollos mortos. / As corporãaes sam outras sete a / primeira obra de mi*sericordi*a corporall he *.a saber.* [fl. 8] REemir catiuos e pressos uisitar. A segunda obra de mi*sericordi*a corporall he *.a saber.* CUrar os emfermos. / A terceira obra de mi*sericordi*a corporall he *.a saber.* / CUbrir os nuus / A quarta obra de mi*sericordi*a corporall he *.a saber.* / DAr de comer aos famintos / A quinta obra de mi*sericordi*a corporall he *.a saber.* / DAr de beber aos que ham sede. / A sesta obra de mi*sericordi*a corporall he *. a saber.* / Dar pousada aos peregrinos. E / pobres. / A septima obra de mi*sericordi*a corporal he *. a saber.* / Emterrar os finados et*c* As quaes / Oobras de misericordia se compri/ram quanto for posiuell na maneira / abaixo decra<ra>do. / PEra fundamento do quall os / Ffundadores e irmaãos <da> dita com [fl. 8 v.]

4. Pieter Brueghel, o Jovem (1601–1625), *Obras de misericórdia*, séc. XVII (primeiro quartel).
Pintura a óleo sobre madeira, 41,5 × 56 cm (com moldura 61 × 75,5 × 6 cm).
Museu Nacional de Arte Antiga, MNAA inv. 1469.

5. Anónimo, *O Bom Samaritano*, séc. XVII (segundo quartel).
Pintura a óleo sobre tela, 110 × 152 cm. Igreja de Santa Cruz do Castelo, Lisboa.

6. Bacia da cerimónia do Lava-Pés, Lisboa, séc. XVII (segunda metade).
Portugal, Lisboa (L-515), Prata, 10,8 × 41,5 cm (diâmetro); 1.300 gr.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, MSR Inv. Or. 621.

7. Jerónimo de Chaves (1523–1574), *Chronographia o reportorio de los tiempos el mas copioso y preciso que hasta ahora ha salido à luz*, 1572.
Compvesto por Hieronymo de Chaues astrologo y cosmografo. En Sevilla: en casa de Alonso Escriuano, (20 cm).
Cota: L.A.XVI.31.

8. Pierre-Sylvain Regis (1632–1707), *Système de philosophie: contenant la logique, metaphysique, physique & morale*, 1691. Par Pierre Sylvain Regis.
5.º tomo. A Lyon: chez Anisson, Posuel & Rigaud (17 cm).
Cota: L.A.XVII.0074[5].

9. Jarro do Hospital de Todos-os-Santos, c. 1756–1775.
Com a insígnia do Hospital: "OS" – *Omnium Sanctorum.* Faiança branca esmaltada; forma cilíndrica com uma asa; pintura esponjada a azul.
31,5 × 19,5 cm (diâmetro). Museu da Farmácia (Lisboa).
MF inv. 7761.

10. Almofariz com mão, Península Ibérica, c. 1450–1530.
Bronze; forma triangular. Três asas perfuradas com quinze contrafortes (cinco em cada painel, triangulares e em posição alternada). 13 × 6,3 cm (diâmetro); comprimento da mão: 18 cm. Museu da Farmácia (Lisboa).
MF inv. 5084.

11. Aviso Régio de 14 de Janeiro de 1775.
Ordem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa elaborar um rol dos colchões, lençóis, cobertores e panos necessários às enfermarias do novo Hospital Real [Hospital de São José], com indicação dos respetivos custos unitários.
1775-1-14 – 1775-1-19. 2 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/041.

[fl.1] <186>
El Rey meu Senhor he servido ordenar, / que *Vossa Senhori*a mande logo á Real Prezença do / mesmo Senhor hũa relaçaõ, que contenha: / Primo, o numero de enxergoins, que saõ pre/cisamente necessarios para á mudança dos / Enfermos do Hospital, e o que costuma custar / cada hum delles: Secundo, o numero de Lançóes, / que saõ necessarios para os sobreditos, e do custo / delles, sendo do costumado panno de Linho – / grosso: Tertio, do numero das mantas com/petente ás sobreditas camas, custo dellas: / Quarto, do numero de varas de panno com/petente para ás cortinas, com que se devem / separar, e cobrir os Leitos dos enfermos dos / corredores, que ficam por detraz deles, destina/dos para á extracçaõ dos corpos mortos; sendo do [fl. 1 v.] do panno ordinario de cores, ou de colxoens / grosseiros: Quinto, do custo, que deve fazer / o concérto das barras existentes, e de algũas, / que seja necessario accrescentar de novo á / proporçaõ das Sobreditas camas. / Deos g*uar*de a V*ossa Senhori*a Paço em 14 de Janei/ro de 1755 /
a) Marquez de Pombal /
S*enho*r Luiz Diogo Lobo / da Silva. <*fólio* 40>
[fl. 2] Cumpra se e se reziste Menza 19 de Janeiro / de 1775[1] / Reg*ist*ado a f*ólios* 54 v*erso*
a) Alm*ei*da S*ilv*a //
1. Segue-se rúbrica ilegível.

12. Livro n.º 2 de registo de avisos, decretos e consultas, 1816–1823.
Entre os fólios 157 v. e 160 encontra-se a transcrição do ofício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, remetido, a 7 de fevereiro de 1823, à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, com o rol dos funcionários da Misericórdia de Lisboa e suas remunerações, em cumprimento da Portaria de 8 de Janeiro de 1823. O livro contém o registo de documentos emanados da administração central da Coroa, relativos à concessão de privilégios e à doação de bens à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, bem como à regulamentação da sua gestão administrativa, à realização de lotarias e à nomeação de indivíduos para o desempenho de diversos cargos na instituição.
[1816-2-28 – 1823-7-24]. 30 × 43 × 5 cm.; 148 fólios.; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/04/002.

[fl. 158 v.] Antonio Gregorio Gomez – Praticante supranumerario, serve ha / 8 annos e vence ..... 200$000 / He Proprietario, encartado, no officio d*e* Agente das / ordens Militares, de S*an*Thiago, e São Bento de Aviz, / com 4 m*oi*os de trigo, e 30$000 réis em dinheiro. / Jacinto Paulo de Figueiredo, d*ito* supranumerario, serve ha / 6. Anos; e vence ..... 200$000 / Theodoro Luiz Alvez Ferreira da Piedade, d*ito* serve ha 6 / annos, e vence ..... 200$000 / O Padre Bernardino Pinto do Valle Peixoto, Capellaõ do / Baptismo, e Organista da Igreja, vence ..... 270$000 / Advogados das Causas. / Gregorio Thaumaturgo dos Santos ..... 100$000 / He Advogado da Basilica de S*an*ta Maria, de que vence 96$000 réis / Joze Antonio Coelho ..... 100$000 / Manoel Monteiro de Castro ..... 100$000 / Medicos / Joaõ Laureanno Nunes Léger, com vencimento quotidi/anno na Casa dos Expostos ..... 200$000 / He Mèdico da Camara de S*ua* Mag*esta*de com 100$ réis de ordenado / Jgnacio Antonio da Fonceca Benevides, distinado ao curativo / das Visitadas, e servos da Misericordia, moradores no / districto da Visita de S*an*ta Cruz, das orfas, e familia / do Recolhimento, e do Hospital das Entrevadas de / S*an*ta Anna – vence provisionalmente ..... 210$000 / He Medico dos Hospitaes Regimentaes, de que / vence gratificação mensal, e pessoal / Antonio de Azevedo Corr*ei*a Cardozo, distinado ao curativo / das Visitadas, e servos da Casa, residentes no dis/tricto da Visita de Nossa Senhora, vence pro/visionalmente ..... 150$000 / He Medico da Familia da Capella da Bem/posta, com 70$000 réis de ordenado – / Antonio Joze da Costa – como o antecedente – res/pectivo ao districto da Visita de S*an*ta Catharina ..... 140$000 / Cirurgiões / Francisco Cardozo de Andrade, encarregado, como o sobredito / Medico

Benevides, vence tambem provisionalmente …….. 106$000 / He Cirurgiaõ da Camera Constitucional, e de São / Lazaro, com 70$000 réis – / Ma [fl. 159] Manoel Joze Henriques Teixeira, encarregado como o sobredito / Medico Correia, tendo mais a Casa dos Expostos, que visita / diariamente, vence provisionalmente …….. 175$000 / He Lente de Anatomia no Hospital de São Jozé, com 480$ réis / pela Folha do Concelho da Fasenda. E tem os Partidos do mes/mo Hospital com 200$000 réis, e da Real Camara com 100$000 réis / Antonio Joaquim Farto – encarregado como o sobredito Medico – / Costa – vence provisionalmente …….. 70$000 / He Lente de Operaçoens no dito Hospital, de que ainda / requer o ordenado no mesmo Concelho da Fazenda. E tem / os Partidos, do referido Hospital com 240$000 réis – da Ca/mara de Sua Magestade com 100$000 réis, e da Casa Pia com 72$000 réis / Henrique Joze Pereira, Sangrador – vence …….. 32$000 / Procuradores / Joze Joaquim Pereira da Fonseca Banha …….. 80$000 / Antonio da Cruz Leal …….. 80$000 / Antonio Joze Pereira – encarregado de agenciar a creaçaõ dos / Expostos, em que se emprega diaria, e effectivamente – / Porteiro da Mesa / Antonio Luis Alves – com residencia diaria – vence …….. 250$000 / Tem hum andar de casas em que habita, junto ao Edeficio / da Misericordia – / Homens do azul / Joze Pedro do Amaral – He Porteiro do Recolhimento das Orfas / vence …….. 163$990 / Tem raçaõ, e casas junto ao mesmo Recolhimento / Francisco Joze Martins – com residencia na Casa dos Ex/postos – vence …….. 137$950 / Tem raçaõ, e humas Lojas em que habita / Manoel Henriques da Cruz e Oliveira – he Porteiro da Con/tadoria, Cartorario, faz as buscas dos assentos dos Bap/tismos dos Expostos para se extrahirem Certidoens, paga / diariamente às Amas as creaçoens delles, e recebe / o dinheiro que as partes satisfazem à boca do / cofre, que todas as semanas entrega ao Thesoureiro / geral no ultimo dia della em que se fas cofre – vence …….. 197$950 / Tem raçaõ, e casas no Edeficio – / Joaõ Pedro Vicente – he cobrador das rendas, e agenceia as / causas dos Presos – vence …….. 290$950 / Tem humas Lojas, juntas ao Edeficio, em que / móra – / Fran [fl. 159 v.]

13. Fotografias de ortóteses, c. 1950–1960 (ver Caderno 1).
Fotografias que integram um álbum composto por 84 provas executadas pela Georgia Warm Springs Foundation, Estados Unidos da América, e estão associadas à formação dos primeiros técnicos orto protésicos do Hospital Ortopédico de Sant'Ana.

14. Imagiologia cerebral, investigação da Prof.ª Doutora Ana Cristina Rego, 2013.
O primeiro Prémio Neurociências Mantero Belard foi atribuído pela SCML ao projeto que tem como objetivo investigar a doença de Huntington.
A doença de Huntington é uma patologia neurodegenerativa, genética, que afeta áreas específicas do cérebro humano e caracteriza-se por alterações do movimento. O projeto permitirá avaliar se a célula e os seus organelos (nomeadamente a mitocôndria, um importante produtor de energia nas células) ficam disfuncionais em fases precoces da doença, isto é, antes de ocorrer a morte neuronal causada pela doença de Huntington. Assim, utilizar-se-á um novo radiofármaco, o composto Cu(II)-ATSM PET, para análise de imagiologia cerebral numa fase pré-sintomática da patologia, isto é, numa fase precoce em que os doentes ainda não apresentam sintomas da doença. Este modelo permite detetar muito cedo onde ocorrem as alterações no cérebro e apontar novos alvos terapêuticos.

15. Sinais dos expostos (ver Caderno 2).
Cartas de jogar, algumas recortadas, que acompanharam crianças que foram deixadas ao cuidado da Santa Casa e que serviriam como identificação em caso de regresso dos pais.

16. Festa de inauguração das instalações remodeladas do Internato do Alvor, década 1960, filme.
9 minutos e 43 segundos; película de 16 mm; preto e branco, sem som.
As crianças brincam e exploram as instalações do Internato.
Este estabelecimento, dependente da Assembleia Distrital de Lisboa, foi integrado na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por força do Decreto-Lei n.º 50/83, de 31 de Janeiro.

17. Reportagem sobre crianças do Bairro Municipal do Cruzeiro em Lisboa, 1971, filme.
24 minutos e 55 segundos; película de 16 mm; policromático, sem som.
Panorâmica do Bairro, condições de salubridade e acompanhamento das atividades assistenciais desenvolvidas junto das crianças e jovens.

18. Fotografias da Sopa dos Pobres, 1959 (ver Caderno 3).
Estas fotografias integram o anexo II do relatório intitulado *Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confecção e Distribuição da Sopa dos Pobres,* elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1959. 30,2 × 22 cm; provas fotográficas 17,5 × 12,5 cm; preto e branco.

19. Carta de guia passada por Lourenço Borges Pereira Pacheco, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1784.
Pedido de concessão de esmolas e assistência a Guilherme Bacharam, francês, que se deslocava de Braga para Lisboa. Assinam também esta carta de guia os mesários Domingos José Gomes Ribeiro, António de Lira Trancoso e Meneses, Gaspar Falcão Costa de Meneses, Lucas Joaquim Monteiro da Costa, António de Sousa e Meneses, António José Guimarães e António José da Silva Pereira. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia do Porto, Feira, Coimbra, Leiria, Batalha, Alcobaça, Poços, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca e Lisboa, entre outras.
1784/03/12–1784/04/07. 1 fólio; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/00504.

<*Passou* Março de 1784 / a) P*rovedor* Serra> <P*assou* nesta Miz*ericórdi*a de Vi*la* franca de / Xi*ra* em 31 de Marzo de / 1784 / o Pro*ve*dor Aguiar Barreto > / <P*assou* na forma ord*inári*a na Miz*ericórdi*a / de Coimbra 17 de M*arc*o de / 1784 a) Britto P*rovedor* >/
[1]O Provedor, e Irmaõs da Caza da Santa Mizeri/cordia da muito antiga, Augusta, nobre, e sem/pre leal Cidade de Braga abaixo assignados: Fa/zemos saber aos Senhores Provedores, e Irmaõs / das Santas Mizericordias, a quem esta nossa Carta de Guia / for aprezentada, que desta Cidade, e Hospital della vai [2] / Guilherme Bacharam de Naçaõ Fran/ceiza em dereitura p*ara* Lisboa <Passou nesta Miz*ericórdi*a do P*orto*/ a 20 de M*arç*o de 1784 / a) Provedor[3] / P*ago* /> [4] E por ser pobre lhe mandamos passar a prezente, pela / qual pedimos a Vossas Mercês, por Serviço de Nosso Se/nhor, o mandem favorecer com suas esmolas, como fare/mos pelas similhantes de Vossas Mercês: Em Meza, Bra/ga de de 17 E eu [5] Domingos / Jozé Gomes Ribeiro [6] Escrivaõ da Santa Caza a escrevi. / [7] <Passou na Miz*ericórdi*a / de L*eiri*a em 23 / de M*arc*o d*e* / 1784/ a) [8] >
a) O P*rovedor* Lourenço Borges P*erei*ra P*acheco* a) Dom*ingos* Jozé Gomes Rib*ei*ro /
a) D*om* Antonio de Lira Trancozo e Menezes /
a) Gaspar Falcaõ Cotta de Menezes /
a) Lucas Joaq*ui*m Mont*ei*ro da Costa /
a) António de Souza e Men*ez*es /
a) Antonio Jozé Guimarains a) Antonio Joze da Si*lv*a Per*ei*ra /
a) Sebastiaõ /
[fl. 1 v.] <P*assou* nesta Miz*ericórdi*a de Vi*la* / Braua a) Alues> <P*assou* S*an*ta Crus de Coimbra 17 de M*arç*o / de 1784> / <P*assou* nesta Miz*ericórdi*a de[9] em / 20 de Marso de 1784 / a) Azeuedo /> <P*assou* Nesta Miz*ericórdi*a de Fe*i*ra 12 de / Março de 1784 a) P*rovedor* Souza> / <P*assou* nesta Miz*ericórdi*a de Alcob*aça* / em 27 de Março de / 1784 o Secretário da / Meza / a) Alm*ei*da e Souza> / <P*assou* nesta Miz*ericórdi*a de Bat*alh*a / a 24 de M*arç*o de 1784 / a) Mendez> / <P*assou* Neste Mosteiro Real de / Alcobaça aos 27 de Março / de 84 a) O Porteiro Mór> <Passou nesta S*ant*a Caza da miz*ericordi*a / de Pozos 31 de m*arc*o de / 1784 / a)[10] /> <P*assou* nesta Santa Caza de Miz*ericórdi*a / da Vi*la* de Alhandra em o 1.º / de Abril de 1784. / a) Ferreira> <Passou nesta Santa caza de / de [*sic*] Miz*ericórdi*a da Villa de Alverca / a) Oliv*ei*ra> //

1. Segue-se texto impresso.
2. Segue-se texto manuscrito.
3. Segue-se assinatura ilegível.

4. Segue-se texto impresso.
5. Segue-se texto manuscrito.
6. Segue-se texto impresso.
7. Segue-se texto manuscrito.
8. Segue-se assinatura ilegível.
9. Segue-se palavra ilegível.
10. Segue-se rubrica ilegível.

20. Carta de guia passada por Francisco Pedro Baptista, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coruche, 1784.
Pedido de concessão de esmolas e assistência a Caetano dos Santos, filho de Luís de Jesus e de Maria dos Santos, natural do Louriçal, bispado de Coimbra, que se deslocava de Coruche para o Hospital de Setúbal. Assina também esta carta de guia o mesário padre José de Sousa dos Santos. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia de Muge, Salvaterra de Magos, Benavente, Samora Correia, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca, Barreiro, Azeitão.
1784/02/26–1784/05/19. 1 fólio; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/00990.

[fl. 1] <*Passou* nesta Mize*ricórdi*a de v*ila* / franca de x*ir*a em 14 de / Maio de 1784 / a) Pr*ove*dor Ag*ui*ar Barr*eto*> <R*eguengos* de S*antar*em / *Passou* nesta Mize*ricórdi*a de / Saluatterra em / 13 de Mayo de / 1784 a) Alves> [1] O PROVEDOR, e Irmãos da Meza da / Misericordia desta Villa de Coruche, / &c. Fazemos saber aos Senhores Pro/vedores, e Irmãos da Meza das Misericordias, / a que esta nossa Carta de Guia for apresentada, / que desta Villa vai[2] p*ar*a o Hospital Real de Villa de / Settubal[3] Caetano dos Santos, solteiro, filho de Luis / de Jezus, e Maria dos Santos, da Villa do Loirical Bis/pado de Coimbra; Socorrido com as Esmolas desta / Mizericordia, e Cavalgadura[4] / E por constar de sua muita pobreza, e ne/cessidade, foi provído com esmolas desta Santa / Casa: Pelo que pedimos a vossas mercês, que / indo seu caminho direito, o favoreção com sua / esmola. Em Meza[5] de 26 de Fev*ereir*o de 1784
a) O Pr*ove*dor Fran*cis*co Pedro Bap*tis*ta
a) O P*adr*e Jozé de Souza dos Santos
<*Passou* Nesta Mize*ricordi*a de / Muja em 22 de / Marso d*e* 1784 / a) o Provedor Barboza>
[fl. 1 v.] P*assou* nesta Mize*ricórdi*a de Benav*en*te / em 13 de Majo d*e* 1784 / a) O Escr*iv*am Andr*ad*e Val*en*te> <P*assou* p*or* esta Mize*ricórdi*a d*e* Samora / Correa em 13 de Mayo d*e* 1784 a) O Escr*iv*am Al*varez*> / <P*assou* nesta Mize*ricórdi*a do Barr*eir*o em 18 / de Majo de 1784 / a) O Provedor Feyo> <P*assou* nesta S*an*ta Caza da Mize*ricórdi*a / desta V*il*a de Alhandra em 14 / de Mayo de 1784 / a) Borges / P*assou* nesta S*an*ta Caza da Mezericordia / desta Villa Aluerca 15 de Maio d*e* 1784 / a) Sylva> / <P*assou* em esta Mize*ricórdi*a de Azejtaõ aos / 19 de Maio de 1784 a) Pauleto //>

1. Segue-se texto impresso.
2. Segue-se texto manuscrito.
3. A palavra "Settubal" foi grafada sobre a palavra "Santarém".
4. Segue-se tracejado manuscrito e texto impresso.
5. Segue-se texto manuscrito.

21. Carta de guia passada por frei Manuel [do Cenáculo Vilas Boas Anes de Carvalho], bispo de Beja e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Beja, 1784.
Pedido de concessão de esmolas e assistência a Domingos António, galego, que se deslocava de Beja para Lisboa. Assinam também esta carta de guia os mesários Romão António de Vargas e Abreu, João Manuel da Veiga e Bernardo Dias Poças. Inclui os registos de passagem pelas Santas Casas da Misericórdia de Beringel, Alfundão, Alvito, Torrão, Alcácer-do-Sal, Setúbal e Palmela.
1784/02/28–1784/03/13. 1 fólio; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/00426.

[fl. 1] <P*assou* nesta Mize*ricórdi*a / de Alvito em 3 / de M*ar*ço de 1784 / a) Pr*ove*dor galuão>
[1]O PROVEDOR, e Irmãos da Meza / da Misericordia desta Cidade de Béja, / &c. Fazemos saber aos Senhores Pro/vedores, e Irmãos da Meza das Mi/sericordias, a que esta nossa Carta de / Guia for apresentada, que desta Cidade vai [2]Domin/gos Antonio solteiro natoral de galliza p*ar*a Lisboa com / cavalgadura / [3] E por nos constar de sua muita pobreza, e neces/sidade, se proveo com esmolas desta Santa Casa: / Pelo que pedimos a Vossas Mercês, que indo seu / caminho direito, o favoreção com suas esmolas. / Em Meza 28 de Fev*ereir*o de 1784. [4]
a) Fr*ei* M*anuel* Bispo de Beja. /
a) Escr*ivão* Romaõ António de Vargas e Abreu /
a) João Manoel da Veijga /
a) Bernardo Dias Poças /
<P*assou* nesta Mizericordia / de Bringel em 1 de Março / de 1784 / a) P*erei*ra>
<P*assou* neste ospital de / Alfundaõ em 2 de Mar/ço de 1784 a) Manuel Fer*nand*iz> <P*assou* nesta Mize*ricórdi*a de vila[5] / em 4 de Marso de 1784 a) Gama> /
[fl. 1 v.] <Passou nesta s*an*ta Caza da Mize*ricórdi*a / do Torraõ Em 5 de Março / d*e* 1784. a) Pr*ove*dor Cardozo> <Passou nesta Mize*ricórdi*a de Al*cácer* do / Sal 9 de Março de 1784 / a) Provedor Corr*ei*a> <Passou nesta Mizericórdia de / Palm*el*a em 13 de M*ar*co / de 1784 [6] > <Passou nesta Santa caza da Mezericordia / de Setubal 12 de Março de 1784 a) Barretto //>

1. Segue-se texto impresso.
2. Segue-se texto manuscrito.
3. Segue-se texto impresso.
4. Segue-se texto manuscrito.
5. Segue-se palavra ilegível.
6. Segue-se rúbrica ilegível.

22. Bastão do provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Portugal, séc. XVI/XVII.
A haste termina em capitel, onde são representadas cenas relacionadas com obras de misericórdia: oração e enterro de um defunto, apoio espiritual e corporal aos presos, acolhimento de peregrinos e pobres. Inclui, ainda, uma quarta cena, com a representação de um casamento. Prata repuxada e cinzelada. 97 × 15 cm (diâmetro); 1.290 gr.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. MSR inv. Or.624.

23. Ofício de Joaquim A. de Évora, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Évora, 1791.
Envio da carta citatória de Sebastião José Alfaiate e de Luís Francisco, presos pobres. Solicita a concessão de apoio jurídico a António Baptista, serralheiro, irmão da Santa Casa da Misericórdia de Évora, que se encontrava preso na cadeia do Limoeiro, em Lisboa. Assinam também este ofício os mesários António Carlos de Abreu Almada da Cunha Perestrelo, António José Soares, José António da Fonseca e António Ribeiro Marrocos. Inclui uma nota referindo que este detido fora sentenciado a dez anos de degredo na Índia.
1791/01/29–1791/02/26. 3 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/01143.

[fl. 1] Jll*ustríssi*mo e Ex*celentíssi*mo S*enhor* / <Número 32> <Respond*id*a a 12 de Fevere*ir*o de / 1791> Pozemos em execuçaõ a Carta Cita/toria, q*ue* Vo*ss*a Ex*celência* nos remeteu a fauor dos Pre/zos Sebastiaõ Jozé Alfayate e Luis Fran*cis*co / cuja remetemos despachada, e fes de despeza / 942 reis <novam*en*te respond*id*a em 26 de / Fevere*ir*o de 1791> Em O Limoeyro dessa Carta [*sic*[1]] se / acha prezo hum Jrmaõ desta Jrmandade / ademitido a Livram*en*to por esta Meza, e chamado / Antonio Baptista oficial de Sarralheiro, se / elle requerer o patrocinio de Vossa Ex*celência* grande / esmola lhe fará ademiti lo a Livramento. / Estimaremos. q*ue* Vossa Ex*celência* nos / pormita m*ui*tas ocazioins de obzequiarmos / a respeitavel Pessoa de Vossa Ex*celência* q*ue* Deus G*uard*e m*uitos* / ann*os*. Evora em Meza da Santa Caza da / Mizericordia aos 29 de Jan*ei*ro de 1791 / <Jll*ustríssi*mo Ex*celentíssi*mo S*enhor* Provedor, / e mais S*enhor*es JJ*rmãos* da Meza / da S*an*ta Caza da Mize*ricordi*a / da Cid*ad*e de Lisboa>
a) Joaq*ui*m A. d*e* Evora. /
a) Antó*ni*o Carllos de Abreu Almada Perestrello. /
a) Antó*ni*o Jozé Soares. /
a) Jozé Antonio da Fonceca /
a) Antonio Ribeiro Marrocos

[fl. 3] O prezo q*ue* veio recomendado / da Mizericordi [*sic*] de Evora por / nome Antón*i*o Bautista acha-se / ja sentenciado em des annos / p*ar*a a Jndia por Culpa de rezis/tensia e açhada de faca pende / sobre embargos tem procurador / q*ue* lhe trata da cauza / carta 29 de Jane*i*ro de 1791 – já respond*id*a / em 12 de Fav*e*-*rei*ro [*sic*]. 1791 //

1. Refere-se a "Corte" e não a "Carta".

24. Carta do cónego António Pereira Palha, 1795.
Informação sobre o indulto concedido a [Bernardino da Silva, natural de Benavente], preso pobre [da cadeia de Lisboa]. O réu havia sido condenado à morte, mas a sua pena fora comutada para dez anos de degredo em Moçambique.
1795/08/22. 1 fólio; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/01148.

Jll*ustríssi*mos e Ex*celentíssi*mos S*enhore*s Provedor e mais Jrmãos da Meza / <Número 36> / Bem remunerado me fica o dissabor, q*ue* tive / nas frustradas diligências, q*ue* fiz a benefício do Pre/zo, com o gosto q*ue* recebi agora da noticia q*ue* / Vossas Ex*celênci*as me fazem a honrra de partici/par me, de se lhe ter salvado a vida, sem / dependência do perdaõ da Parte, q*ue* taõ viva/m*en*te rezestio a todas as instancias. / Queira N*osso* Senhor q*ue* elle empregue / melhor p*ar*a o futuro a q*ue* lhe conservou: e / naõ menos dilatar as de Vossas Ex*celênci*as p*ar*a so/corro dos infelices. Eu da m*inh*a p*ar*te gratifi/co a Vossas Ex*celênci*as a honrroza mercê de me fa/zerem siente deste triunfo da sua cari/dade, honrando me com a participaçaõ des/ta boa obra. D*eu*s G*uar*de a Vossas Ex*celênci*as m*uit*os an*nos* / <Evora 22 de / Agosto de 1795> De Vossas Ex*celênci*as / M*ui*to Ven*era*dor, e humilde creado
a) António P*ereir*a Palha //

25. Ofício de [António Freire Gameiro de Sousa], bispo de Aveiro, provedor da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade, 1796.
Informação sobre o apoio jurídico concedido a João Luís de Sousa e a Manuel Marques, o coxo, presos da cidade de Aveiro e acerca dos legados pios não cumpridos naquela comarca no ano de 1795. Assinam também este ofício os mesários Francisco Luís Gomes Mascarenhas, João Batista de Castro e o padre José Bernardo da Costa Valente. Inclui uma relação das despesas efetuadas com o apoio jurídico dado aos mencionados detidos, bem como um ofício de Manuel José de Almeida, procurador nomeado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a cobrança dos referidos legados, informando que fora arrecadada a quantia de 159.985 réis.
1796/01/09–1796/02/13. 3 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/GA/02/00263.

[fl. 1] Ill*ustríssi*mo e Ex*celentíssi*mo Senhor <Número 10> / Dezejando eu satisfazer mui pontualm*ente* á piissima / recomendação q*ue* Vossa Ex*celên*cia foi servido fazer-me ultimam*ente* a / favor dos prezos, João Luiz de Souza, e Manoel Marques, o coixo; mandei sem perda de tempo cuidar nas diligências rela/tivas a cada hũ deles. E ainda q*ue* a de Ovar teve de levar / mais tempo, por pertencer aquela Villa ao Bisp*a*do do Porto, tenho eu a satisfação de as poder agora remeter to/das a V*ossa* Ex*celên*cia, expedidas na forma q*ue* se requeria, indo jun/tam*en*te a lembrança da despeza q*ue* fizeram, p*ar*a V*ossa* Ex*celên*cia a poder / mandar satisfazer, como for servido. / Pelo m*es*mo dez*ej*o de servir a V*ossa* Ex*celên*cia, fiz averigu/ar, se havia, ou não, algũa cobrança de Legados não cum/pridos, pertencente a éssa S*an*ta Caza, e soube achar-se na / mão do Proc*urad*or respectivo, a quantia, q*ue* consta da pro-memória / incluza: a q*ua*l por isso espero ainda neste mez poder reme/ter a V*ossa* Ex*celên*cia pelo prime*i*ro portador q*ue* mandar o Adminis/trador do tabaco desta Cid*ade*, com todas as clarezas necesarias. / E p*ar*a tudo mais q*ue* for do Serv*iç*o de V*ossa* Ex*celên*cia, e déssa Meza, es/taremos nós sempre prontissimos, e com a mais ampla, / e obziquioza vont*ade* Deos G*uard*e a Pessoa de V*ossa* Ex*celén*cia por m*ui*tos / an*nos* Ave*i*ro em Meza de 9 de Jane*i*ro de 1796. /
a) A*ntónio* Bi*s*po de Ave*i*ro e Prov*ed*or
a) Franc*is*co Luiz Gomez Masc*arenh*as
a) Joaõ Baptista de Castro
a) o P*adr*e Jozé Bernard*in*o da Costa Valente

[fl. 2] Pelas custas da cit*aç*ao feita na vila d*e* / ovar p*ar*a o Escrivão -------- 400 / p*ar*a o C*orreged*or -------- 100 / para o Proc*urad*or <e> q*ue* foy agenciar a delegência 1$900 / P*ag*a 2$400 / Custas das culpas / d*e* Jlhaue /Aprez*entaç*am da ordem do D*ezembargad*or -------- $0.54 / Trasllado da quarella -------- $220 / Dito do sumario -------- $ 105 / D*i*to da Devaça -------- $955 / D*i*to do suquestro -------- $030 / S*omm*a 1$364 / Seguro do Corr*ei*o -------- 300 / O escr*iv*am da d*i*ta v*i*la / Somma tudo -------- 4$064
a) André F*ernand*ez Pessoa /

[fl. 3] Ex*celentíssi*mo Senhor / <Resp*ondi*da em 13 de / Fevere*i*ro d*e* 1796> / Fui, como V*ossa* Ex*celênci*a me ordenou, p*ar*a entregar / os 159$985 pertencentes aos Hospitais da / cidade de Lisboa, dos Legados não compri/dos deste Bispado; ao Admenistrador dos / tabaços desta cidade; e me respondeo / que para o d*inhei*ro hir pella Admenistraçaõ, / naõ tinha ordem dos contratadores gerais / de Lisboa p*ar*a o receber, e q*ue* por isso o du/vidava fazer, V*ossa* Ex*celênci*a dara a pro/vidençia que lhe pareser Justa Ave*i*ro / 23 de Jane*i*ro de 1796 / De V*ossa* Ex*celênci*a / O maior respeitador, e mais omilde criado / O procurador dos Legados naõ cumpridos /
a) Manoel Joze de Almeyda //

26. Aviso Régio de 30 de Setembro de 1760.
Comparticipação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para o resgate dos cativos de Maquinez, no Norte de África, devendo pagar ao tesoureiro-geral dos Cativos a quantia de 40.000 réis por cada um dos 129 prisioneiros a libertar.
1760-9-30–1760-10-7. 2 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/129.

[fl. 1] <Cumpra ce na forma / que sua Mag*esta*de ordena / e rezistado, Pacem ce / as ordens, nececarias / Lix*boa* em Meza 7 de / *outu*bro de 1760 /[1] > <685> Jll*ustrissi*mo e Ex*celentíssi*mo S*enhor* / Por estar ajustado o resgate dos captivos, que / se achaõ em Maquinez; que saõ 129, e costumar / a Menza da Mizericordia concorrer com quaren/ta mil réis para cada hum pelos Legados q*ue* recebem pa/ra o q*ue* tem cofre separado: me ordena S*ua* / Mag*estad*e participe a V*ossa* Ex*celênci*a o referido, p*ar*a que a Me/za faça q*ue* os seus thezoureiros entreguem ao the/zoure*i*ro Geral dos captivos a sobredita quantia / respectiva ao referido numero de captivos; com / declaraçaõ q*ue* vindo no resgate algũas pessoas Ecle/ziasticas, ou de distinçaõ p*ar*a as quaes a mesma / Meza deva concorrer a razaõ de cem mil réis, che/gado q*ue* seja o resgate concorrerá com estas maiori/as.
Deos g*uar*de a V*ossa* Ex*celênci*a Paço a 30 de Set*em*bro de / 1760 /
a) Franc*is*co x*avi*er de M*endonç*a Furtado //
<Senhor Conde de Val de Reis.>
[fl. 1 v.] <686> Reg*ista*do a f*olhas* 10 do L*ivr*o de reg*is*to / dos avizos e deCreptos //
1. Segue-se rubrica ilegível.

27. Aviso Régio de 18 de Outubro de 1760.
Entrega de 12.000 cruzados a Nuno Álvares Pereira de Melo, encarregue de uma expedição para o resgate de cativos no Norte de África.
1760-10-18 - 1760-10-22. 2 fólios; papel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CR/02/01/130.

[fl. 1] <Cumpra ce na forma / que sua Mag*esta*de orde/na, e se rezistte Lix*boa* / 22 de *outu*bro de 1760[1] > <687> Jll*ustrissi*mo Ex*celentíssi*mo S*enh*or / S*ua* Mag*es*-*tad*e he Servido que V*ossa* Ex*celênci*a / como Provedor da Mizericordia mande Lo/go entregar a D*om* Nuno Alvarez Pereira de / Mello os doze mil cruzados que se achaõ prom/ptos pertencente aos captivos, por se achar / encarregado pelo mesmo S*enh*or da expedicaõ do / ditto Resgatte: / D*eu*s G*uard*e a Vossa Ex*celênci*a Paço 18 / de Out*u*bro de 1760
a) Franc*is*co x*avi*er de M*endonç*a Furtado /
S*enh*or Conde de Val de Reys

[fl. 1 v.] <688> Registado no l*ivr*o do Registo / de cartas DeCretos e avizos / a fólios 11 //
1. Segue-se rúbrica ilegível.

28. Cristóvão de Almeida (1620–1679), *Oraçam fvnebre nas exequias que mandou fazer na Santa Casa da Misericordia desta cidade de Lisboa o muito alto & muito poderoso Rey D. Affonso VI Nosso Senhor aos soldados portuguezes que morrèrão gloriosamẽte em defensaõ da Patria no sitio de Villa-Viçosa e na batalha de Montes Claros este anno de 1665...*, 1665.
Lisboa: na officina de Antonio Craesbeeck d' Mello Impressor de Sua Alteza, 1665. (20 cm).
Cota: L.A.XVII.0576[15].

29. *Missale romanũ*, 1522.
Igreja Católica. Liturgia e Ritual. Missal. *Missale romanũ. – Nouiter ĩpressuz cũ annotationibus in margine ad facillime ... , et quũ alicuius sãcti missa ĩperfecta est ...*
Venetiarum : Luceantonij de Giunta, 1522 (22 cm).
Cota: L.A.XVI.27.

30. Antifonário, séc. XVIII.
Igreja Católica [Antifónário] [Sem folha de rosto] [S.l.: s.n., XVIII] 2.º vol. (45 cm).
Cota: L.A.Mp.XVIII.077[2].

31. António Vieira (1608–1697), *Sermam qve pregov o P. Antonio Vieira da Companhia de Iesv na Misericordia da Bahia de todos os Santos em dia da visitaçam de Nossa Senhora Orago da Casa...*, 1658.
Em Coimbra: na impressaõ de Thome Carualho Impressor da Vniuersid.[ade] (20 cm).
Cota: L.A.XVII.0578[4].

32. *Compromisso da Misericordia de Lisboa*, 1619.
Em Lisboa: por Pedro Craesbeek, 1619 (26 cm).
Cota: L.A.XVII.0688.

33. Vasco Fernandes, conhecido como Grão Vasco (1475-1542), *Visitação*, c. 1506–1511.
Pintura a óleo sobre madeira. 177 × 93 cm. Museu de Lamego. Inv. 16.

34. Filipe de Magalhães (1563/65–1652), *Cantum ecclesiasticum praecibus apud Deum animas juvandi, corporaque humandi defunctorum officium, missam et stationes juxta ritum sacrosanctae romanae ecclesiae omnium ecclesiarum matris et magistrae...*, 1691.
[Antifonário. Gragual. Processsionário] Antverpiae: apud Henricum A Ertssens, (19 cm).
Cota: L.A. Mp. XVII. 002.

35. João Madureira, *Magnificat*, 2014 (esboço).

36. Daniel Blaufuks, da série *Corte*, 2014, 110 × 160 cm.

índice

p. 3
APRESENTAÇÃO
Provedor Pedro Santana Lopes

p. 4
APRESENTAÇÃO
Maria Margarida Montenegro

p. 7
VISITAÇÃO E ERRÂNCIA:
EXPOR-SE AO ARQUIVO
Paulo Pires do Vale

p. 24
OBRAS EXPOSTAS

p. 133
VISITA A 516 ANOS DE *AÇÃO*
POR BOAS CAUSAS
Francisco d'Orey Manoel

p. 149
AS IDADES DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA: VELHOS E NOVOS POBRES
Isabel dos Guimarães Sá

p. 164
LISTA DE OBRAS

Página anterior: pormenor de nº 13 do cat.

FICHA TÉCNICA

Coordenação geral
Maria Margarida Montenegro

Coordenação executiva
Francisco d'Orey Manoel

Catálogo

Conceção
Paulo Pires do Vale

Autores dos textos
Francisco d'Orey Manoel
Isabel dos Guimarães Sá
João Madureira
Paulo Pires do Vale

Autores das fichas do catálogo e revisão de texto
Francisco d'Orey Manoel
Nelson Moreira Antão

Transcrições paleográficas
Nelson Moreira Antão

Design e coordenação gráfica
Sílvia Prudêncio

Apoio técnico
Ana Sofia Santos
Ana Ribeiro Rosa
Carolina Capucho
Elisete Marcelino
Nelson Moreira Antão
Patrícia Lamas
Sandra Palma
Sílvia Salvado

Fotografias
Daniel Blaufuks e Pedro Costa.

Núcleo de Audiovisuais e Multimédia da SCML: Carlos Sousa, João Pécurto e João Martins.

Obras de Misericórdia – Museu Nacional de Arte Antiga: José Pessoa, Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

Visitação – Museu de Lamego: José Pessoa, Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

Tradução para língua inglesa
Ana Yokochi e Sean Linney

Secretariado
Vanda Santos

Patrocínios
Lusitânia Seguros

Tiragem da edição
1.500 exemplares (português)
500 exemplares (inglês)

Um volume com quatro tomos.
Catálogo (inclui CD): papel Munken Lynx 120 g
Caderno 1 – Albúm Ortóteses: papel Munken Pure 120 g
Caderno 2 – Sinais dos Expostos: papel Munken Pure 120g
Caderno 3 – Sopa dos Pobres: papel Munken Pure 100g

Impressão e acabamento
Gráfica Maiadouro, S.A.

©Edição
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
(Julho de 2014)

Publicação e distribuição
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa

ISBN
Versão portuguesa: 978-989-8712-07-3
Versão inglesa: 978-989-8712-08-0

Depósito legal
378009/14

CD de música
João Madureira (compositor)
Officium Vocal Group
Ana Cristina Castanhito de Almeida (harpa),
João Afonso de Bragança Pereira Coutinho (flauta)
e Luís Miguel Oliveira Gomes (clarinete).

Exposição

10 de Julho a 2 de Novembro de 1014

Curadoria
Paulo Pires do Vale

Projeto expositivo
Filipe Alarcão

Restauros
Maria José Passanha

Emprestadores
Igreja de Santa Cruz do Castelo (Lisboa)
Museu da Farmácia (Lisboa)
Museu de Lamego
Museu Nacional de Arte Antiga

Iluminação
Vítor Vajão, Atelier de Iluminação
e Eletrotecnia, Ld.ª.

Montagem
ZX- Construções, Unipessoal Ld.ª

Balaclava Noir – Consultoria
Técnica em Artes Visuais, Ld.ª –
Abel Chaves e João Chaves

Audiovisuais
Núcleo de Audiovisuais e Multimédia da SCML:
Pedro Sabino (touchscreens),
Carlos Salgueiro (tratamento de filmes)

Agradecimentos

Ana Cristina Rego
António Filipe Pimentel (Museu Nacional de Arte Antiga)
Padre António Pedro Boto de Oliveira (Patriarcado de Lisboa)
Célia de Jesus Pina Pilão (Centro Hospitalar de Lisboa Central)
Constança Moreira Rato Azevedo Lima (Museu do Azulejo)
Padre Edgar Clara (Igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa)
Fernando Nogueira (Lusitânia Seguros)
João José da Silva Santos
João Neto (Museu da Farmácia)
Luís Sebastian (Museu de Lamego)
Maria Antónia Pinto de Matos (Museu do Azulejo)
Marta Wengorovius
Rosário Dantas (Museu da Cidade – Lisboa)
Ruy de Carvalho
Tomás Maia
Vasco Peixoto de Freitas

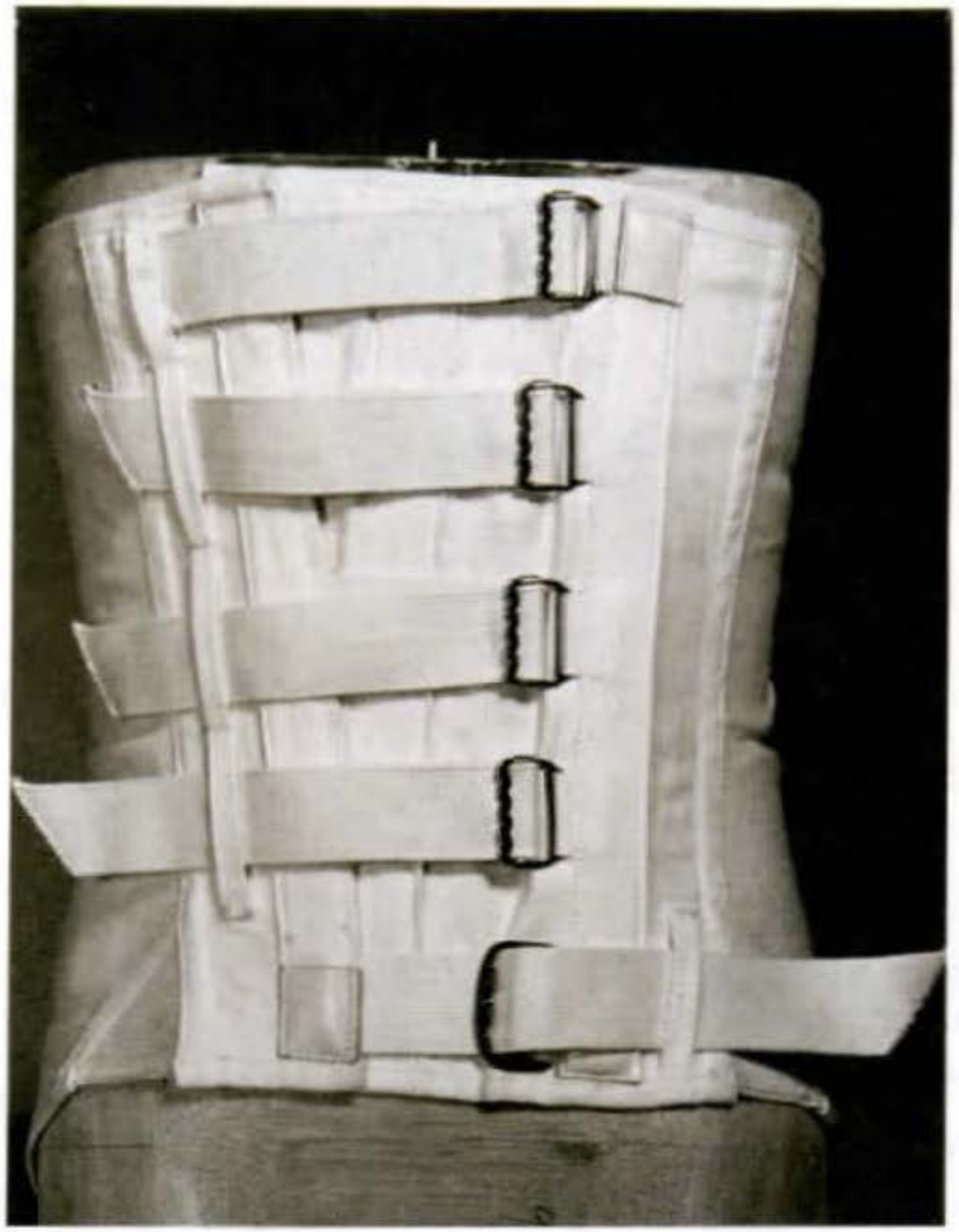
ESTE CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO VISITAÇÃO.
O ARQUIVO: MEMÓRIA E PROMESSA É
COMPOSTO POR UM VOLUME EM
QUATRO TOMOS, TENDO SIDO
IMPRESSO PELA GRÁFICA
MAIADOURO, S.A.
ENTRE JUNHO E
JULHO DE
2014.

visitação

CADERNO 1

Fotografias de ortóteses, c. 1950-1960
Fotografias que integram um álbum composto por 84 provas executadas pela Georgia Warm Springs Foundation, Estados Unidos da América, e estão associadas à formação dos primeiros técnicos orto protésicos do Hospital Ortopédico de Sant'Ana.
(n.º 13)

Este albúm não é reproduzido na totalidade.

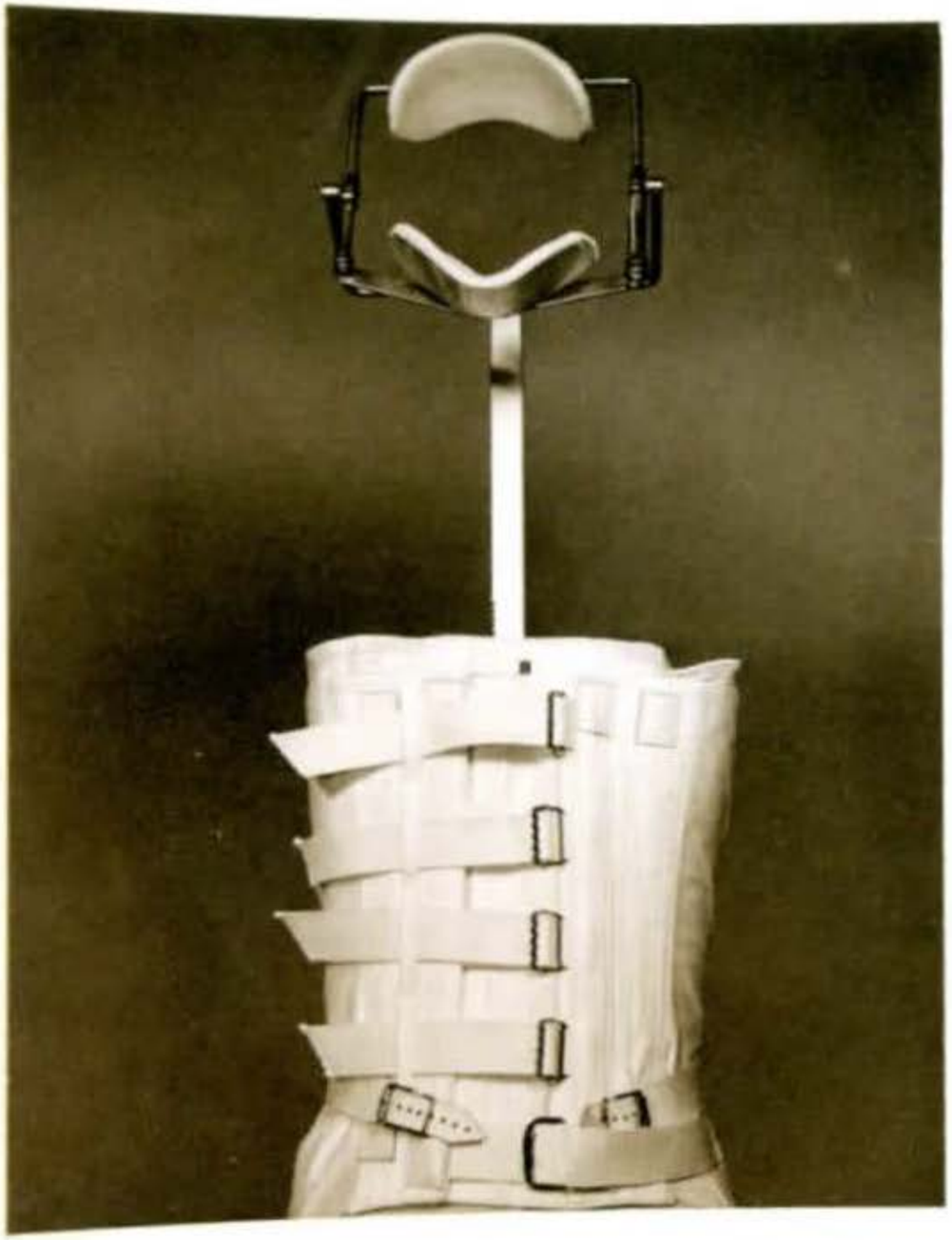


Plain corset - Front view

Plain corset - back view

Shiffet corset to The RIGHT
back-view

Three point pressure
corset
back. lateral
view



Plain corset with
head Traction attached

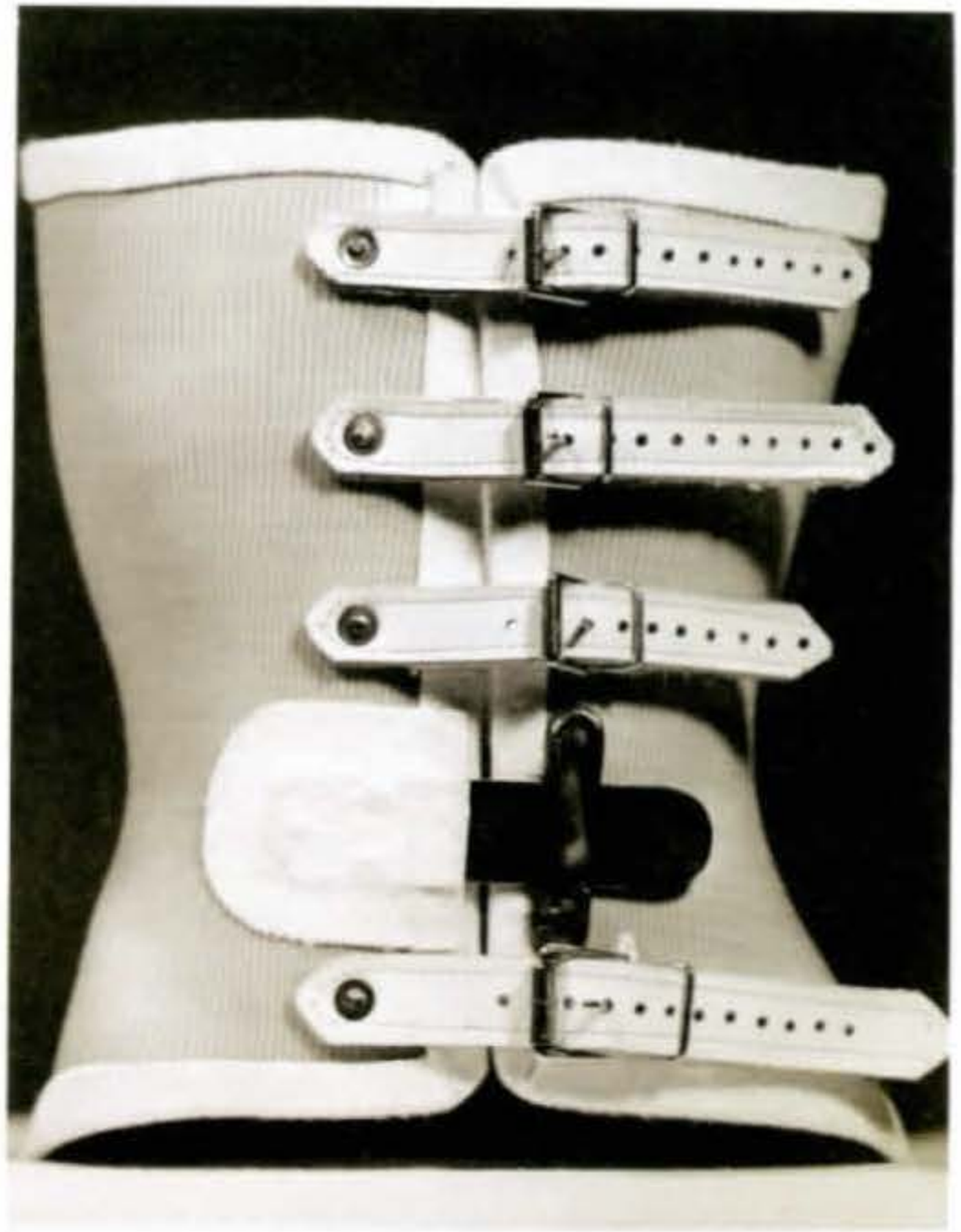
Front view

Plain corset with head Traction attached

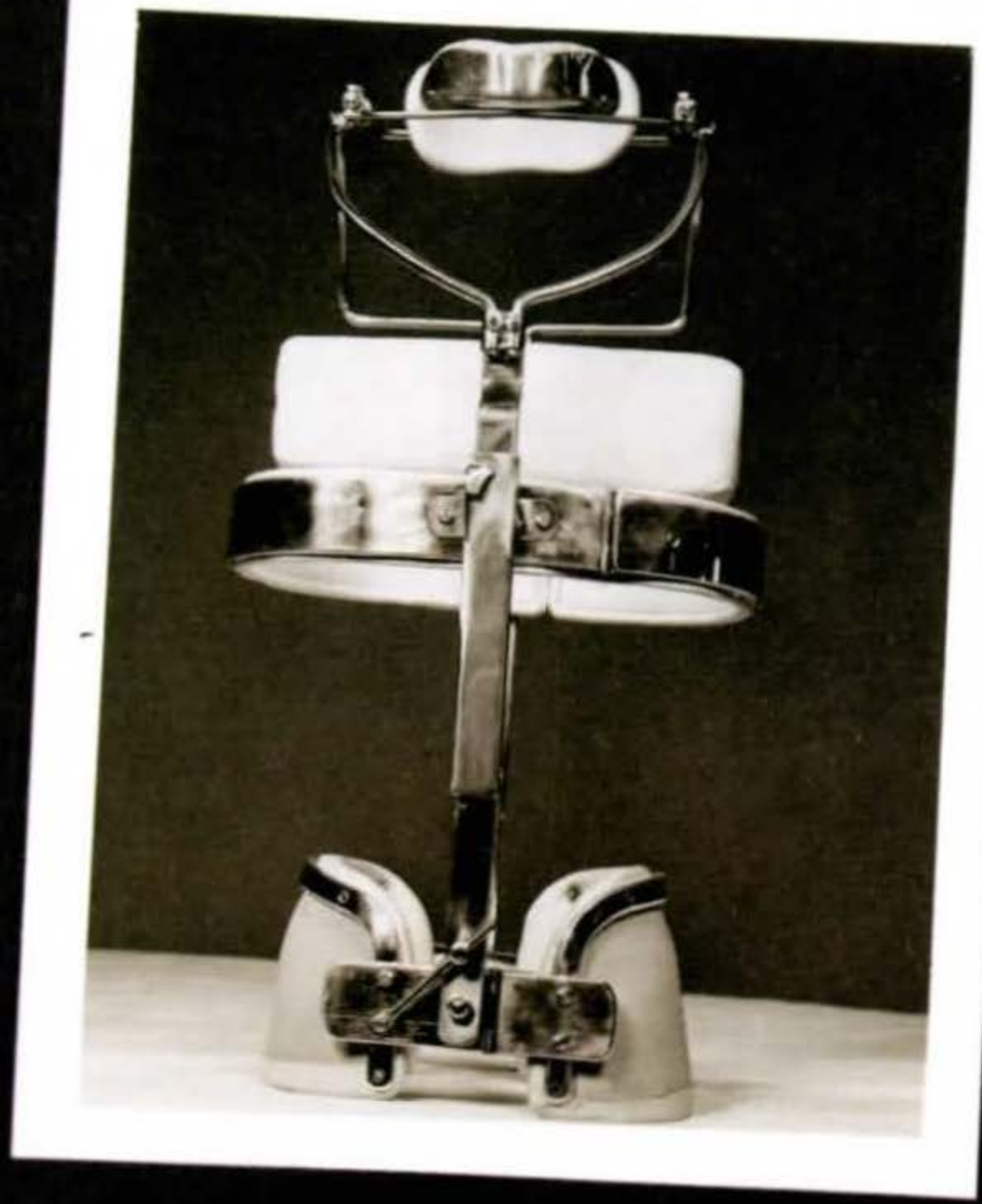
Side view

Plain corset with head Traction attached

back view



Plain polyster jacket
Front view



Milwaukee
Frame

Front view

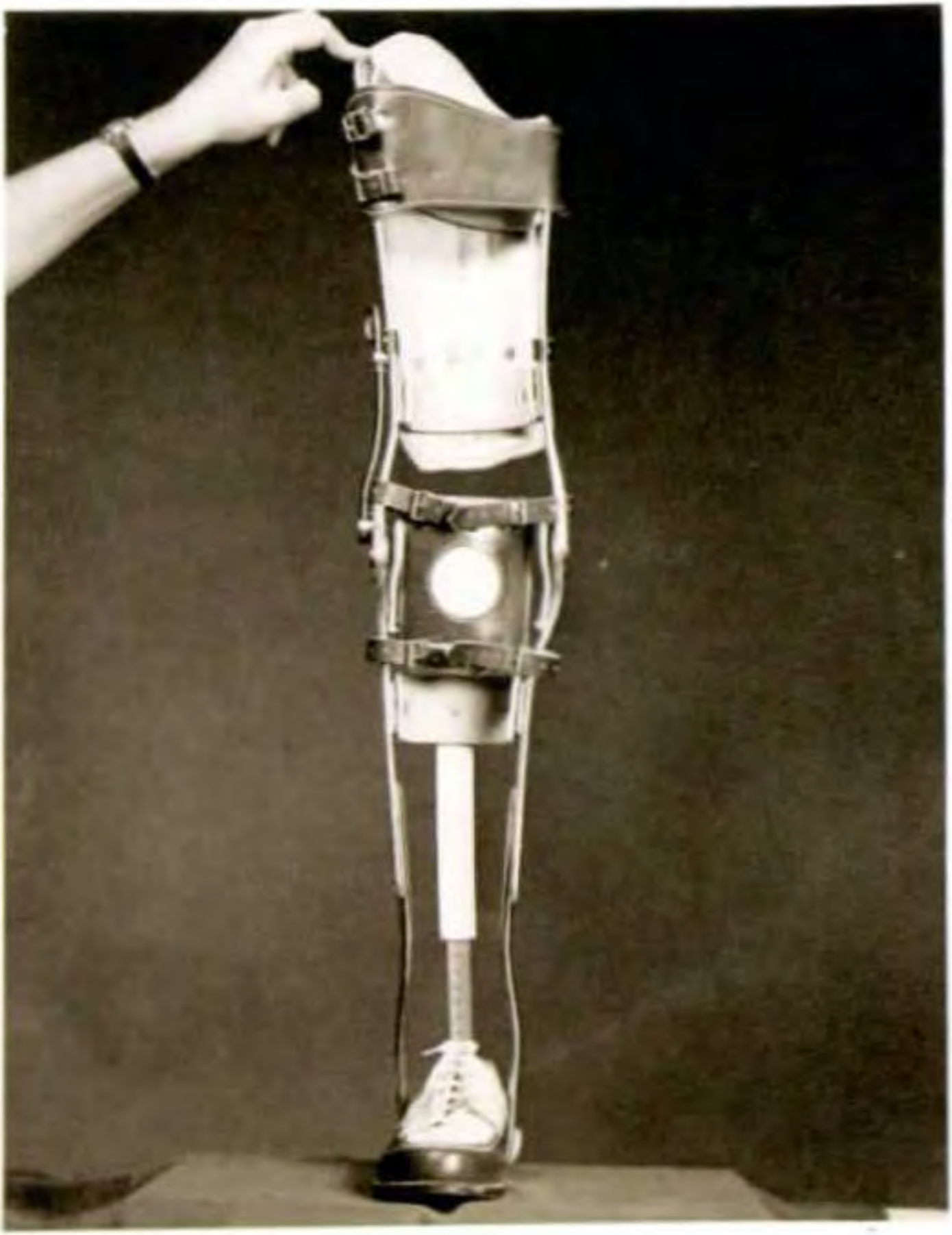
Milwaukee

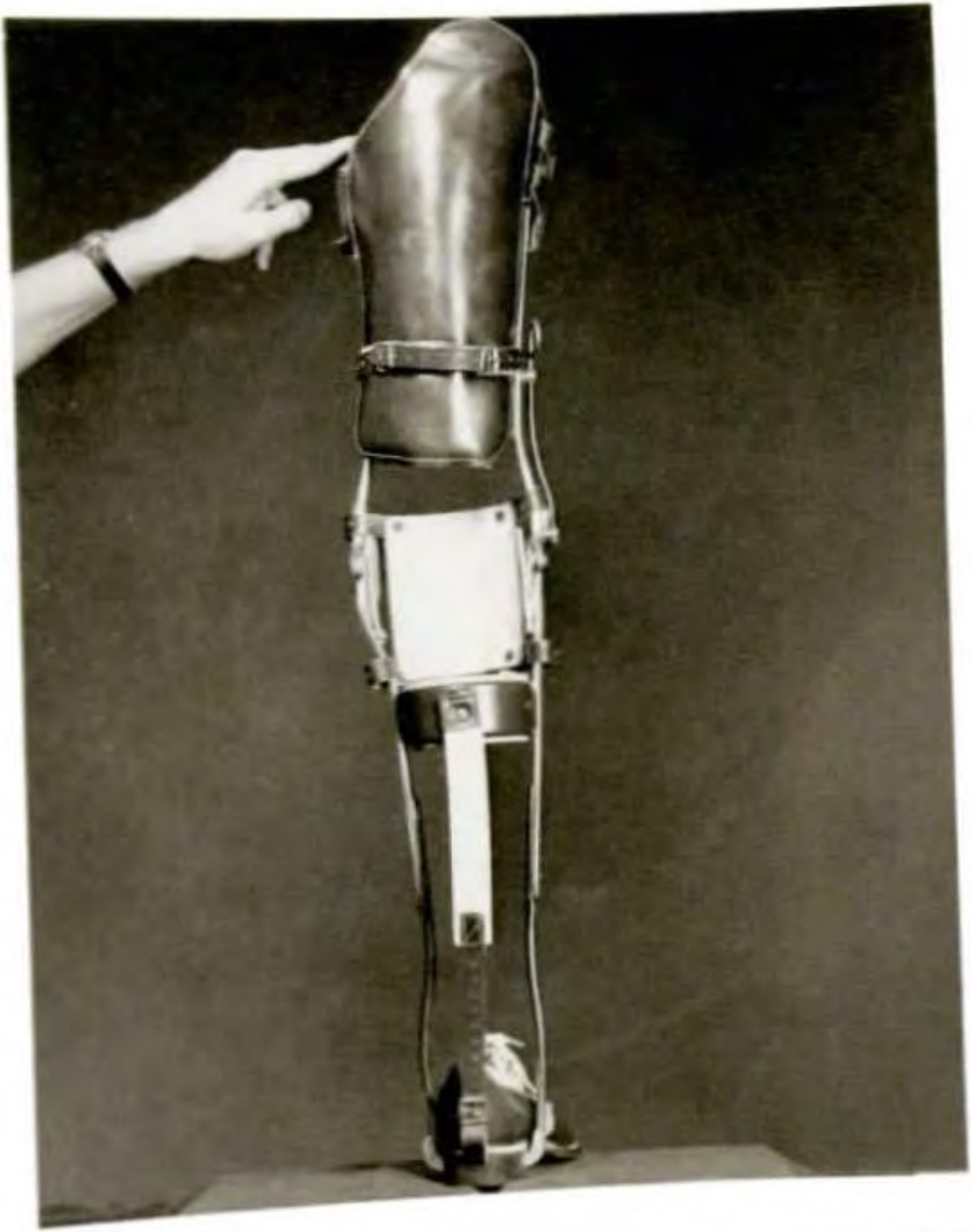
Frame

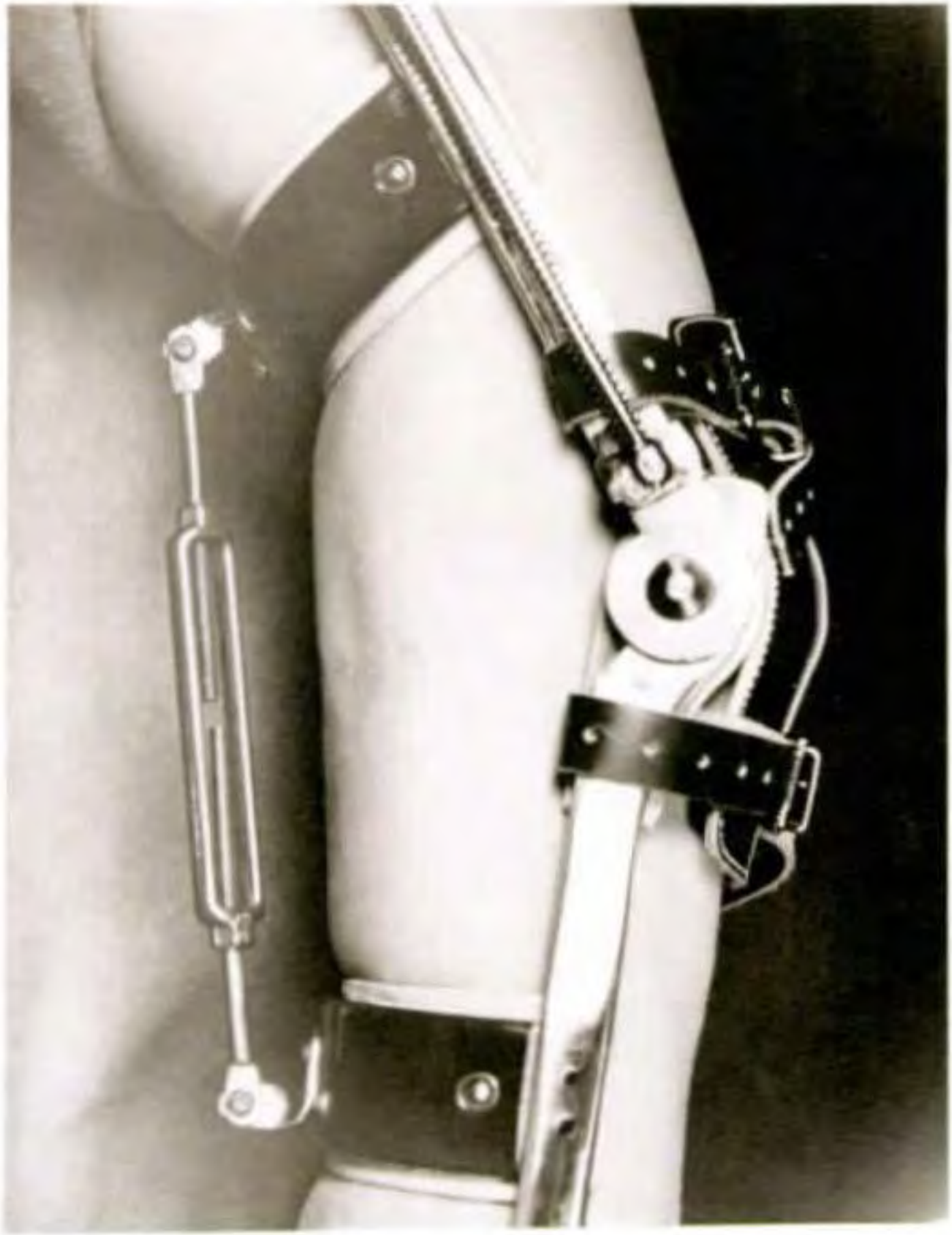
back view

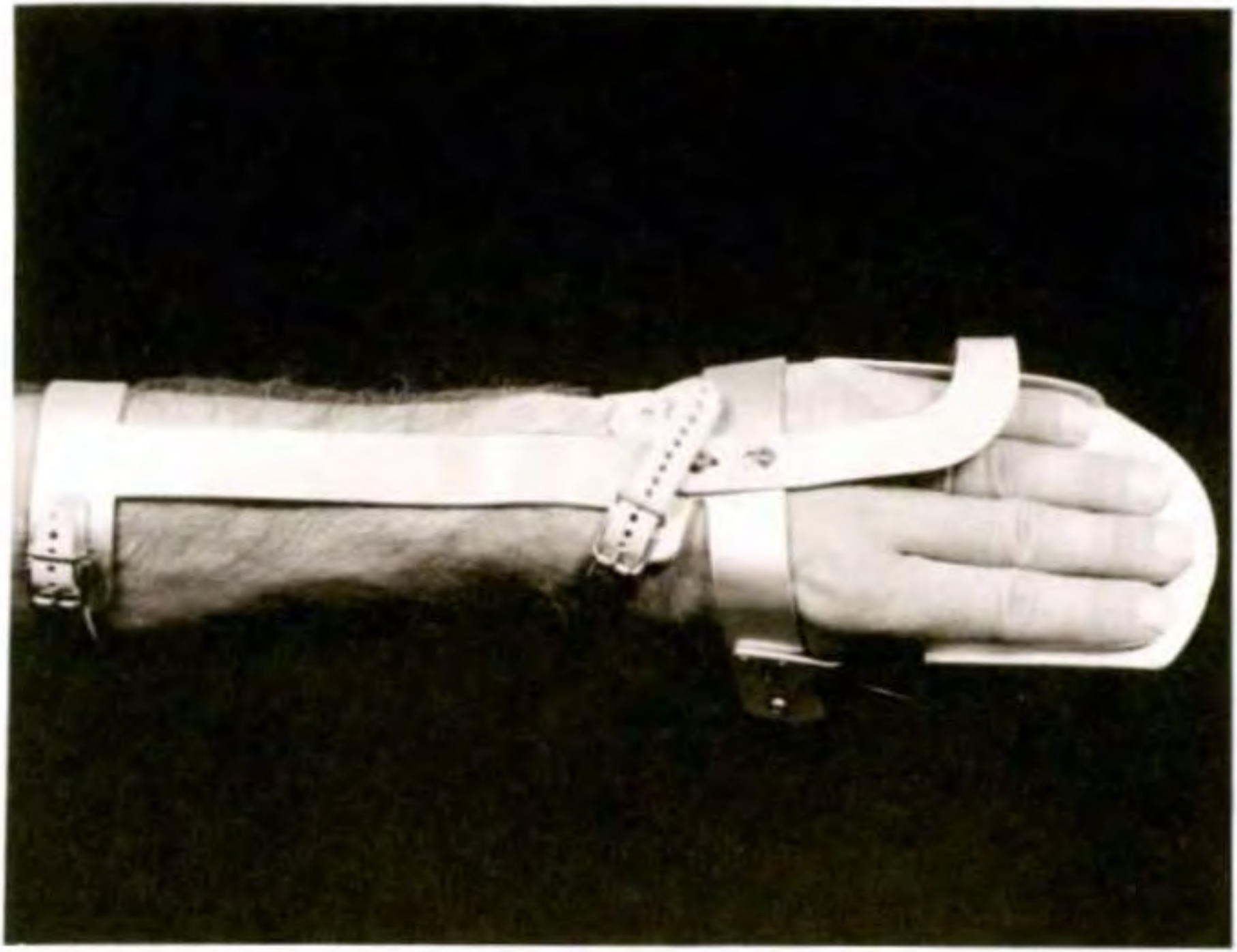
Forefoot abduction splint
inside view

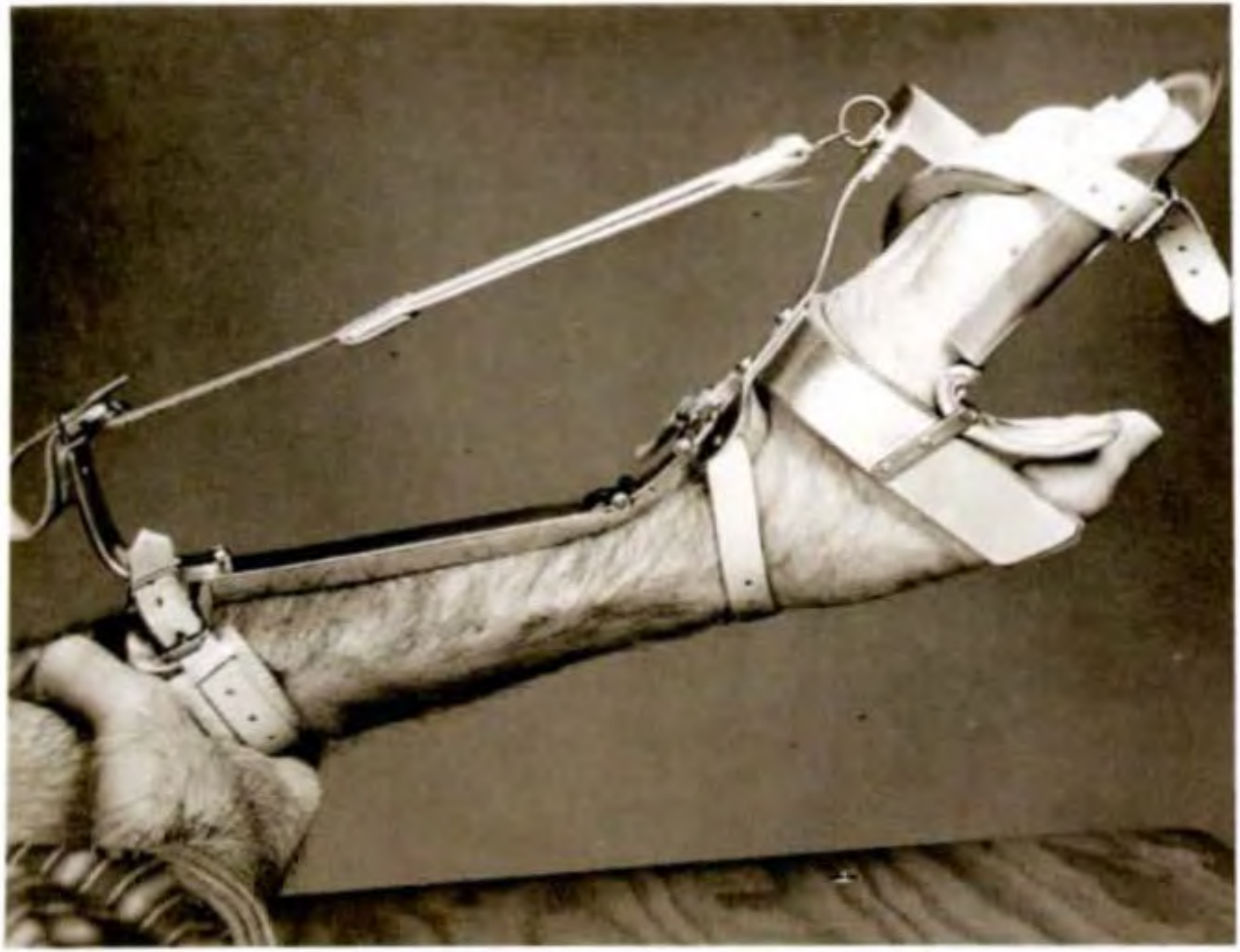
Forefoot abduction splint
outside view

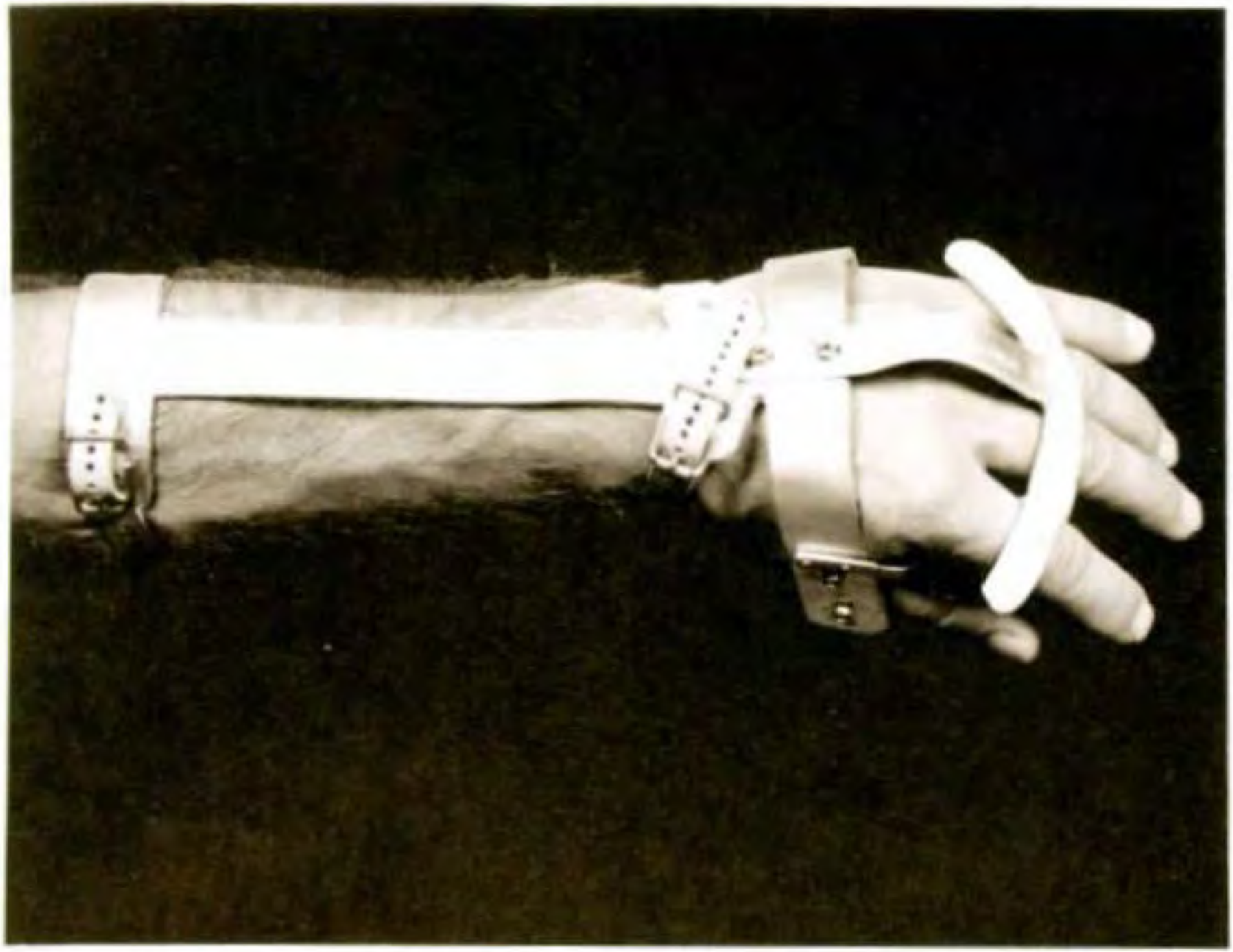


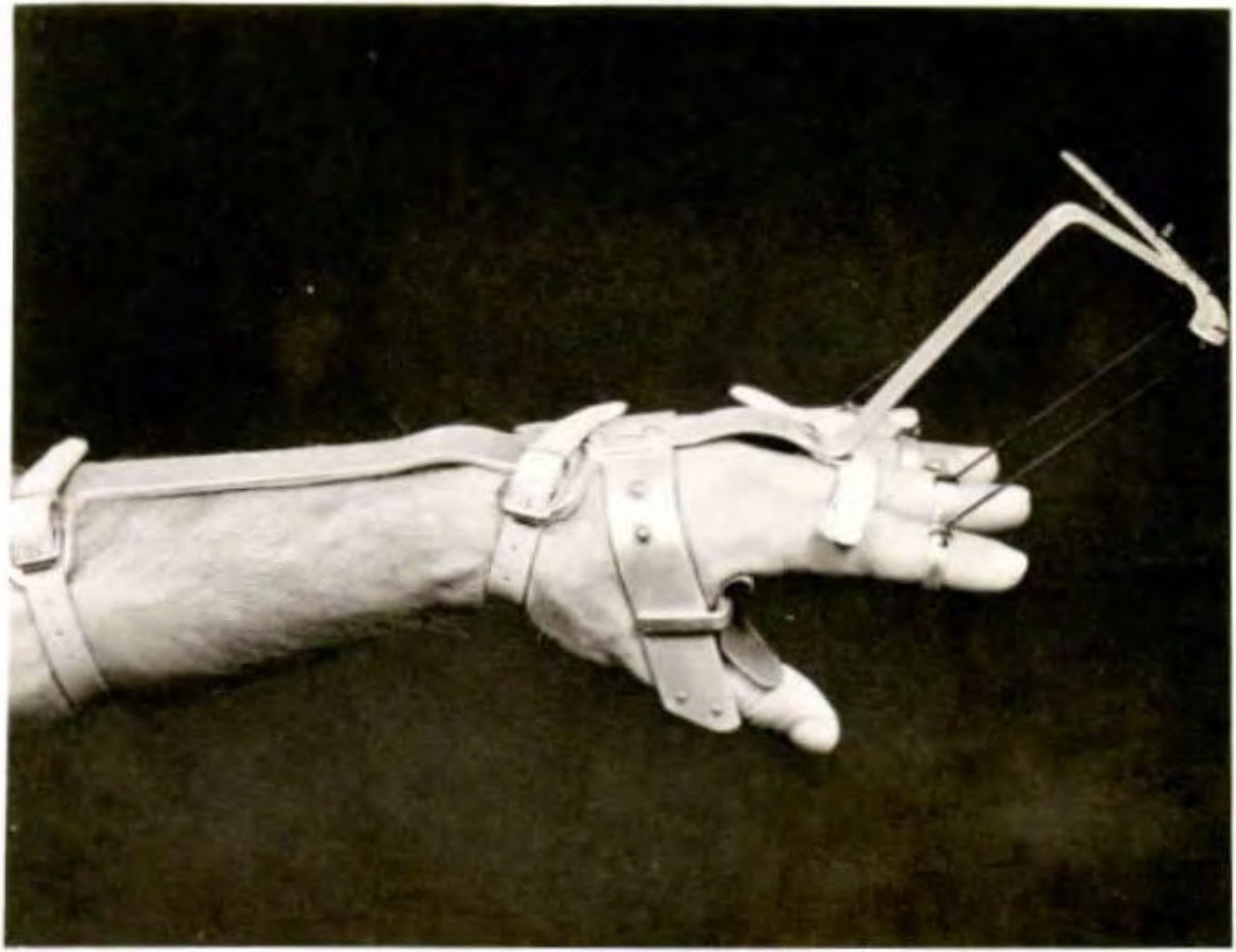


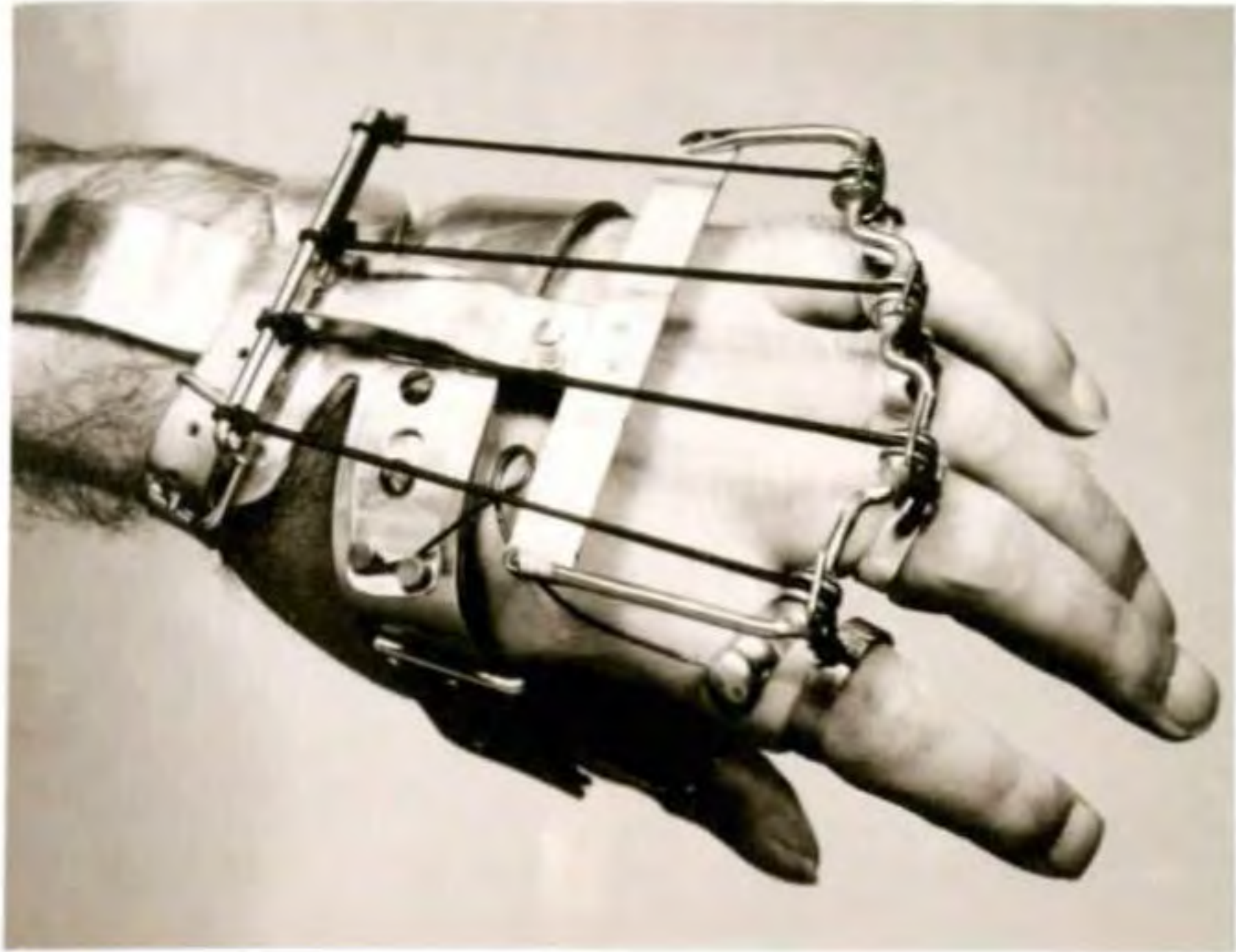


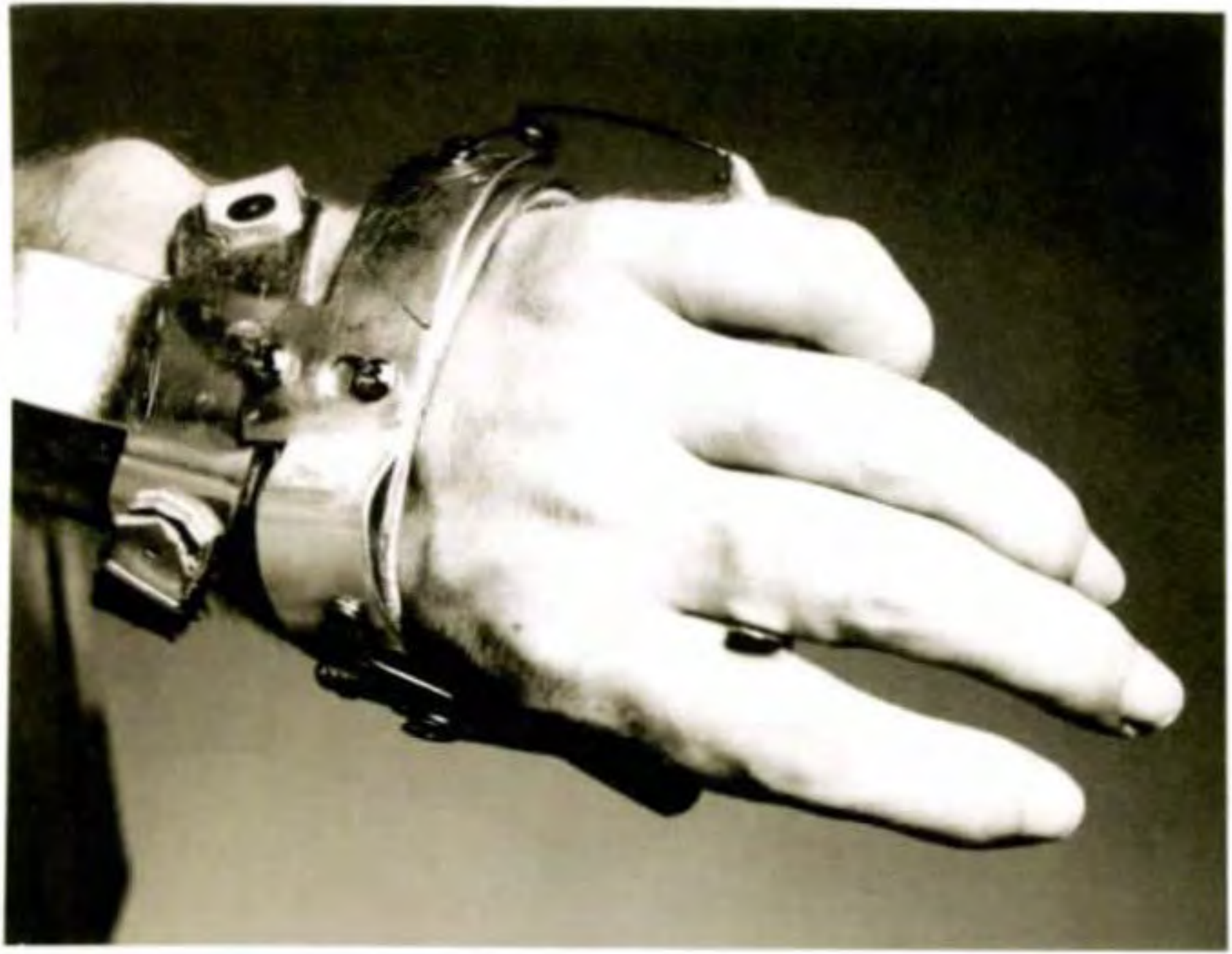


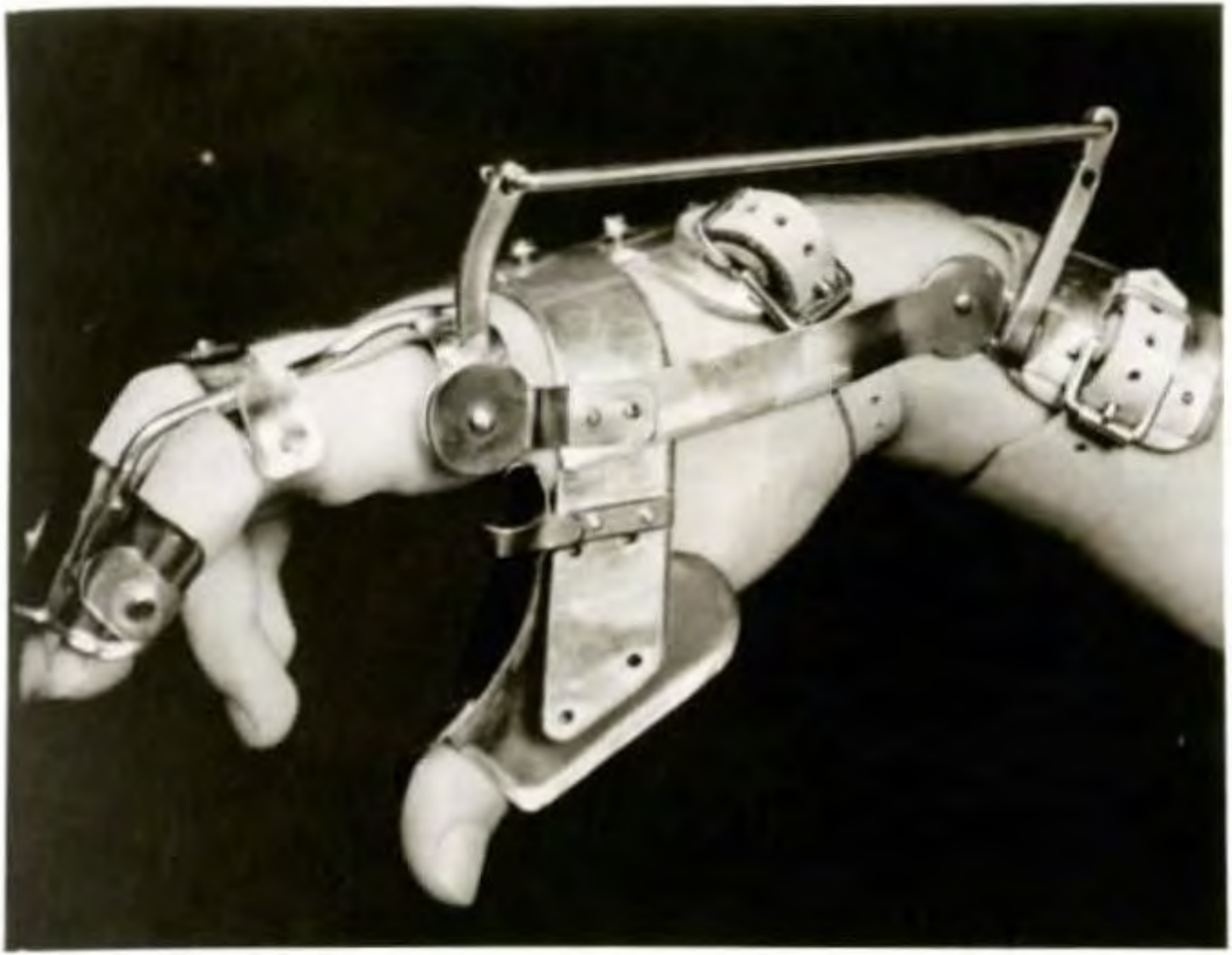


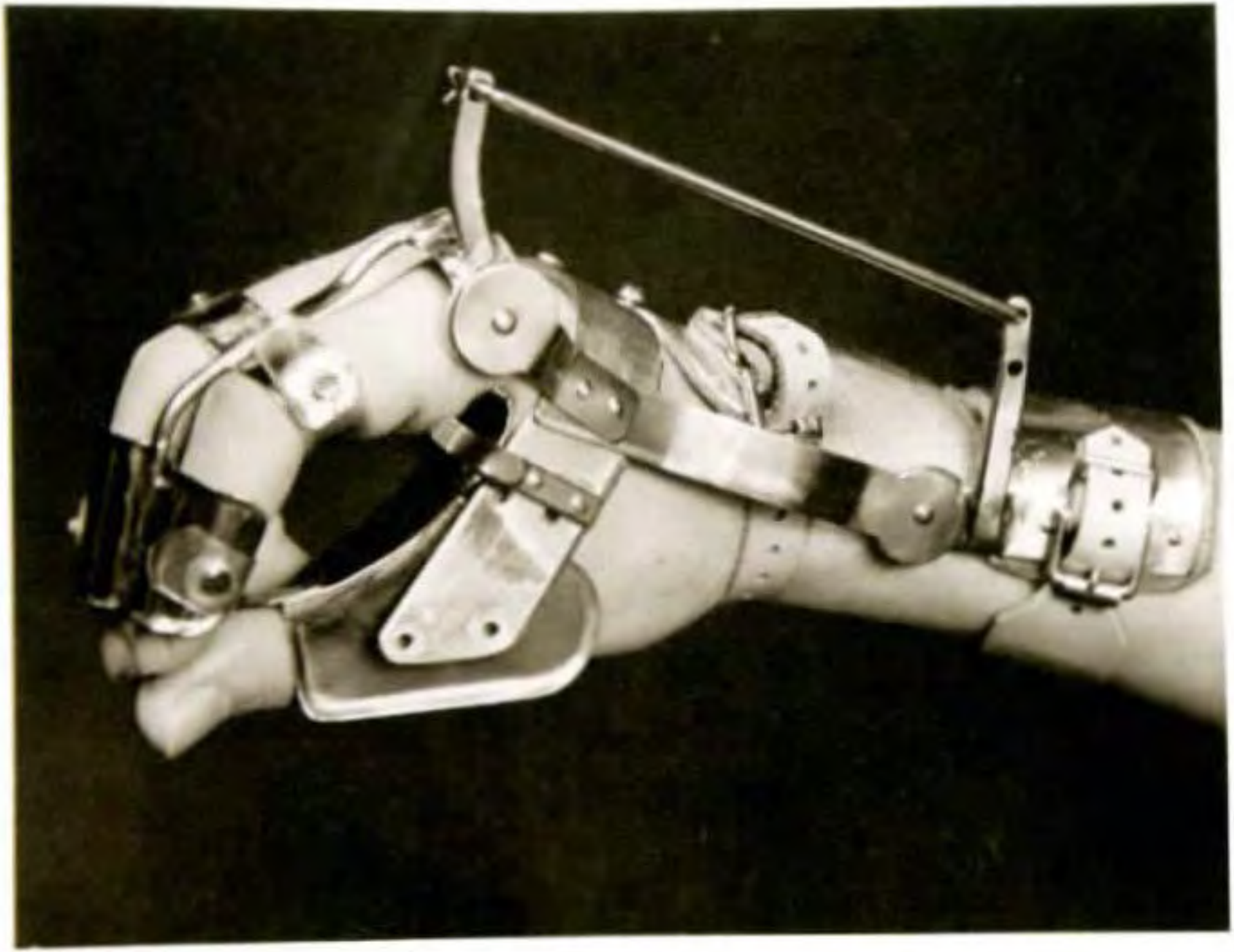


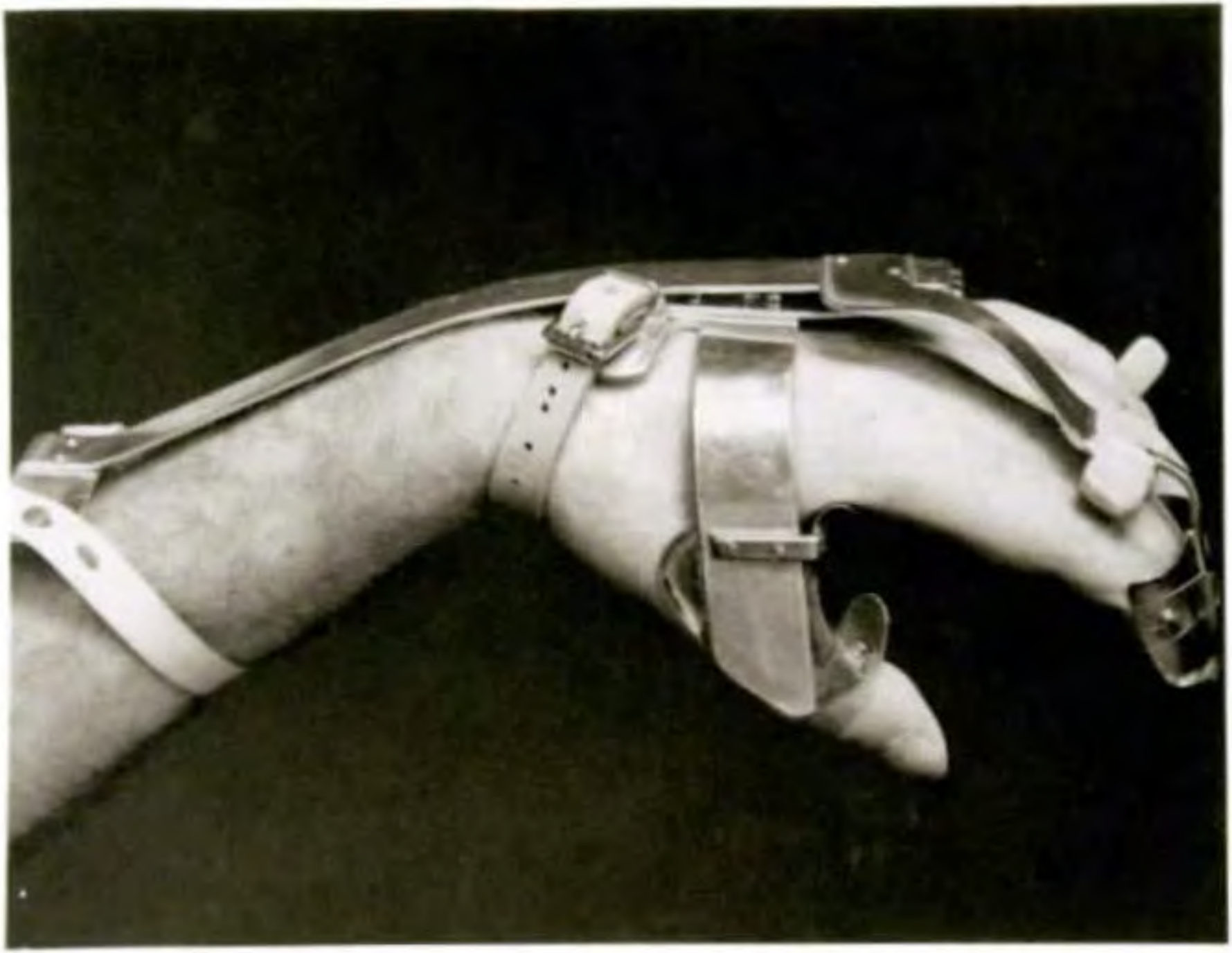


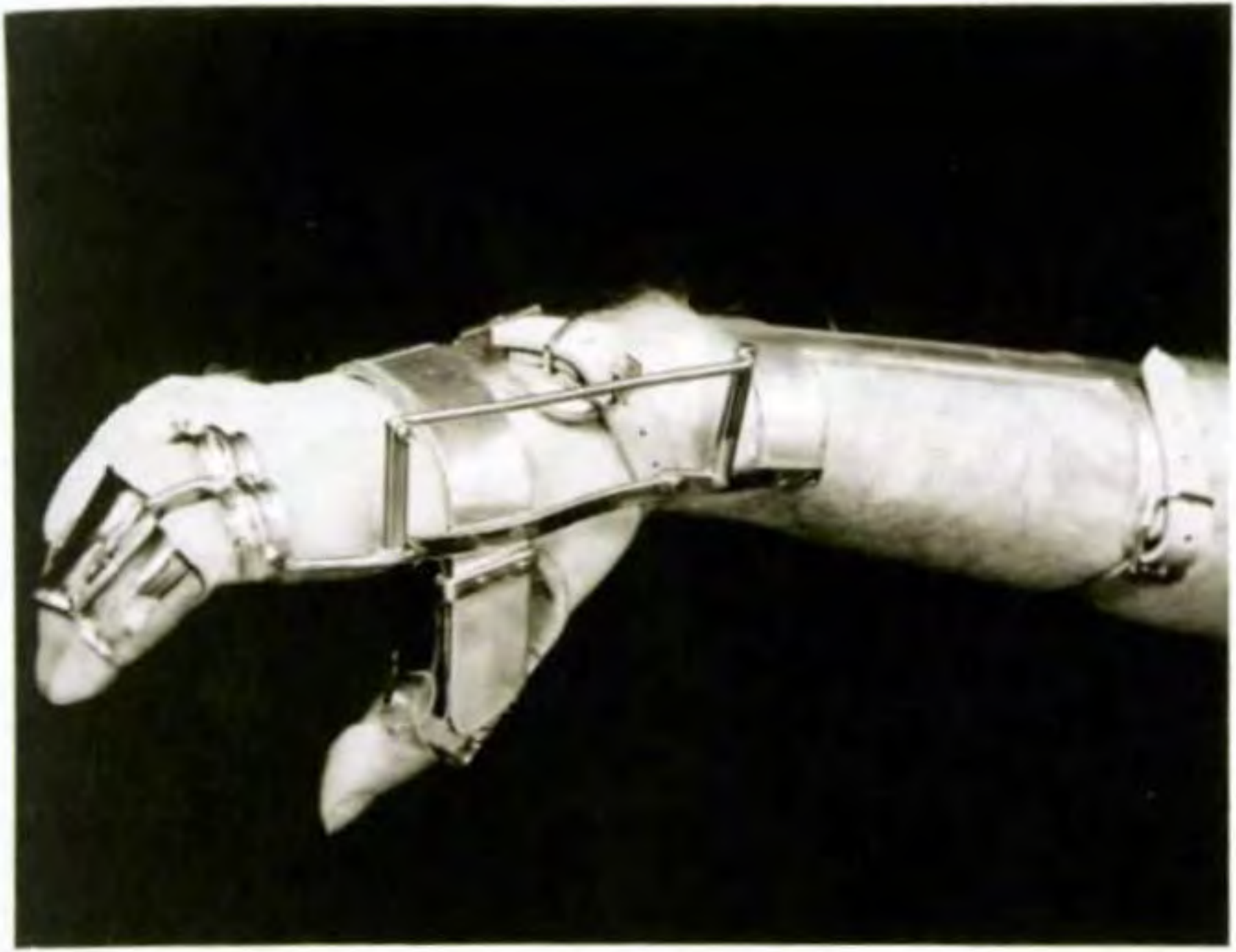


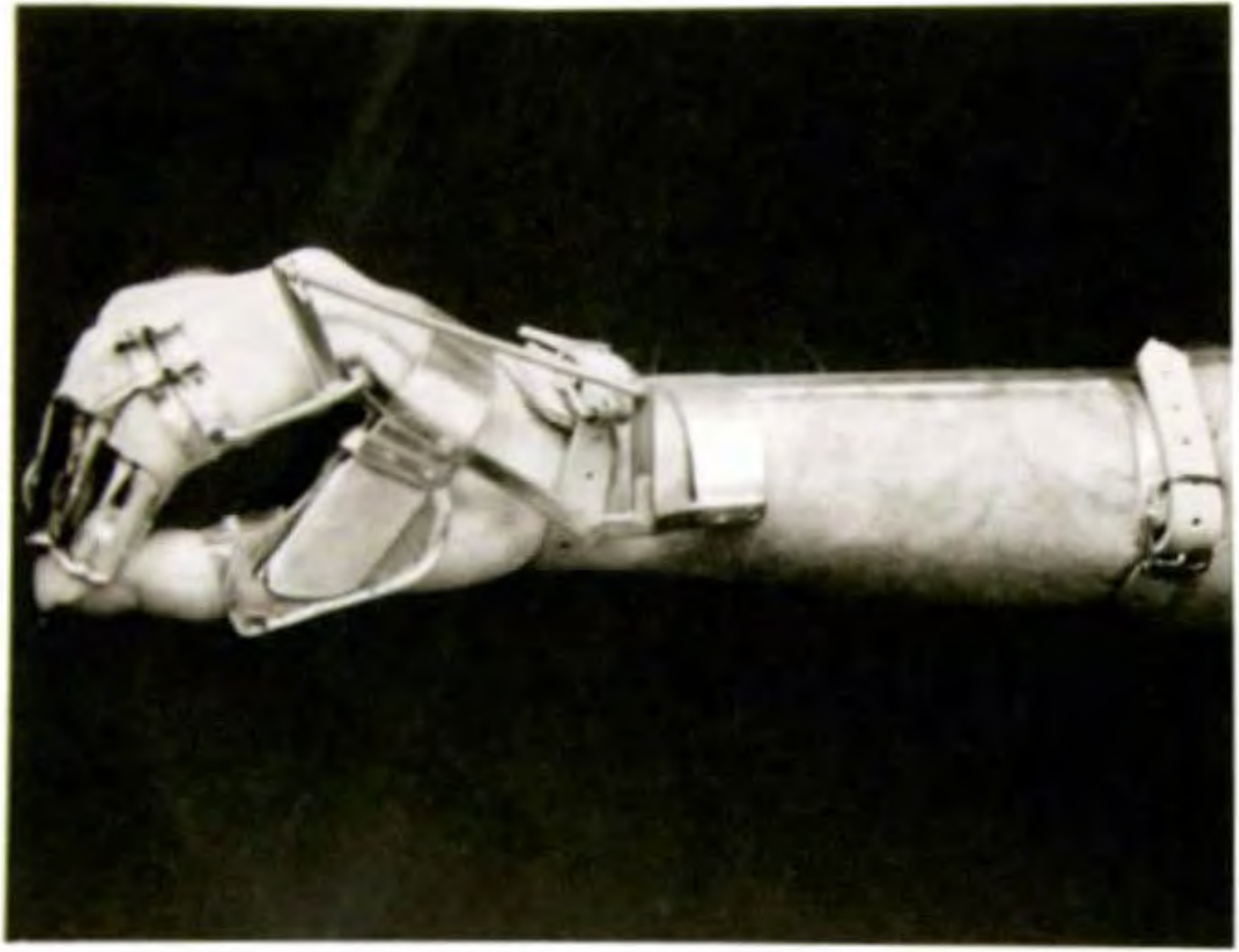




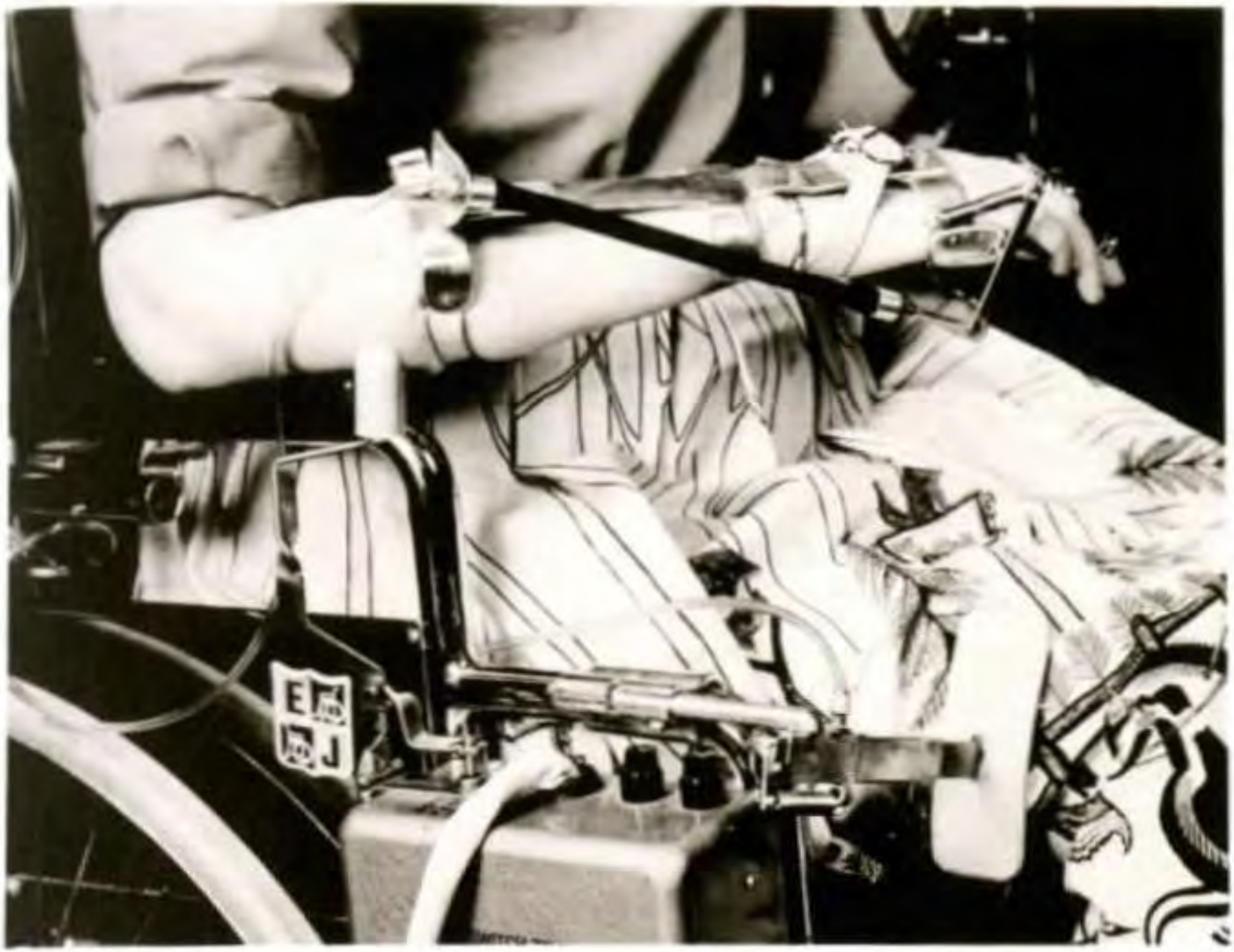




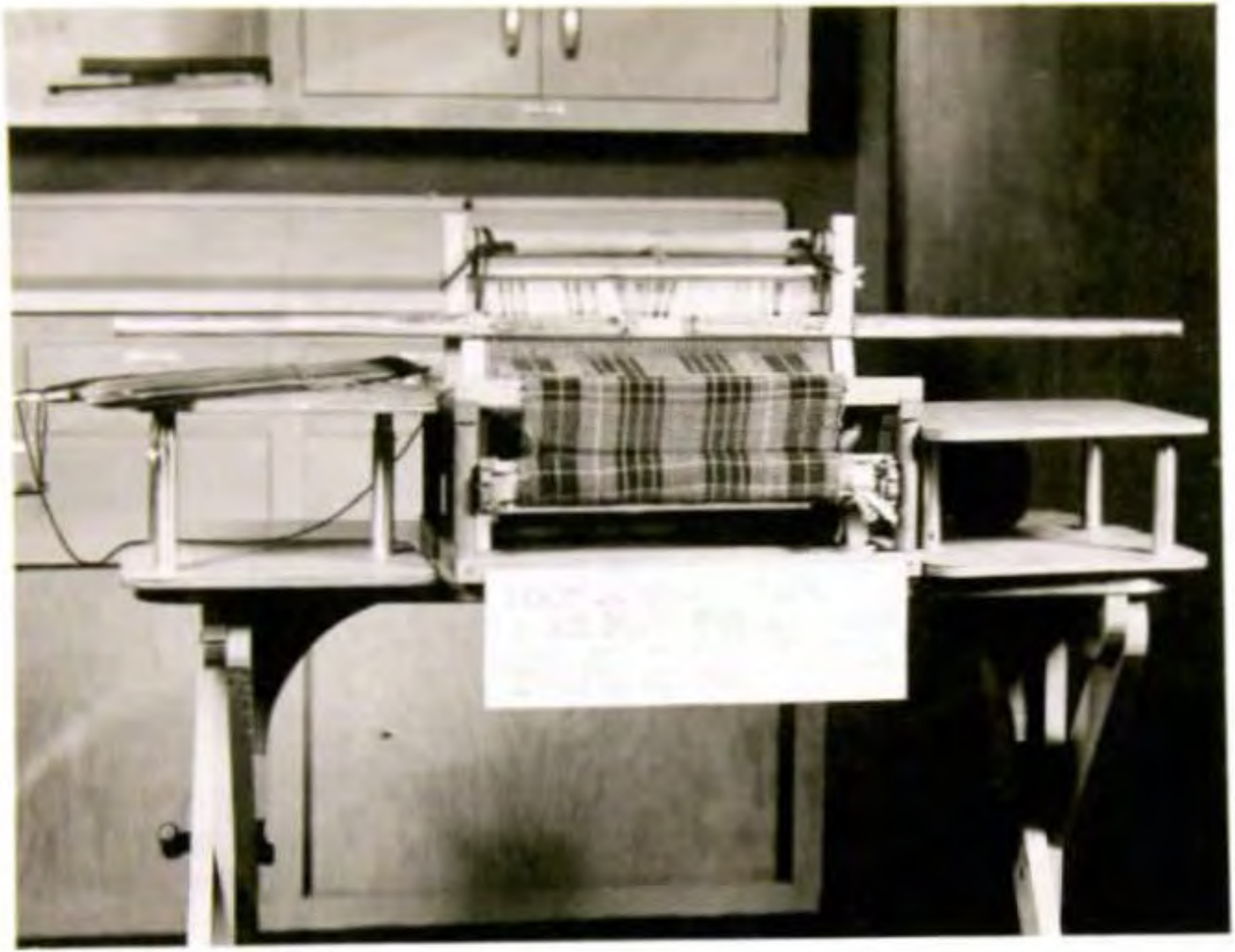


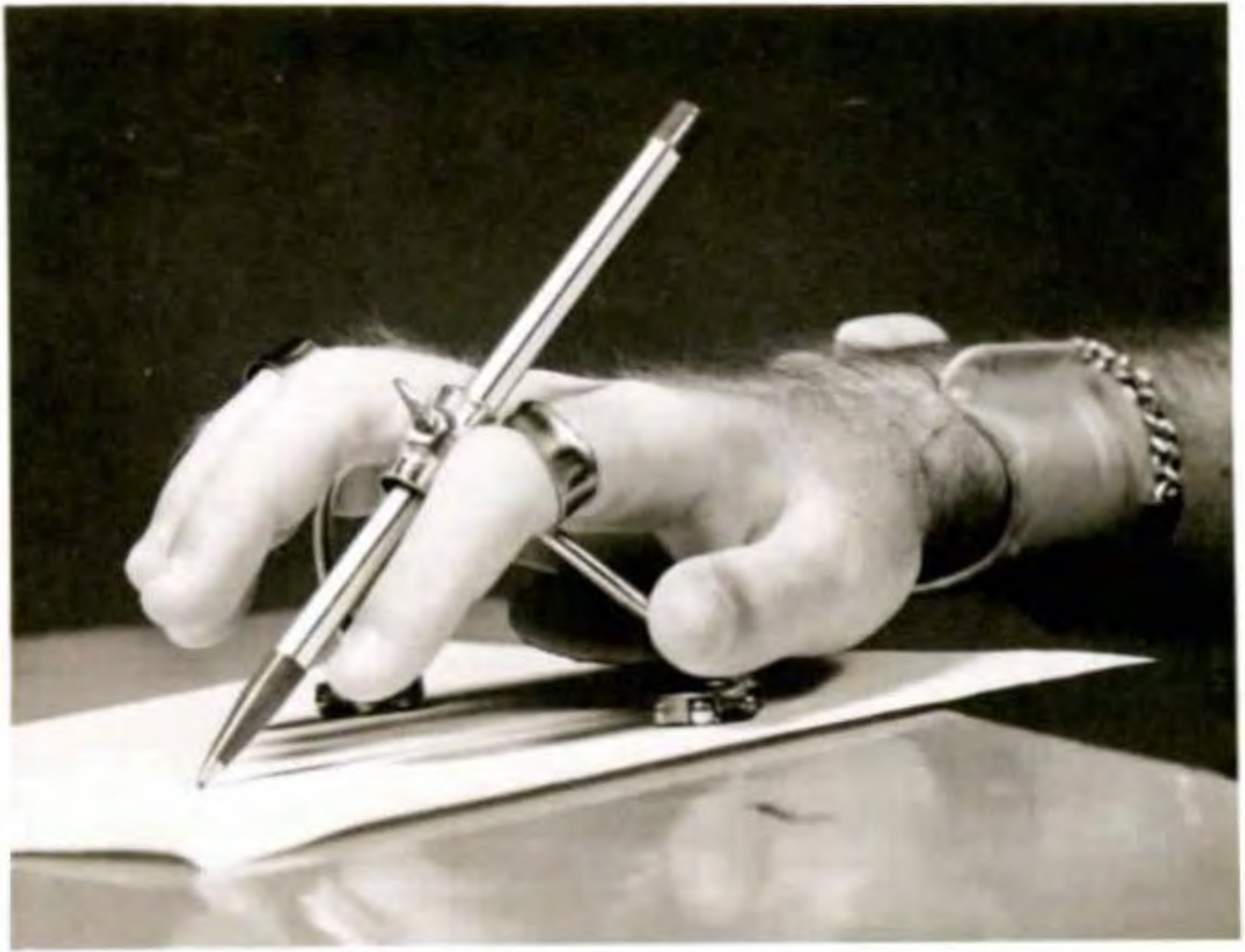


HANEY, D



SINGER





ORTHETICS for COMMUNICATION

ORTHETICS for COMMUNICATION
GEORGIA WARM SPRINGS FOUNDATION

SANTA
CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

visitação

CADERNO 2

Sinais dos expostos
Sinais que acompanhavam as crianças que eram deixadas ao cúidado da Santa Casa e que serviriam como identificação em caso de regresso dos pais (cat.15).

2-6189

Da Piedade destas Santa Caza da Mise
ricordia, desaceitta Quarenta, Rogando ao
Exmo. Snr. Provedor, com joutros Illmos. Snres. do
Governo desta Santa Caza, mandei tomar no dan to
Hospital, mandando criar da minha Criação
Baptizar, pondome nome de Luiza; fui na
cida com tres dos tres mezes de 86.º apresentei-me
ne de 1797 pelo ... Esq. da noite, cujo a ton
te se fara com todas estas clarezas pois alem de
daquelle do meo Pays, com que me tinhão
p.ª lla acceitarem ... e hua em Lugar
tenho ... outra igual Carta como esta apresento
a metade do papel assignalado dizendo as Esq.
Esq. com ... declarando o dia mez e anno
do meu nascimento, o nome, e dia em que vim pa
ra este Hospital. Este favor se Roga p.º
amor de Deos, e pela vida ... de V. Ex.ª
e mais Snr.es desta Santa Caza Lisboa vin
te de Outubro de 1797

E. R. Mce.

Páginas anteriores:

Sinal n.º 1189 de 1797

Sinal composto por um escrito e um desenho com recorte irregular. O texto desse sinal tem a particularidade de ter sido redigido como se a criança exposta falasse na primeira pessoa.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/017/1797/1189

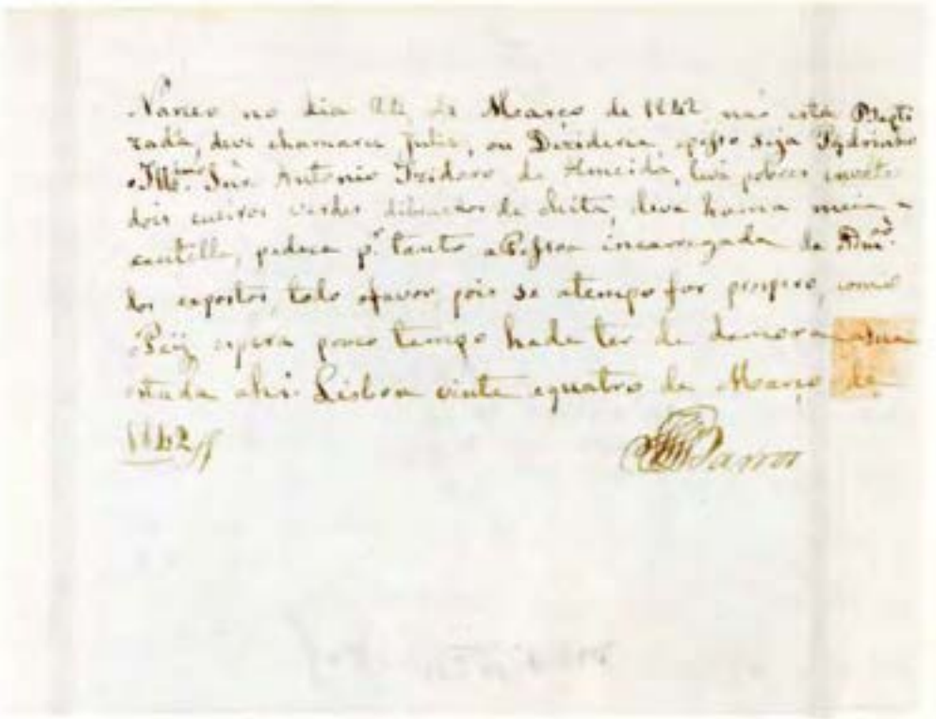
[Reto do escrito]
Numero 1 189 / Da Piedade desta Santa Caza da mize/ricordia, se vale esta Innocente, rogando ao / Excelentissimo Senhor Provedor, e mais aos Illustrissimos Senhores Ir/manos desta Santa Caza, me aceitem no santo / Hospital, mandando cuidar da minha criasão / e Baptismo, ponde me o nome de Luiza: fui na/çida em tres deste mez de outobro do prezente an/no de 1797 pelas oito horas da noite, cujo asen/to se fara com toda esta clareza, pois asim he / do agrado de meos Payes, emquanto me reconhecerem / por filha e vierem buscar me, e não serei emtregue / senão a quem outra igual carta como esta apresentar, / e metade do papel asignalado dizendo as riscas / huas com as outras declarando o dia mes e anno / do meu nasimento, e nome, e dia em que vim pa/ra este Hospital. Este favor se roga pelo / amor de Deos, e pela vida e saude de Vossa Excelência / e mais Senhores desta Santa Caza Lisboa sin/co de outubro de 1797 / E Receberá Merce //

Sinal n.º 480 de 1842

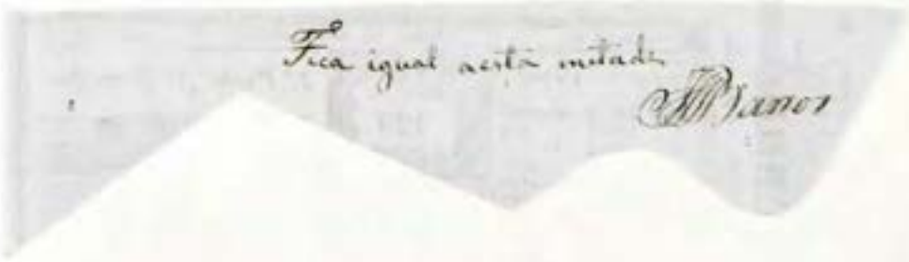
Sinal composto por escrito e parte de uma cautela da lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/114/1842/0480

[Reto do escrito]
Nasceo no dia 24 de Março de 1842, não está Bapti/zada, deve chamar ce Julia, ou Dezideria, e pesso seja Padrinho / o Illustrissimo Senhor Antonio Izidoro de Almeida, leva pobres involtas / dois cueiros verdes dibuados de chita, e leva numa meia a / cautella, pede ce portanto a Pessoa incarregada da Administraçaõ / dos expostos, todo o favor, pois se o tempo for prospero, com o / Paij espera pouco tempo ha de ter de demora a sua / estada ahi. Lisboa vinte e quatro de Março de / 1842
a) Barros //
[Verso do escrito]
Livro 116 fólio 22 Verso Numero 480 / Entra as dez horas do / dia 25 de Março de / 1842 //

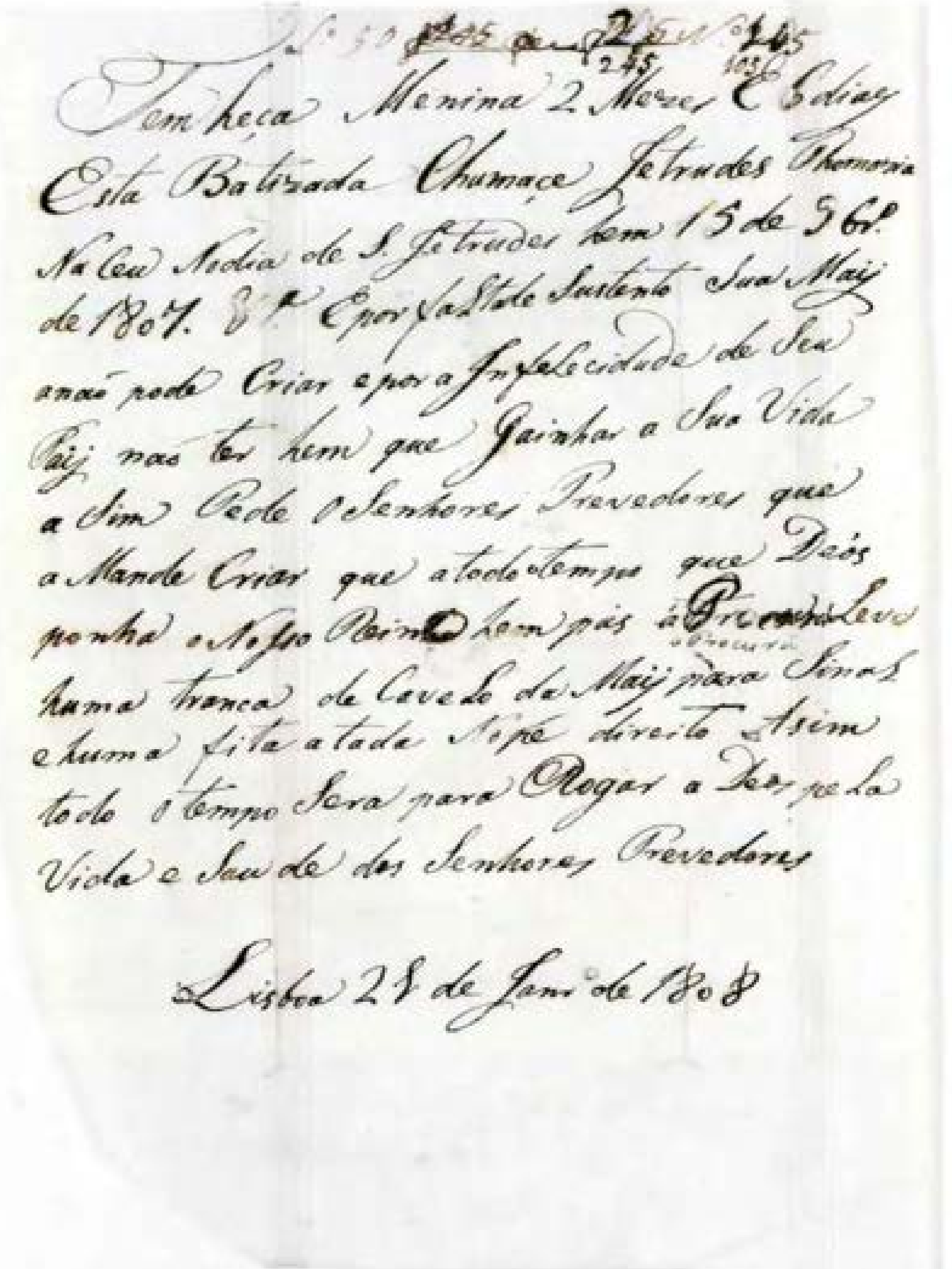
[Verso da cautela de lotaria de 1812 cortada]
Fica igual a esta metade
a) Barros //



Nasceo no dia 24 de Março de 1842 não está Bapti-
zada, deve chamarce Julia, ou Dezideria, e pesso seja Padrinho
Illm.o Snr. Antonio Izidoro de Almeida, leva pobres involtas
dois cueiros verdes dibuados de chita, leva huma meia a
cautella, pedece p.r tanto a Pessoa incarregada da Admn.
dos expostos, todo o favor pois se o tempo for prospero, com o
Paij espera pouco tempo ha de ter de demora a sua
estada ahi. Lisboa vinte e quatro de Março de
1842 // Barros



Fica igual a esta metade
Barros



N.º 50 ~~245~~ 245

Tem hessa Menina 2 Mezes E 6 dias
Esta Batizada Chamasse Jetrudes Thomazia
Na Cea Nodia de S. Jetrudes hem 15 de 9br.
de 1807. E a E por falta de Sustento Sua Maij
a naõ pode Criar e por a Infelecidade de Seu
Paij naõ ter hem que Gainhar a Sua Vida
a Sim Pede o Senhores Prevedores que
a Mande Criar que a todo tempo que Deós
ponha o Nosso Reino hem pás â Procura leva
huma tranca de Cavelo da Maij para Sinal
e huma fita atada No pé direito Asim
todo o tempo Sera para Rogar a Deos pela
Vida e Saude dos Senhores Prevedores

Lisboa 28 de Janº de 1808

Páginas anteriores:

Sinal n.º 105 de 1808

Sinal composto por escrito e por uma trança de cabelo da mãe, atada com um pedaço de fita.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/040/1808/0105

[Reto do escrito]
Livro 50[1] 245 <245> Número 105 <105> / Tem heça Menina 2 Mezes E 6 dias / Esta Batizada Chama çe Jertrudes Thomazia / NaCeu No dia de Santa Jertrudes hem 15 de novembro de 1807[2]. E por falta de sustento sua Maij / a naõ pode criar e por a JnfeLecidade do seu / Paij não ter hem que Gainhar a Sua Vida / asim Pede o Senhores Prevedores que / a Mande Criar que a todo o tempo que Deós / ponha o Nosso ReinO hem pás a Procurá <Procurá> Leva / huma tranca de Cavelo da Maij para Sinal / e huma fita atada No pé direito Asim / todo o tempo Sera para Rogar a Deos pela / Vida e Saude dos Senhores Prevedores / Lisboa 21 de Janeiro de 1808 //

1. Seguem-se as palavras "fólio 245 fólio" riscadas.
2. Seguem-se duas letras ilegíveis no original.

Sinal n.º 1354 de 1806

Sinal composto por escrito e parte de uma cautela da lotaria.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/037/1806/1354

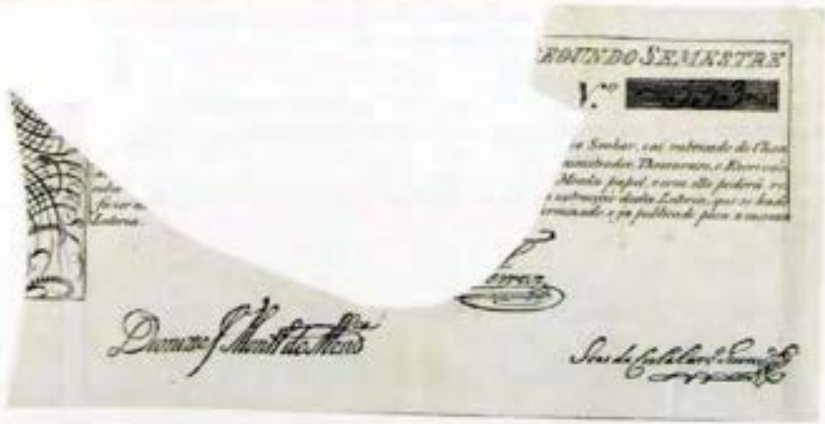
[Reto do escrito]
Livro 40 Novembro de 1806 *Número* 1354 / A quatro de Nouembro de mil e outocentos e seis / Vai para a Santa Caza da Mizirícor [sic] hum Me/nino por Bautizar que se ha de chamar Joze Maria / Leua para sinal coeiros brancos de baeta Mangu/itos do mesmo huma fita na sincura cor de laran/já com salpicos brancos e riscas pretas e para o que / ficaõ dois bucados das pontas para se amostrarem / e uer se condis com que leua tambem leua cozido / neste papel hum bucado de bilhete da loteria / da Mizíricordia recortado e fica o resto para Ver / se condis co Numaro do dito bilhete hé *Numero* 9119 //

Sinal n.º 1459 de 1824
Sinal composto por escritos, tira de tecido e parte de uma cautela da lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/081/1824/1459

[Reto do primeiro escrito]
Vis Por Baptizar os senais são hum Papel Igual / a este hua Camiza Pios Bordada Com folho Bordado / hum Cocito de baetilha Branca Com duas Pregas / hua tira de Pano de Linho uma touca de Caça Com fulho / de Roda fita azul clara emfiada de Roda 1 vis/tido averto com azul Berde e carnado 1[1] / branco Com Riscas emCarnadas Já uzado hum / Bilhete da Lotaria da Real Caza Pia Número 553 / recortado fica ca a Metade outro como este i o que fica / Levera o Meze Diz hora sendo Preciso a todo tempo //
[Verso do primeiro escrito]
Livro 86 folio 215 Numero 1.459 / Para hir este Me/nino há de Chamar / oe Joaõ //

[Reto do segundo escrito]
Novembro 4 de 1824 / Emtra na Santa Caza da Meze/ricordia hum Menino que se á de / chamar Joaõ Leva de senais hum / cocito de Flanela Branca hum ves/tido de Chita Azul com silvado Verde / Amarelo Emcarnado e Branco o vestido / he Novo huma fita cor de Roza de / Ceda com huma carta emfiada //

1. Segue-se palavra ilegível.



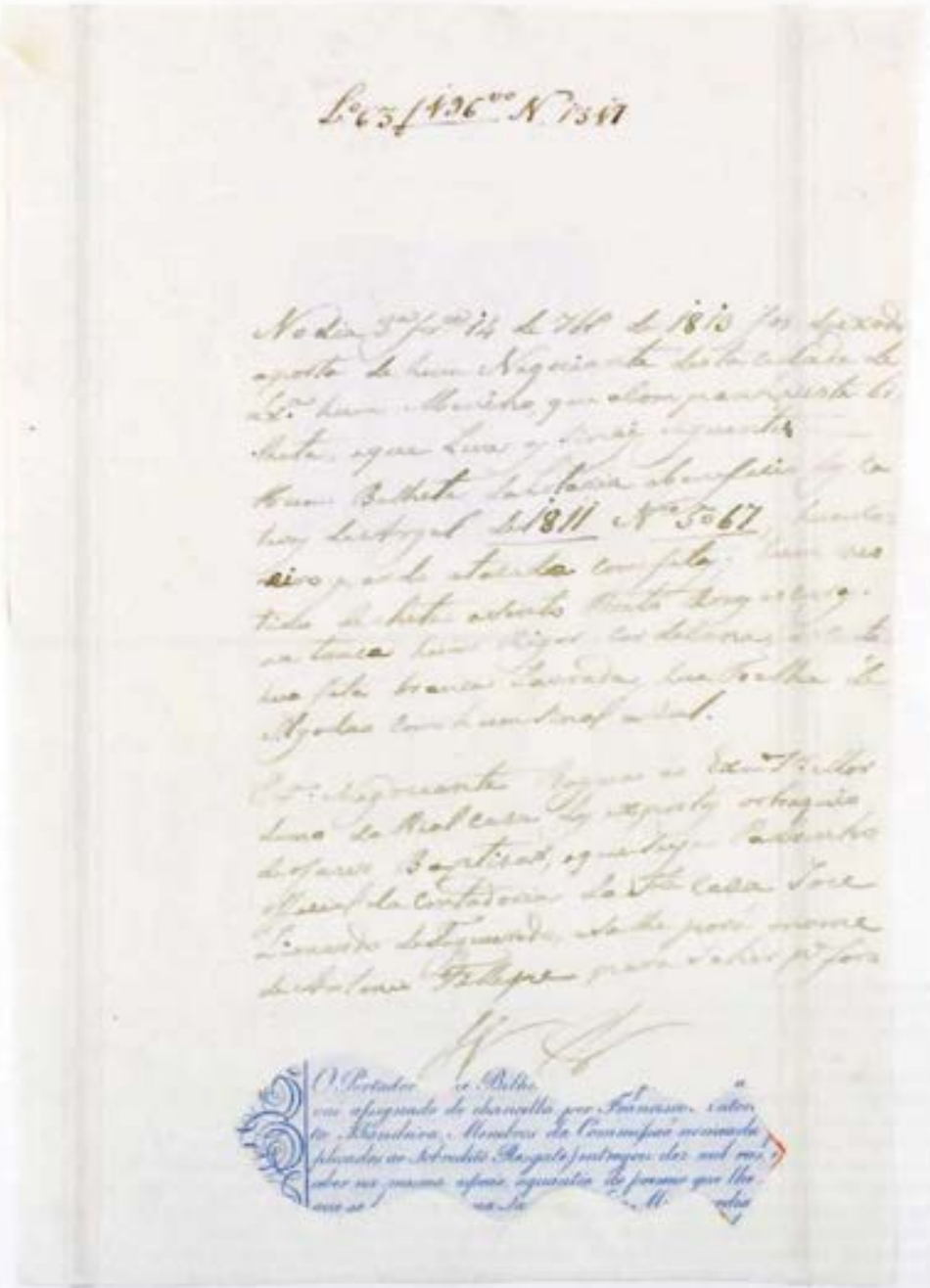
Sinal n.º 884 de 1817
Sinal composto por escrito e parte de uma cautela da lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/064/1817/0884

[Reto do escrito]
Em, 15 de Junho de 1817 naseu huma Menina / que entra no mesmo dia para Santa Caza da / Merzicordia não esta hinda naõ esta baltizada / por nome se pora de Antonia Maria da Conceiçaõ / a Mardininha nosa Senhora da Conceiçaõ / ou cinal que leua he a meitade de hum bilhete / que tem de numero 10.900, pois fica a meitade / do dito bilhete para conferir. / Pede se a vosa Exlencia [sic] a esmola e caredade / de naõ mandar a dita menina para / ho Convento pois antes de poucos dias / vai buscar / Entra[1] //
[Verso do escrito]
Livro 71 folio 114 Verso Numero 884 //

1. Segue-se texto ilegível em resultado da deterioração do suporte.

Sinal n.º 1317 de 1813 ˄
Sinal composto por escrito e parte de uma cautela da lotaria realizada a benefício dos cativos de Argel.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/05/053/1813/1317

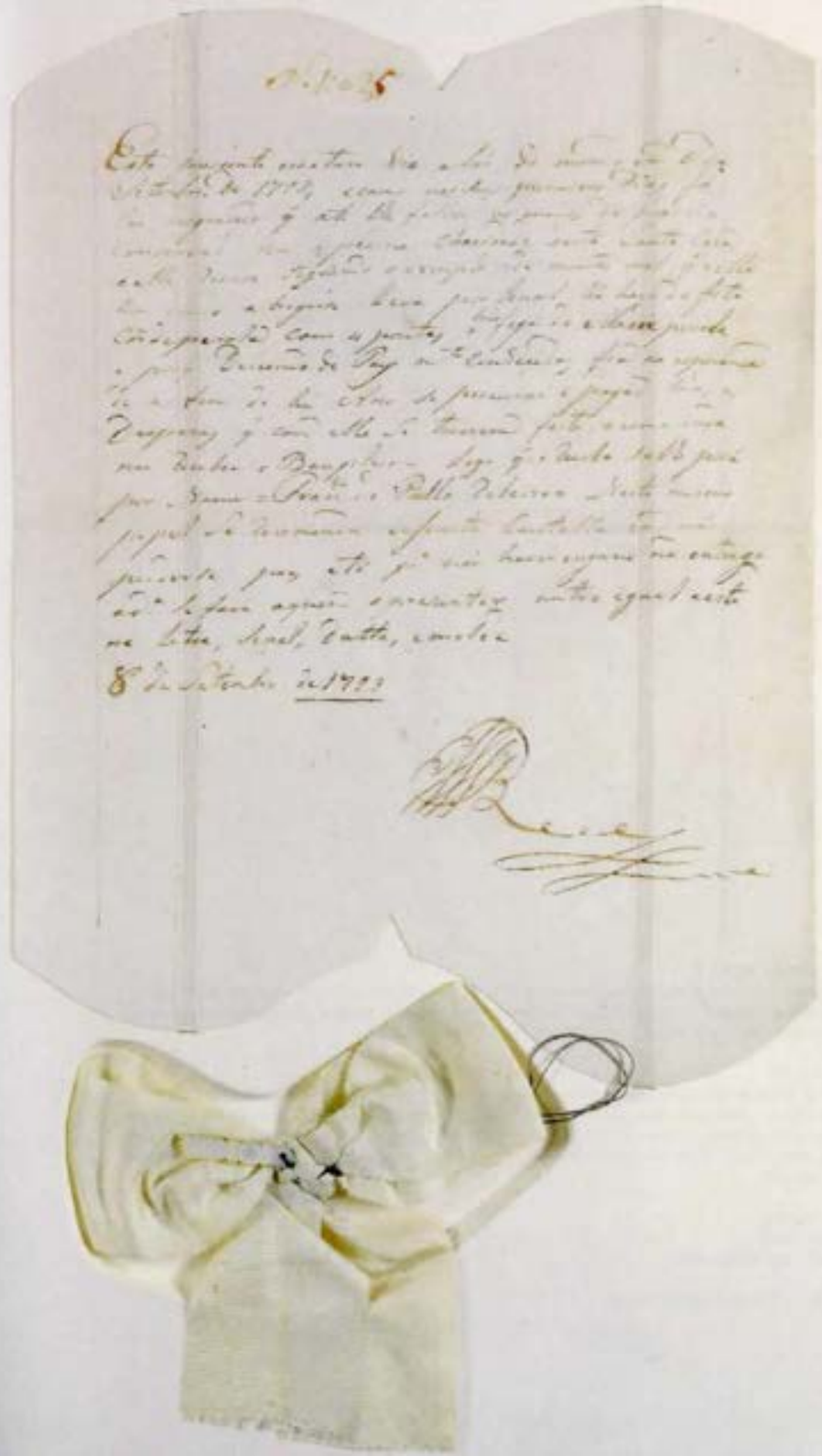
[Reto do escrito]
Livro 63 fólio 196 verso Número 1317 / No dia 3.ª feira 14 de setembro de 1813 foi deixado / a porta de hum Negociante desta cidade de / Lxboa hum Menino, que acompanha este bi/lhete, e que leva os sinais seguentes / Hum Belhete da Lotaria a benefecio dos ca/tivos de Argel de 1811 Número 5067 hum co/eiro pardo atacado com fitas; hum ves/tido de cheta assente Preto Rozas escuras / na touca hum Rigor cor de Cana. no cinto / hua feta branca Lavrada, hua Toalha de / Algodão com hum sinal azul. / O mesmo Negociante Rogua ao Excelentissimo senhor Mor/domo da Rial caza dos expostos o obsequio / de o faser Baptisar, e que seeja Padrinho, / official da contadoria da Santa Casa Joze / Lionardo de Fegueeredo, e se lhe porá o nome / de Antonio Fillepe para sahir para fora //

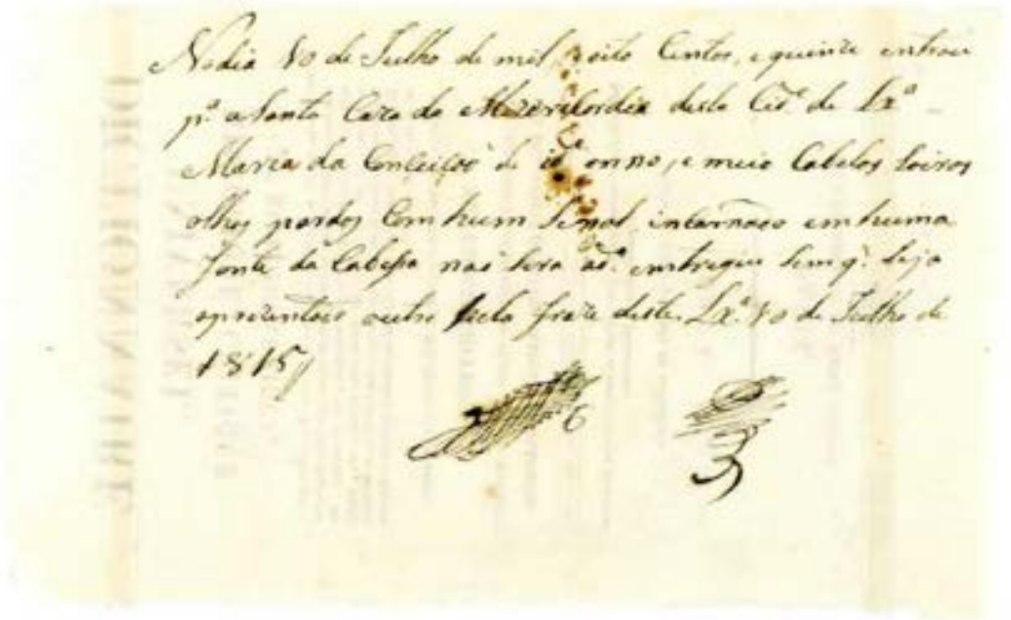


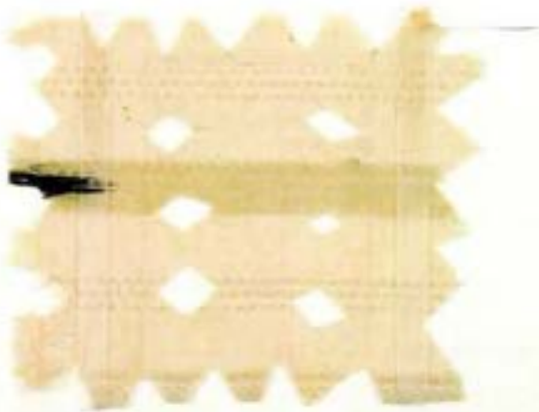
Sinal n.º 1025 de 1793
Sinal composto por um escrito, laço de fita de seda branca, fio e uma figa de madreperola.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/006/1793/1025

[Reto do escrito]
Número 1:025 / Esta innocente creatura Vio a lûz do mundo em 6 de / Setembro de 1793; e como nos seus premeiros dias foi / taõ desgraçado que até lhe faltaõ os meios de poder se / conservar sem a piadoza charidade desta Santa Caza / a ella recorre seguindo o exemplo de muitos mil, que a ella / tem vindo abrigar se. leva por sinal hû laco de fita / côr de perola com 4 pontas, e <hûa> figa de Madreperola / e porque Descende de Pais muito conhecidos fica na esperança / de no fim de hû Ano se procurar e pagar todas as / Despesas que com elle se tiverem feito, e como inda / naõ recebeo o Rauptismo logo que o receba se lhe porá / por Nome – Franciaço de Paulla Ribeiro – Neste mesmo / papel se recomenda infinita Cautella em não / perder se pois até para não haver engano na entrega / a dita se fará a quem apresentar outro igual a este / na letra, sinal, datta, e molde / 8 de Setembro de 1793

a) [rubrica elegível]//







Sinal n.º 964 de 1815
Sinal composto por escrito (registado no verso da folha de rosto do *Dictionnaire universel, historique, critique et bibliographique...*) e por pedaço de fita cor-de-rosa e branca, lavrada com recortes decorativos.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/057/1815/0964

[Reto do escrito]
No dia 10 de Julho de mil e oitoCentos, e quinze entrou / para a Santa Caza da MizeriCordia desta Çidade de Lixboa - / Maria da Conçeiçaõ de idade anno, e meio Cabellos Loiros / olhos pardos Com hum Sinal inCarnado em huma / Fonte da Cabessa naõ sera a dita emtregue sem que seja / aprezentado outro pela fraze deste. Lixboa 10 de Julho de / 1815. //
[rubricas ilegíveis]

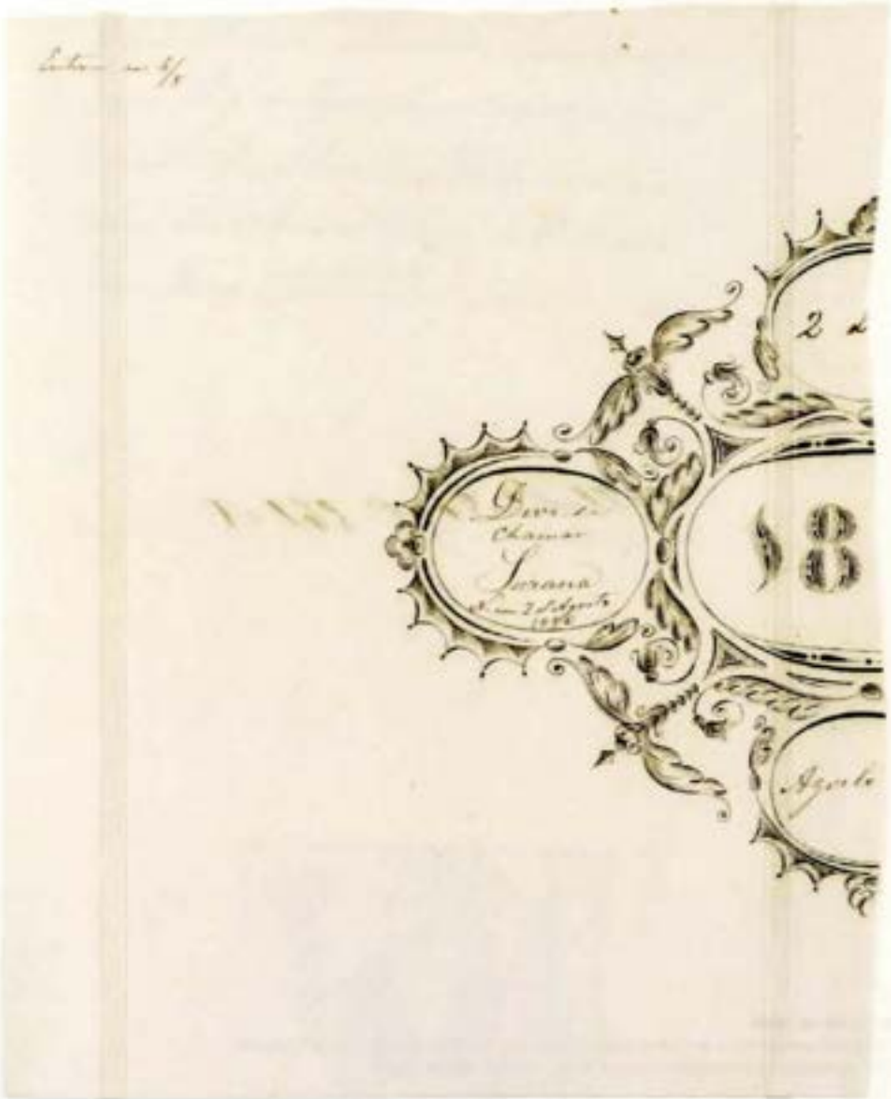
[Verso do escrito]
DICCIONAIRE [...]
Livro 67 folio 102 Numero 964 //

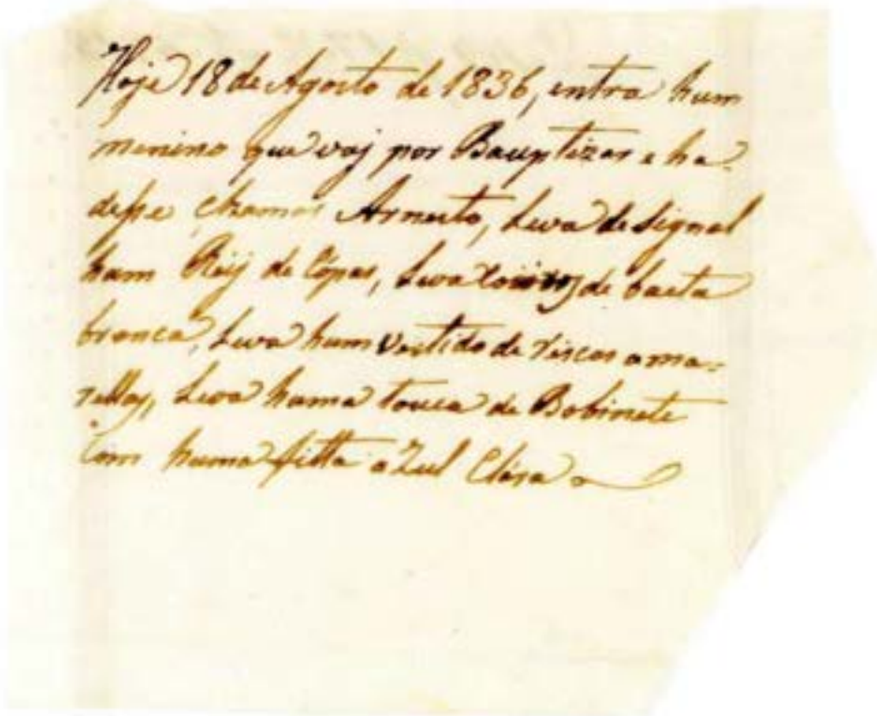
1. Segue-se texto impresso, em francês.

Sinal n.º 1430 de 1850
Sinal composto por escrito inserido em metade de um desenho com formas simétricas.
Código de referência: PT/SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/129/1850/1430

Sinal n.º 1430 de 1850
[Reto do escrito]
Entrou em 4/8 / 2 d[...] / Deve se / chamar / Suzana / Nasceu em 2 de Agosto / 1850 / 18[...] / Agosto //

[Verso do escrito]
Livro 128 Folhas 25 verso Número 1430 //

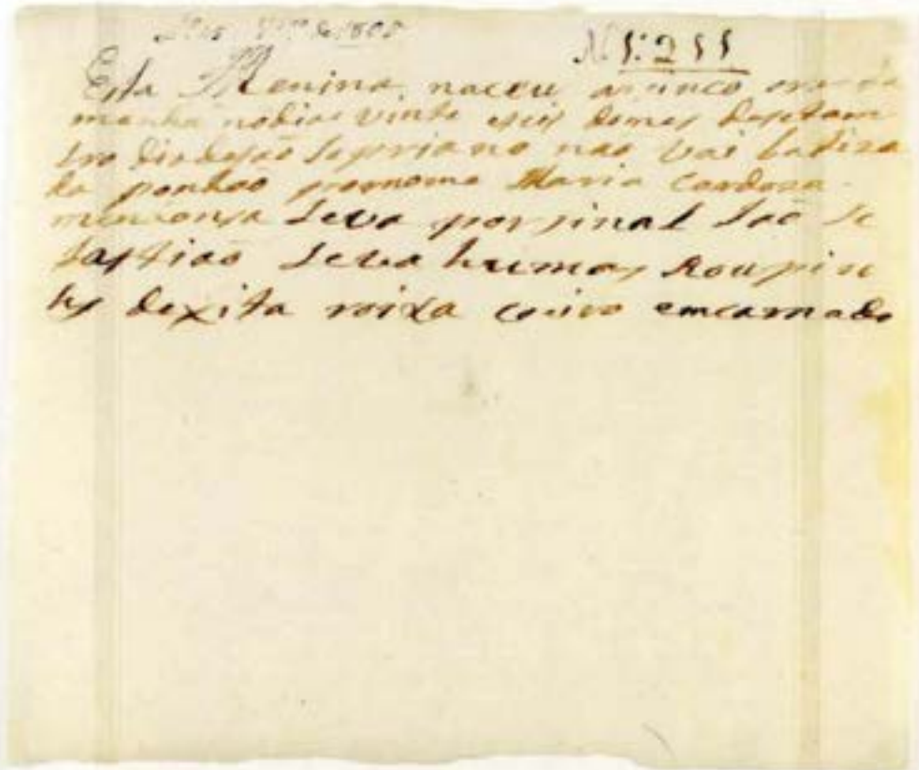




Hoje 18 de Agosto de 1836, entra hum menino que vaj por Bauptizar e ha de sse chamar Arnesto, leva de signal hum Reij de Copas, leva coiiros [sic] de baeta branca, leva hum vestido de riscas amarellas, leva huma touca de Bobinete com huma fitta aZul Clara.

Sinal n.º 1318 de 1836
Sinal composto por escrito e por uma carta de jogar (rei de copas), com recorte irregular.
Código de referência: PT-SCML5S/SCML/CE/EE/EB/08/104/1836/1318

[Reto do escrito]
Hoje 18 de Agosto de 1836, entra hum / menino que vaj por Bauptizar e ha / de sse chamar Arnesto, leva de signal / hum Reij de cópas, leva coiiros [sic] de baeta / branca, leva hum vestido de riscas ama/rellas, leva huma touca de Bobinete / com huma fitta aZul clára. //
[Verso do do escrito]
Livro 109: fólio 17: verso: Número 1.318: //

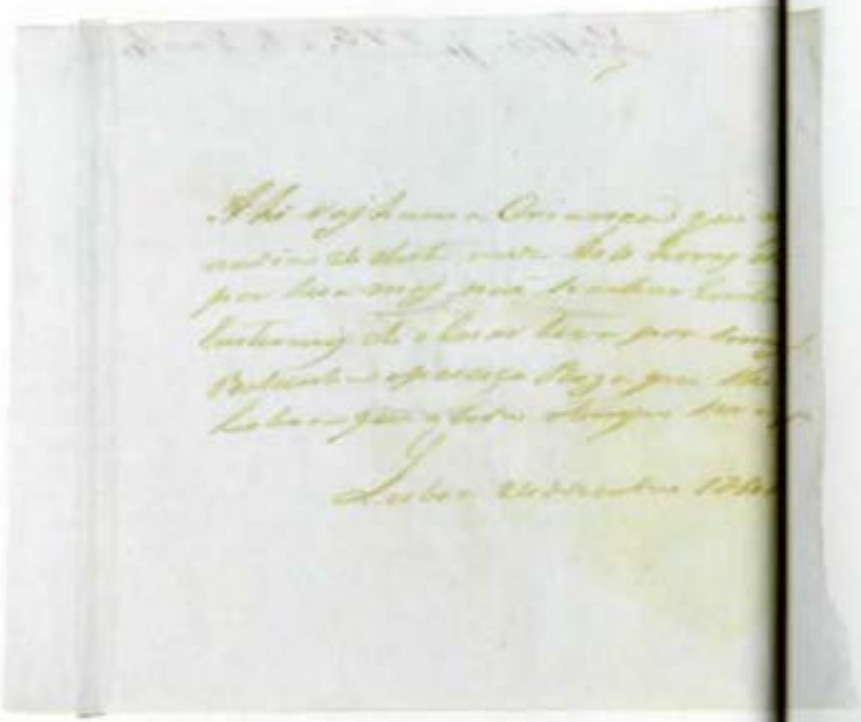


Sinal n.º 1211 de 1805
Sinal composto por escrito e por metade de uma imagem impressa de São Sebastião.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/06/035/1805/1211

[Reto do escrito]
Liuro 45 setembro de 1805 Numero 1:211 / Esta Menina naceu as sinco ores da / manha no dia vinte e seis do mes de setem/bro dia de São sopriano não vai batiza/da ponhaõ pror nome Maria Cardoza / mendonsa leva por sinal Saõ se/bastião leva humas Rougin/hos de xita roixa coetro encarnado //

Sinal n.º 267 de 1853
Sinal composto por escrito e por uma fita bege, com a frase "Triste seperação! Mas breve te verei".
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/133/1853/0267

[Reto do escrito]
Livro 131 Folhas 238 verso Numero 267 / Excelentissimos Senhores / Recem nascido, leva sinal, huma fita / branca na cintura com estas letras: – Triste /Seperaçaõ! Mas breve te verei –; não foi bati/zado e deve ter o nome Joaquim / Não por falta de meios, mas por nesecidade / he exposto por pouco tempo; pelo que se pede / o mor desvelo na sua criaçaõ, a qual será recom./pinçada em Sete de feuereiro de 1853 //



O fragmento de seda bordada e o objecto de latão estavam[illegible]ha, amarrada ao escrito

Páginas anteriores:

Sinal n.º 2004 de 1841

Sinal composto por escrito e por uma bolsa de cetim amarela, com duas fitas vermelhas. Esta bolsa continha um pedaço de tecido (parte de um lenço bordado com motivos florais) e metade de um objeto de latão.

Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/113/1841/2004

[Reto do escrito]

Ahi vaj huma Criança que nasceu / no dia 24 deste mez As 4 horas da Noite / por sua maj naõ se achar Em termos / Em termos [sic] de o Criar leva por sinais huma / Bolcinha o pescoço Roga que lhe deonizio [sic] / Lisboa que a todo o tempo sera procurado / Lisboa 24 de dezembro 1841 //

[Verso do escrito]

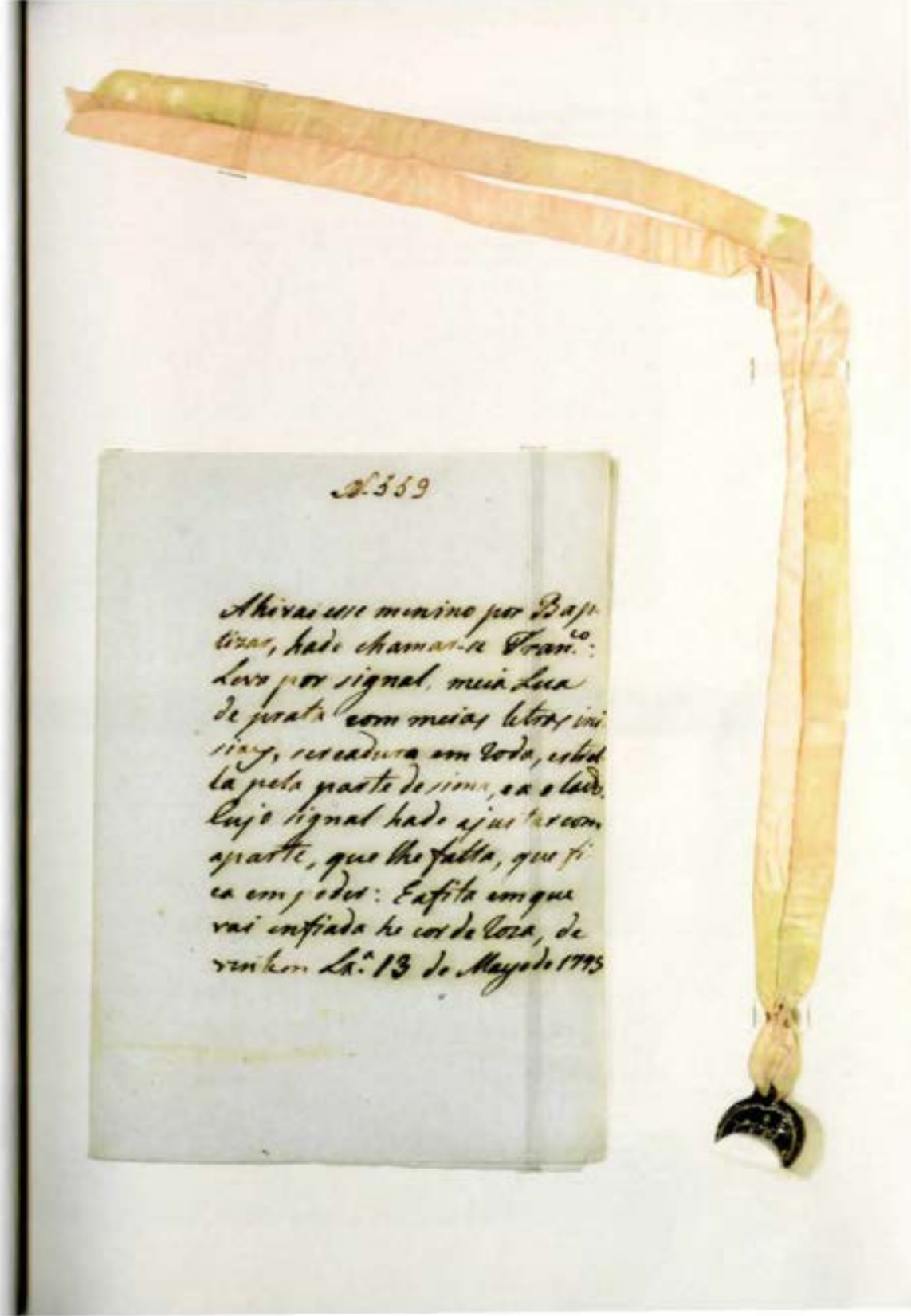
Livro 115 fólio 275 *Número* 2004. //

Sinal n.º 559 de 1795

Sinal composto por escrito, por uma fita de seda cor-de-rosa e por um fragmento de medalha de prata.

Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/012/1795/0559

Número 559 / Ahi vai esse menino por Bap/tizar, ha de chamar-se Francisco: / Leva por signal, meia Lua / de prata com meias letras ini/siaes, sercadura em roda, estrel/la pela parte de sima, e ao lado. / cujo signal ha de ajustar com a parte, que lhe falta, que fica em poder: E a fita em que / vai enfiada he cor de rosa, de / vintem Lixboa 13 de Mayo de 1795 //



Páginas 32–35

Sinal e contra-sinal n.º 13, de 1836

Composto por escrito, diversas fitas e moeda de 10 réis. Documentos de entrega de Amália Cristina, criança exposta, aos seus pais.

Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EP/02/01/1836/13

[Sinal]

[fl. 1] Aos 20 de Julho de 1835 mando Depozitar minha Filha no Azilo / da Jnnocençia abandonada possa ella ahi incontrar hũa maõ terna / e carinhoza que lhe sirva de May athe que aquella que a Natoreza lhe / deu a possa reclamar. para que naõ haja ingano na Jnnoçente Victima / que Jnprimas cercumstançias hoje me fazem abandonar. Vou dar hũa / Relaçaõ eZata do Fato que leva prencipiando por hũa camiza de / Paninho com huma custura pellas / costas da mesma, hũ coeiro de Beitilha / branca debruado de chita escuta cujos restos de debrum ficaõ na minha / maõ, hũ Volvedoro acrecentado em hũ dos lados e no outro dobrado á ma/neira de tres bicos levando cozido aõ do meio hũa fita de linha dobrada / hum Vestido de Riscadinho cor de Roza de chadres miudo ficando / algums Rjetaſhinhos do mesmo em meu poder que deveraõ hũ dia / ser cotigados com o mesmo Vestido leva atada na cabeca hũ / lencinho branco de tres pontas com risca Roxa em roda. leva / hũa Toca de Paninho Guarnecida de espiguilha e na mesma / hum laco de fita de Gaze cor de Roza e iguais atar, ficando igualmente com hũ bocado da mesma para tambem ser apre/zentada, leva aõ Pescoço meia vara de fita estreita de seda cor [fl. 1 v.] de Azeitona de Elvas e pendente da mesma, Metade de huma Moeda / de dez Reis, ficando na minha maõ a outra metade de fita com a outra me/tade da mencionada Moeda, e para maior clareza quando se Recla/me a menina, se deverá aprezentar hum Bilhete em tudo igual / a este, levando os sinais que o mesmo refere. dezeja-se que a menina / se chame Amalia Christina. a menina Vai involta em hũ / xaule de chita Escarlate com Barra e Ramos amarelos e Verdes / adevirto que a metade da moeda que a menina leva tem a letra / J e aqui fica em meu poder a letra V vugal. / <Livro 167. folio 304 Verso. Numero 1110[1].> //

[Contra-sinal]

[fl. 1] Aos 20 de Julho de 1835 mando Depozitar minha filha no Azilo / da Jnoçençia abandonada Possa ella ahi incontrar hua maõ ter/na e carinhoza que lhe sirva de May athe que aquela que / a Natoreza lhe deu a possa reclamar. Para que naõ haja ingano / na Jnnocente Victima que Jnpriosas çercumstancias hoje me fazem / abandunar. Vou dar hua Relaçaõ eZata do fato que leva prencipi/ando por huma camiza de paninho com huma custura pellas / costas da mesma, hum coeiro de beitilha branca debruado de chita / escura cujos restos de debrum ficaõ na minha maõ. hum Volve/douro acrecentado em hum dos lados e no outro dobrado a maneira de tres bicos levando cozido ao <do> meio hua fita de linha dobrada. hum / Vestido de rescadinho cor de roza de chadres miudo ficando algums / Retalhinhos do mesmo em meu poder que deveraõ hum dia ser / cotigados com o mesmo Vestido, leva atado na cabeça hum lençi/nho branco de tres pontas com risca roxa em roda leva hua touca / de paninho Guarnecida de espiguilha e na mesma hum laço de Fita / de Gaze cor de Roza e iguaes atar ficando igualmente com hũ bucado [fl. 1 v.] da mesma para tambem ser aprezentada leva ão pescoço / meia vara de fita estreita de seda cor d aZeitona de Elvas e pen/dente da mesma metade de hũa moeda de des reis ficando / na minha maõ a outra metade de fita com a outra metade / da mençionada moeda e para maior clareza quando se Re/clamar a menina se devera aprezentar hum bilhete em tudo / igual a este, levando os sinais que o mesmo Refere Dezeja-se que / a menina se chame Amalia Christina. a menina vaj involta / em hum xale de chita escarlate com Barra e pannos amarelos / e verdes. advirto que a metade da moeda que a menina leva / tem a letra J e aqui fica em meu poder a letra U vogal. / Entrege a sua Mai / em 30 de Agosto de 1836. / Livro 3 de entregas folio 122. //

1. Trata-se, na realidade, do número 1210.

Sinal n.º 1229 de 1835
Sinal composto por escrito e por metade de uma carta de jogar (valete de espadas), que se encontravam envoltos na folha de papel azul.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/102/1835/1129

[Reto do escrito]
Quem aprezentar / hum sinal igual / a este pode entregar / esta criança. //

Sinal n.º 266 de 1805
Sinal composto por uma carta de jogar (cinco de ouros), com o escrito registado no verso.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/ER/08/033/1805/0266

[Reto do escrito/carta de jogar]
Número 266 / Livro 44 / Fevereiro / de / 1805 / <Nesta Caza / da Roda de Lixboa> //
[Verso do escrito/carta de jogar]
Esta Minina naõ Esta / Batizada ha de se Procu/rar foi Esposta no Domingo / Gordo Com Coeiro de Ba/
hecta Rosa atado Com / huma Ligua Emcarna/da e se aSentara o / Dia em que Entrou //

Sinal n.º 1393 de 1840
Sinal composto por palhinhas, originalmente atadas ao braço direito da criança.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/111/1840/1393

[Reto do 'escrito']
Livro 114, folio 23. verso Número 1393. //

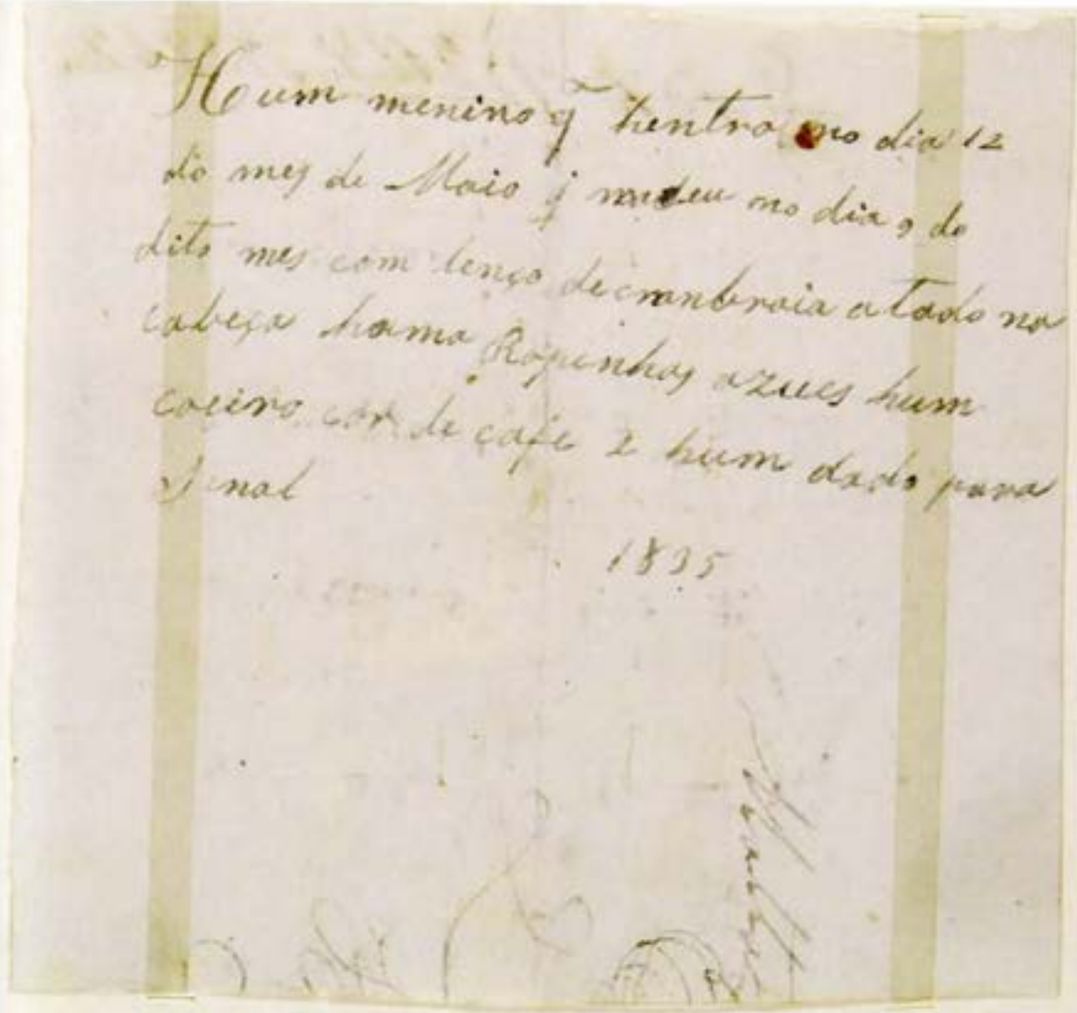
Sinal n.º 1315 de 1864
Sinal composto por escrito e por cautela de lotaria recortada.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/156/1864/1315

[Reto do escrito]
Esta menina nasceu no dia 13 / de Junho de 1864 pelas 5 horas da / tarde ha da se chamar Antonia vai / vestida com um coeiro de beitilha bran/ca um mandriaõ de riscadinho cor / de ganga um xaile de lãnzinha / de cores ja uzado lenço de caca de / riscas branco //
[Verso do escrito]
Livro Baptismos folio 220 – Numero 1311[1] / 13 – Numero 6 //

1. Trata-se, na realidade, do número 1315.

Sinal n.º 842 de 1835
Sinal composto por escrito e dado de jogar em marfim.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/102/1835/0842

[Reto do escrito]
Hum menino que hentra no dia 12 / do mes de Maio que naceu no dia 9 do / dito mes com lenço de cranbraia atado na / cabeça huma Ropinhas [sic] azues hum / coeiro cor de cafe e hum dado para / sinal / 1835
<a) Matta> //
[Verso do escrito]
Livro 107. folho 211: Verso. Numero 842.//


Hum menino q hentrou no dia 12
do mez de Maio q naceu no dia 9 do
dito mez com lenço de cranbraia atado na
cabeça huma Ropinhas azues hum
coeiro cor de cafe e hum dado para
Sinal
1835

Sinal n.º 973 de 1820
Sinal composto pela guia da Enfermaria de Santa Bárbara do Hospital de São José de Lisboa (enfermaria das parturientes) com o desenho de um dado de jogar.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/072/1820/0973

[Reto do escrito]
Livro 3 fólio 25 / Na manhaã 4 de Julho de 1820 nasceo / na Enfermaria de Santa Barbara, deste Hospital, / hũ menino filho de Pay incognicto, e de / Theodora Maria o qual menino se Remete / para essa Real Caza dos Expostos, para / nella se Crear, e Baptizar, Com o nome / de Antonio. Espero dá Caridade de Vossa / Excelência haja de o mandar admitir. Hospi/tal Real de São José 7 de Julho / de 1820 a) Joaquim José do Nascimento

[Verso do escrito]
Livro 77: fólio 268: Verso Número 973: //

Sinal n.º 94 de 1887
Sinal composto por cartão-de-visita recortado, pertencente a um professor de música e pianista.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/182/1887/0094

[Reto do sinal/cartão profissional recortado]
Livro Batismos 1887, fólio. 59. Número. 94 //

[Verso do sinal/cartão profissional recortado]
Número 3 Dia 18 <1.º Abril 87> //

Sinal n.º 2375 de 1864
Sinal composto por fragmento de um bilhete do Teatro de Variedades, com escrito registado no verso.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/ER/08/054/1864/2375

[Reto do escrito/ingresso de teatro recortado]
Pède se para / se dár a ês/ta menina / o nome / de Maria / nasceo / a 3 do / corente
«Dia 8 – numero 9 //»

[Verso do escrito/ingresso de teatro recortado]
Livro. Baptismos. fólio 396. verso. – Número 2375 //

Sinal n.º 391 de 1814
Sinal composto por carta de jogar (nove ou dez de copas), com recorte irregular.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/054/1814/0391

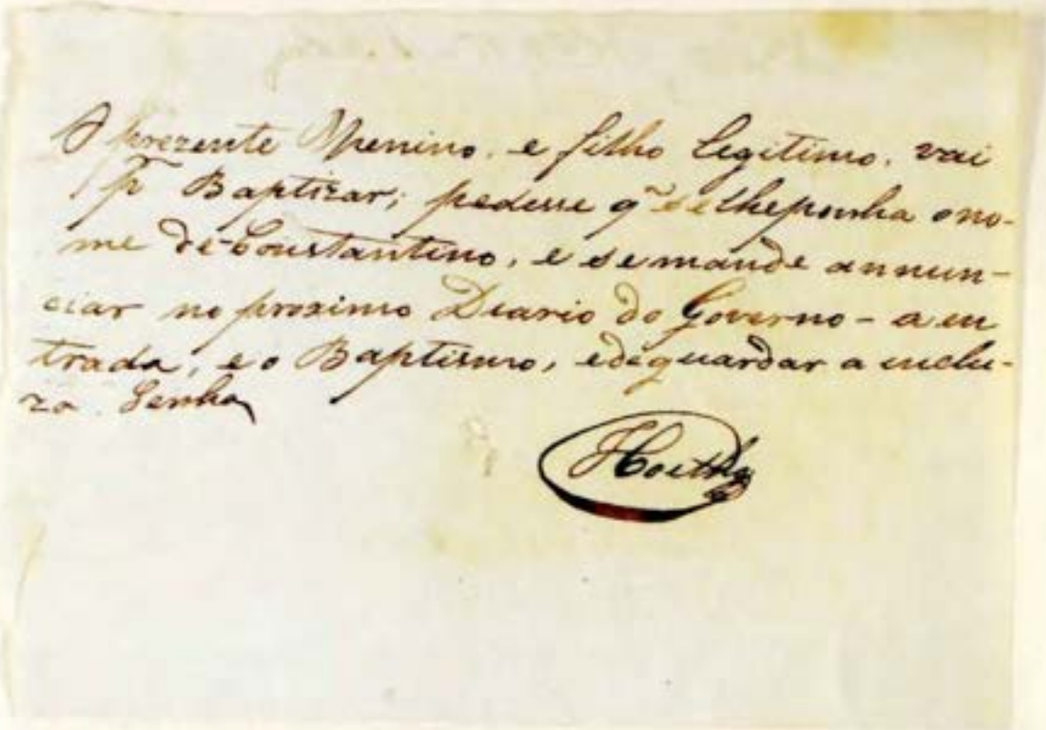
[Reto do escrito/carta de jogar recortada]
Para / Maria Joze / Ja Baptizada / filha de Antonio [...] //
[Verso do escrito/carta de jogar recortada]
Livro 64 folio 214 / Numero 391 //

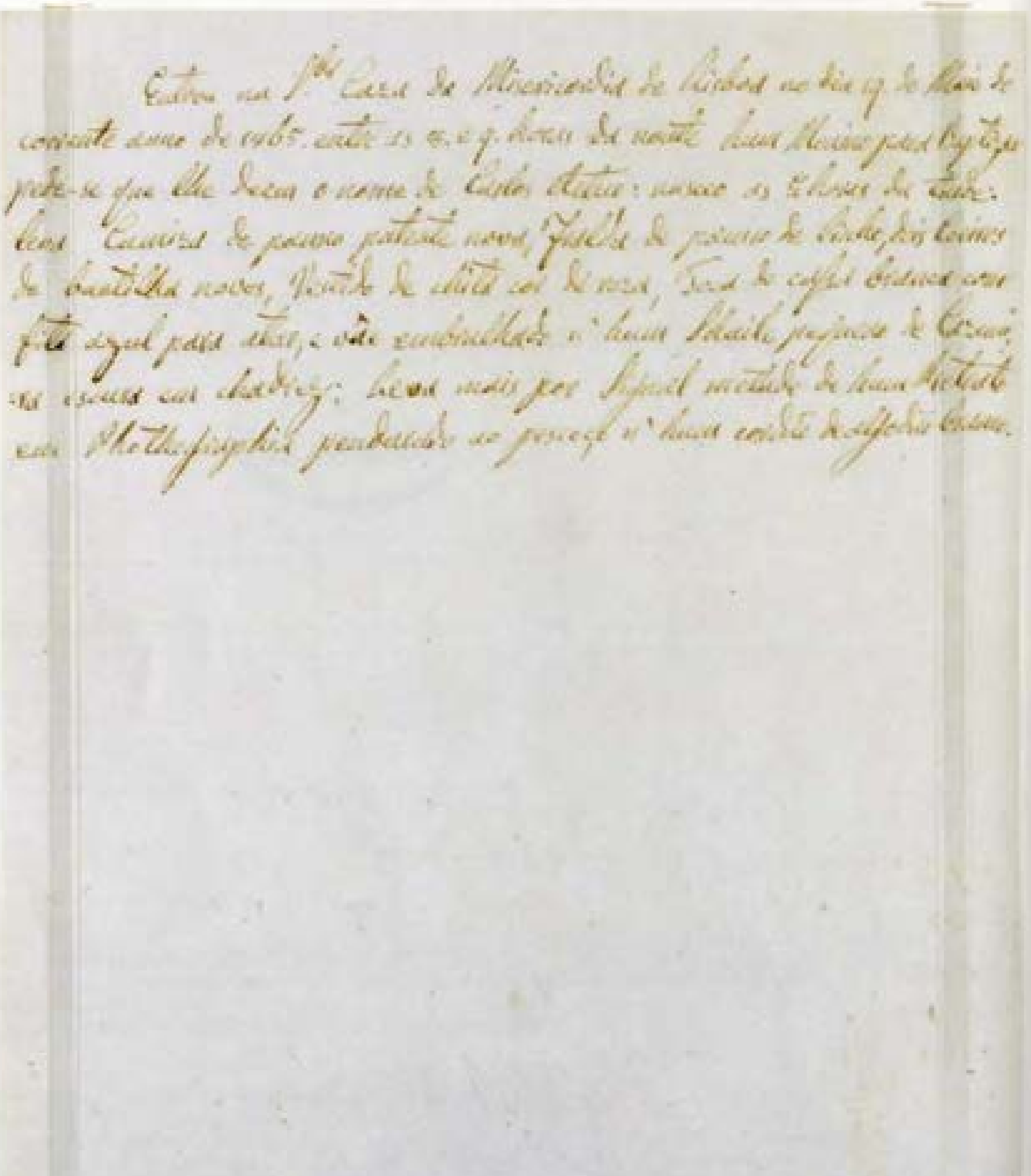
Sinal n.º 54 de 1841
Sinal composto por escrito e por carta de jogar (valete de copas), com recorte irregular.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/112/1841/0054

[Reto do escrito]
O prezente Menino, e filho legitimo, vai / por Baptizar; pede sse que se lhe ponha o no/me de Constantino, e se mande annun/ciar no proximo Diario do Governo – a en/trada, e o Baptismo, e de guardar a inclu/za Senha //
a) J. Coelho
[Verso do escrito]
Livro 114, fólio 169. verso. Número 54
[Verso da carta de jogar]
9 de Janeiro / de 1841 – ás / 4 horas da / manhã – J. Coelho //

Páginas 56–57
Sinal n.º 1097 de 1865 *
Sinal composto por escrito e parte de uma fotografia (retrato de homem) com recorte irregular e cordão de algodão branco.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/054/1865/1097

[Reto do escrito]
Entrou na Santa Caza da Misericordia de Lisboa no dia 19. de Maio do / corrente anno de 1865. entre as 8. e 9. horas da noute hum Menino para Baptizar / pede-se que lhe deem o nome de Carlos Artur: nasceo as 5 horas da tarde: / leva Camiza de panno patente nova, Fralda de panno de linho, dois Coeiros / de baetilha novos, Vestido de chita cor de roza, Toca de cassa branca com / fita azul para atar; e vãe embrulhado nhum Shaile pequeno de Cazemi/ira escura em chadrez; leva mais por Signal metade de hum Retrato / em Photographia pendurado ao pescoço nhum cordão de algodão branco. //
[Verso do escrito]
Dia 19 – Número 10 /
Livro Batismos 1865 a folhas 183 verso Número 1097. //


O prezente Menino, e filho legitimo, vai
p.r Baptizar; pedesse q.e se lhe ponha o no-
me de Constantino, e se mande annun-
ciar no proximo Diario do Governo – a en-
trada, e o Baptismo, e de guardar a inclu-
za. Senha
J. Coelho



Entrou na Sta Casa da Misericordia de Lisboa no dia 19 de Maio do corrente anno de 1865 entre as 8 e 9 horas da noite hum Menino para Baptizar pede-se que lhe deem o nome de Carlos Alberto: nasceu as 2 horas da tarde. Leva Camisa de panno patente novo, Fralda de panno de linho, dois cueiros de baetilha novos, Vestido de chita cor de rosa, Touca de cassa branca com fita azul para atar, e vae embrulhado n'hum Chale pequeno de Crivo, ás escocesas com chadrez: leva mais por signal metade de hum Retrato em Photographia pendurado ao pescoço n'hum cordão de algodão branco.

Roma 29 de 1853 dia 29 de Agosto

Saudosa Mestra Menina e 2 horas da manhã
vai batizada como he Estylo e padre
da Freguezia para viuva Rosa Roma
mestrada de Roma vestida de Roxo
Agoirada padrinho q a foi todo Cuidado
mesma Cerimonia Roma todo tempo de procurar

Carta Palavra
de 1 Rego de
Rio Bom ai 2 horas
de tarde

Páginas 58–59.

Sinal e contra-sinal n.º 7 de 1854

Compostos por escrito e pagela de Santo Agostinho. Documentos da entrega de Maria, criança exposta, a Madalena Vicentina Bertuletti, sua mãe.

Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EP/02/05/1854/07

[Reto do escrito do sinal]

No anno de 1853 dia 29 de Agosto / Nasseo esta Menina as 2 horas da manha / vai batizada o nome he Maria izabel / d aNustiaçaõ para sinal leva huma / metade de hum reziste de Santo / Agostinho pede se que aja todo cuidado / na sua criaçaõ para todo tempo se porcurar / entra Na caza / de São Roqe de / lisboa as 2 horas / da tarde //

[Verso do escrito do sinal]

Livro 132 Folha 149. Número 1681. //

[Reto do escrito do contra-sinal]

No anno de 1853 dia 29 de Agosto / Nasseo esta Menina as 2 horas da manha / vai batizada o nome he Maria / izabel d aNustiaçaõ para sinal leva / huma metade de hum reziste de Santo / Agostinho Pede se que aja todo cuidado / na sua criaçaõ para todo tempo se porcurar / entra Na caza / de São Roque de / lisboa as 2 horas / da tarde //

Sinal e contra-sinal n.º 15, de 1848

Compostos por escrito e por dois cartões ornamentados com motivos vegetalistas. Documentos da entrega de Hipólita, criança exposta, a Pantaleão de Oliveira Sousa da Gama e a Leopoldina Maria do Carmo Ferreira, seus pais.

Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EP/02/04/1848/07

[Reto do sinal]

Esta Menina Nasçeo / no MEZ DE Agosto DIA / 13 de 1847.

[Reto do contra-sinal]

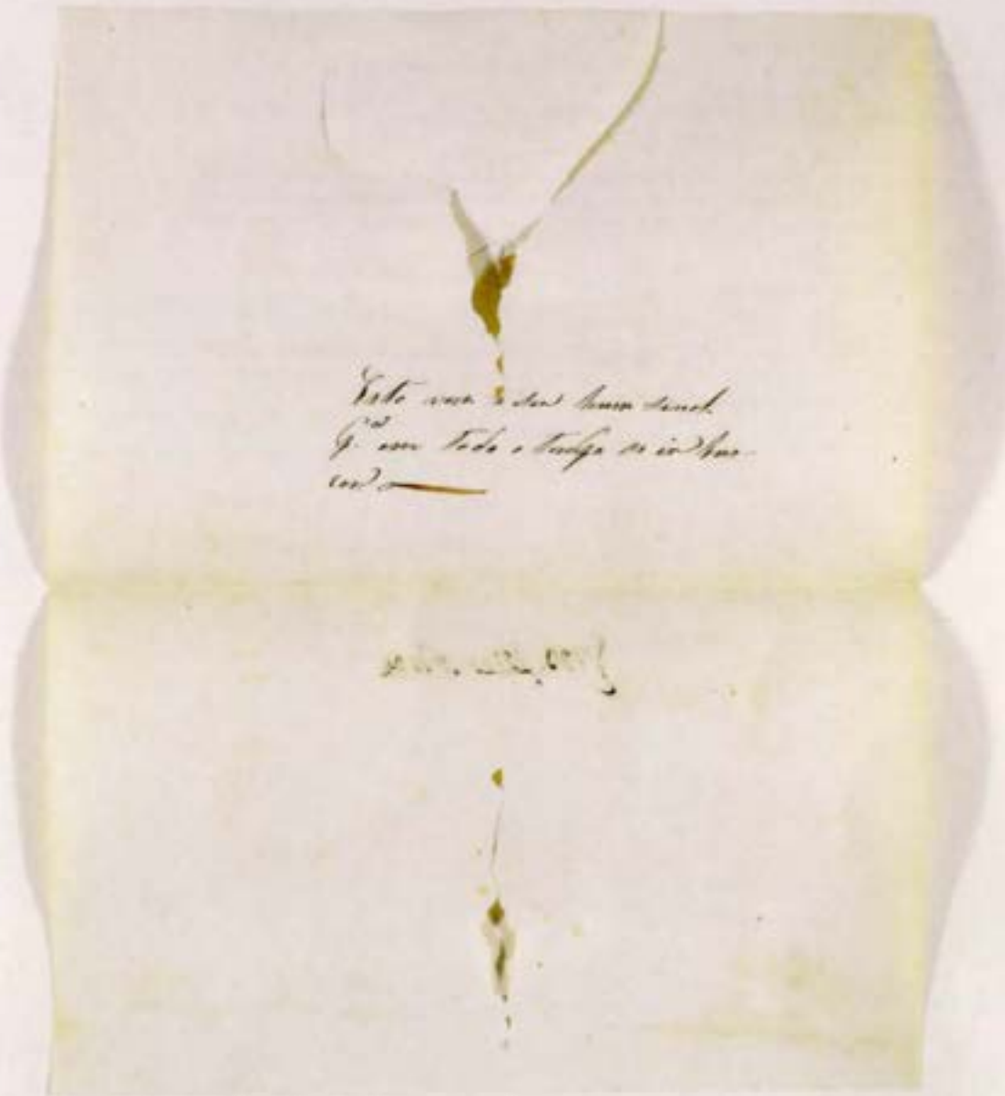
Esta Menina Nasçeo / <no> MEZ DE Agosto DIA / 13 de 1847.

[Reto da nota recordatória]

Esto vem a ser hum sinal / para em todo o tempo se ir buscar

[Verso da nota recordatória]

Livro 123. fólio 271. verso. Número 1584.

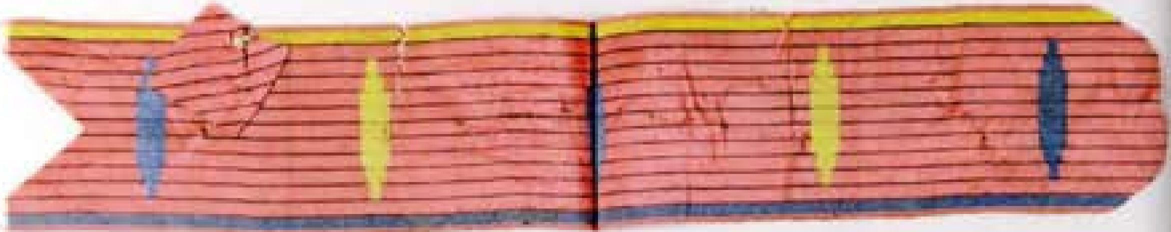


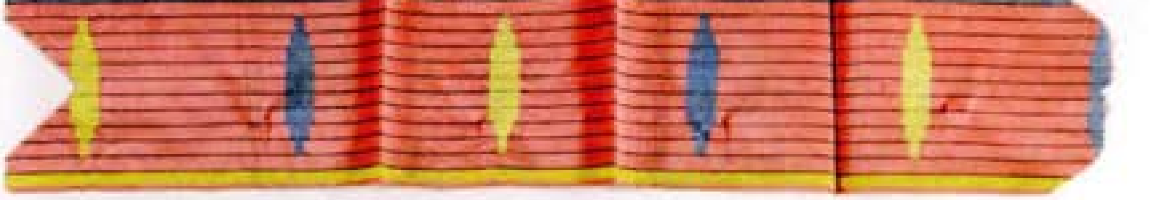
Signal
Se

Joze Maria q̃ nasceo em 5 de Fevr.º de 1833 esta batizado [illegible] com os Santos Ollios e já não mamma come só sopas a orda e Amos [illegible] e entra p.ª a Santa Caza da Mezericordia em o Rio doze [illegible] de Julho de mil oito Santos trinta e quatro ma dita Caza [illegible] da Mezericordia o entregarão a todo o tempo aquem a prezentar outra meia folha de papel com hum escripto igual a este em todo o dizer e com igual Letra e que condigua nos cortes com esta q̃ vai dobrada e fechada em meia folha de papel como huma carta com o letreiro por fora Signal de J.e Maria e Sem obreia

Signal
Se

Joze Maria q̃ nasceo em 5 de Fevr.º de 1833 esta batizado e tem os Santos Ollios e já não mamma tã come só sopas a orda e Amos e [illegible] a Santa Caza da Mezericordia em o Rio doze de Julho [illegible] oito Santos trinta e quatro ma dita Caza da Mezeri[illegible] a o entregarão a todo o tempo aquem a prezentar outra meia folha de papel com hum escripto igual a este em todo o dizer e com igual Letra e que condigua nos cortes com esta q̃ vai dobrada e fechada em meia folha de papel como huma carta com o letreiro por fora Signal de J.e Maria e Sem obreia





Illmo. e Exmo. Snr. Administrador

Em 1837 tive a honra de lhe mandar meu Secretario e o filho Baptizando com o Mano Carlos, mandei alguns tempos depois p.a o Exterior e pagar as despezas, e agradecer a V.Exa. [illegible], e o [illegible] tive um [illegible] [illegible] g Deus Deu, [illegible] [illegible] [illegible] circunstancias, e [illegible] uma Menina [illegible] 31 de Maio [illegible] da manhã, [illegible] Baptizada [illegible] [illegible] V.Exa. [illegible] V.Exa. [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] V.Exa. [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] 31 de Maio de 1838.

[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] V.Exa. [illegible]

Illmo. e Exmo. Snr. Administrador

Em 1837 tive a honra de lhe mandar meu Secretario e o filho Baptizando com o Mano Carlos, mandei alguns tempos depois p.a o Exterior e pagar as despezas, e agradecer a V.Exa. [illegible], e o [illegible] tive um [illegible] [illegible] g Deus Deu, [illegible] [illegible] [illegible] circunstancias, e [illegible] uma Menina [illegible] 31 de Maio [illegible] da manhã, [illegible] Baptizada [illegible] [illegible] V.Exa. [illegible] V.Exa. [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] V.Exa. [illegible] [illegible] [illegible] 31 de Maio de 1838.

[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] V.Exa.

Páginas 62–63:
Sinal e contra-sinal n.º 13, de 1834
Compostos por escrito com corte ondulado. Documentos da entrega de José Maria, criança exposta, a Henrique Eugénio, seu pai.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EP/02/01/1834/13

[Reto do sinal]
Signal / De / Joze Maria que nasçeo em 5 de Fevereiro de 1833 esta batiza[do e tem] / os santos Ollios e já naõ mama come só sopas asorda e Arros / e entra para a santa Caza da Mezericordia em o Dia doze / de Julho de mil oitosentos trinta e quatro e na dita Caza / da Mezericordia o entregaraõ a todo tempo a quem a/prezentar outra meia folha de papel com hum escripto / egual a este em todo o dizer e com egual Letra e qu[e] / condigua nos cortes com esta que vai dobrada e fec[hada] / em meia folha de papel como huma carta c[om] / o letreiro por fora signal de Joze Maria e s[em] / obreia //
[Verso do sinal]
Livro 106. fólio 221. verso. Número 892. //

[Reto do contra-sinal]
Signal / De / Joze Maria que nasceo em 5 de Fevereiro de 1833 esta batizado e tem os San/tos Ollaos e já naõ mama/ come só sopas asorda e Arros e / [entra p]ara a santa Caza da Mezericordia em o Dia doze de Julho / [de mil] oitosentos trinta e quatro e na dita Caza da Mezeri/[cordi]a o entregaraõ a todo tempo a quem aprezentar / [o]utra meia folha de papel com hum escripto egual a / este em todo o dizer e com egual Letra e que condigua nos / cortes com esta que vai dobrada e fechada / em meia folha / de papel como huma carta com o letreiro por fora si/gnal de Joze Maria e sem / obreia //

1. Segue-se a palavra "só" riscada.

Páginas 64–65:
Sinal e contra-sinal n.º 20, de 1840
Compostos por escrito e fita de tecido. Documentos da entrega de Ema Carolina do Espírito Santo, criança exposta, a Maria Carolina do Espírito Santo, sua mãe.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EP/02/03/1840/20

[Escrito do sinal]
[fl. 1] Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Administrador. / Em 1837 tive a honra de lhe mandar / um menino e que fosse Baptizado com / o nome – Carlos –, mandei algum tem/po depois para o retirar e pagar as des/pezas, e agradecer a Vossa Excelência o incomodo, / e a pessoa teve em resposta que naõ viveo / que tres Dias; hoje me acho na mesma / circunstancia, e Remeto uma menina / que nasceu hontem 30 de Maio às 6 ho/ras da manhaã; deve ser Baptiza/da com os nomes seguintes Emma Ca/rolina do Espirito Santo, rogando a Vossa Excelência / seja huma Ama fóra da terra; e / poder Vosso Excelência viver descançado que toda / e qualquer despeza será a seu devido / tempo paga, e lhe ficará eternamente / agradecido quem por hora não pode / declarar-se a Vossa Excelência por justos mo/tivos de familia Lisboa 31 de Maio de / 1839. / Esta Carta fica em duplo com os / signaes que leva, para serem a Vossa Excelência apre/zentados ou a quem será preciso, e por [fl. 1 v.] e por [sic] isso se roga a Vosso Excelência, haja registo / no livro competente./ E Receberá Merce / Signaes. / Huma fita encarnada com cercadura / amarella e azul. / Huma Camiza de Linho. / Huma Tôca de Caça aberta com renda. / Hum coeiro de Baeta branca de/broado de Xita. / Hum mandrião de Ramagem / amarello com passaros. // [fl. 2 v.] Livro 112. fólio 165. verso. Número 863. / Entregue a sua Mai em 28. de setembro de 1840. Livro 3. fólio 195 de Entregas / aos Pais / o Padre Gomes.

[Escrito do contra-sinal]
[fl. 1] Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Administrador. / Em 1837 tive a honra de lhe mandar / um menino e que fosse Baptizado / com o nome – Carlos –, mandei algum / tempo depois para o retirar e pagar as / despezas, e agradecer a Vosso Excelência o incomodo. / e a pessoa teve em resposta que não viveo, / que tres Dias; hoje me acho na mesma / circunstancia, e Remeto uma menina / que nasceu hontem 30 de Maio às 6 ho/ras da manhaã; deve ser Baptiza/da com os nomes seguintes Emma Caro/lina do Espirito Santo, rogando a Vossa Excelência se/ja huma Ama fóra da terra; e poder / Vosso Excelência viver descançado que toda e qualquer / despeza será a seu devido tempo paga, / e lhe ficará eternamente agradecido quem / por hora não pode declarar-se a / Vosso Excelência por justos motivos de familia. / Lisboa 31 de Maio de 1839. / Esta Carta fica em duplo com os / signaes que leva, para serem a Vosso Excelência [fl. 1 v.] aprezentados ou quem será preciso, e por / isso se roga a Vosso Excelência, haja registo no li/vro competente./ E Recebera Merce / Signaes. / Huma fita encarnada com cer/cadura amarella e azul. / Huma Camiza de Linho. / Huma Tôca de caça aberta com / renda. / Hum coeiro de Baeta branca de/broado de Xita. / Hum mandriõ de Ramagem / Amarello com passaros. //

Páginas 68–69:
Sinal n.º 300 de 1868
Sinal composto por escrito, parte de uma fotografia (retrato de homem), medalha de metal amarelo, figa de marfim e cordão castanho.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/ER/08/165/1868/0300
36196

[Reto do escrito]
Entra para a Santa caza uma / menina que naceu no dia 3 de / Fevereiro de 1868 Leva de senal / coeira branco debroada de cor de roza / xambre de rescado debroado de / amarelo toca branca, dezeija que / se xame Maria Leva metade / hum retrato//
[Nota recordatória]
Livro Baticmos 1868 a fólios 51 Número 300 / Dia 3 - numero 7//

Páginas anteriores:
Sinal n.º 1338 de 1848
Sinal composto por escrito e por uma meia de bebé em linha de algodão branca.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/126/1848/1338

[Reto do escrito]
Naseo pela [sic] 11 horas, e meia da manha, e ainda / naõ é Baptizado – deve se chamar – Sabino Bento / do Resgate (do dia 11 de Julho) – Signaes – Leva / uma meia aberta <re>cortada por cima – hum Lenço de / cassa pintada ficando cá uma ponta – coetros / azues ferretes – iguais – camiza de Panno de Patente / toca de caça bordada – com uma fita branca – / 1848 //
[Verso do escrito]
Livro 124 Folhas 390 verso Numero 1338 //

Páginas 74–75:
Sinal n.º 1122 de 1823
Sinal composto por escrito, fita de seda azul e uma meia branca de algodão, com as iniciais "IAMCSV" bordadas a ponto cruz.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/078/1823/1122

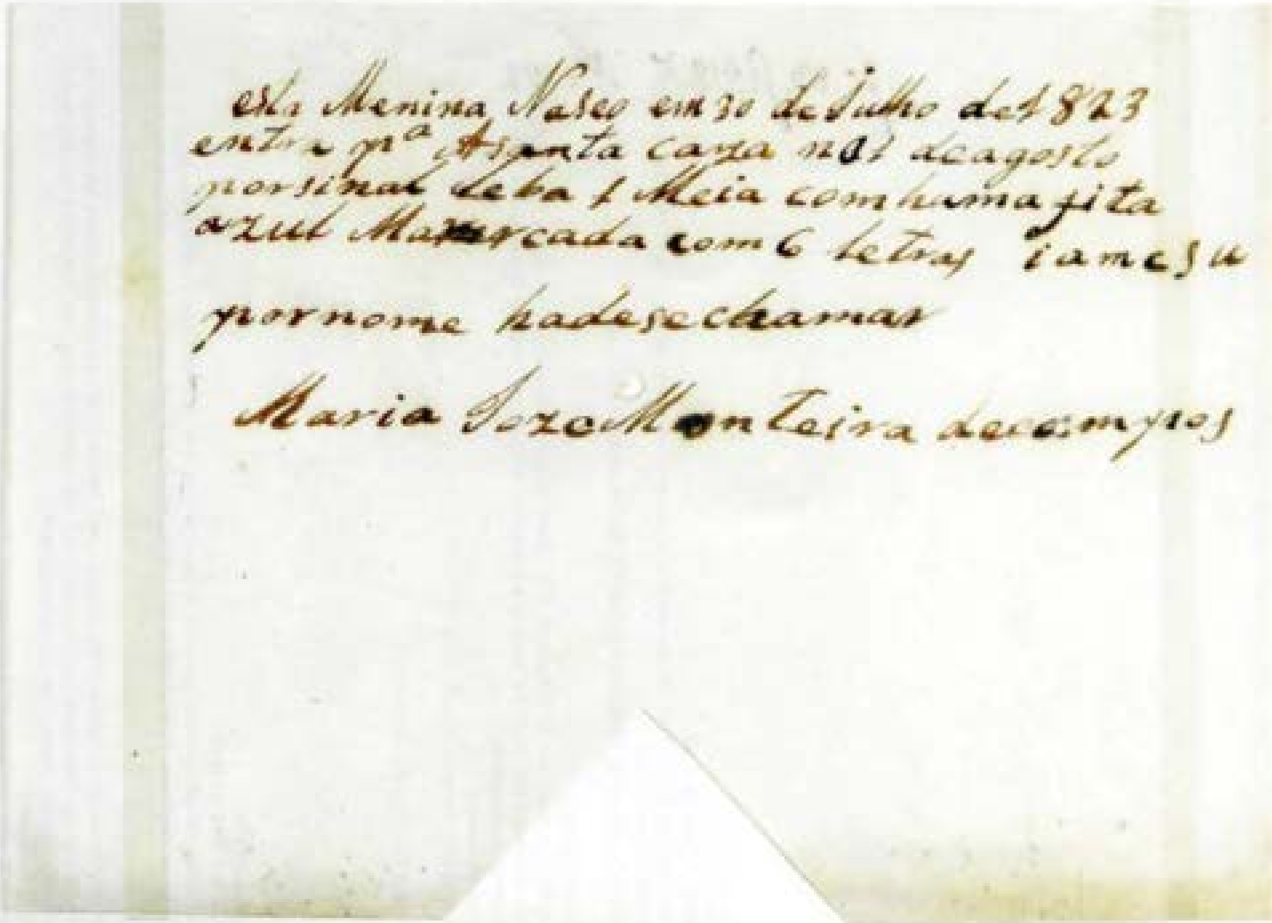
[Reto do escrito]
esta Menina Naseo em 30 de Julho de 1823 / entra para A santa caza no 1 de agosto / por sinal leba 1 Meia com huma fita / azul Mu'rcada com 6 letras i a m c s u / por nome ha de se chamar / Maria Joze Monteira de campos //
[Verso do escrito]
Livro 83 folio 419 verso Numero 1:122 //

1. Seguem-se riscadas as letras "re"

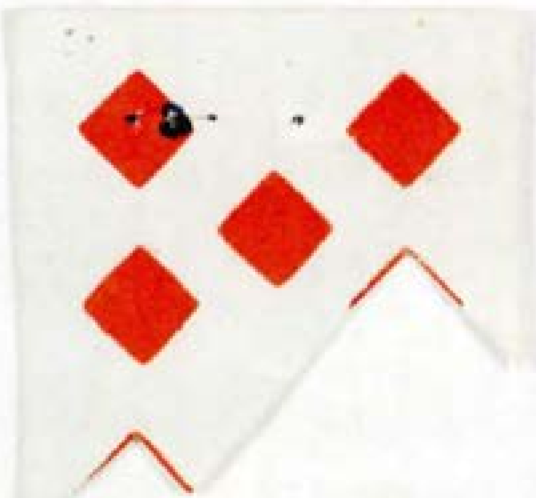
Páginas 76–77:
Sinal n.º 1858 de 1841
Sinal composto por escrito e por carta de jogar (dez ou nove de ouros) com recorte irregular.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/113/1841/1858

[Reto do escrito]
Pela falta de Meios ce manda / esta' menina tem 2 Annos e / meio e chama ce Jozefa Enrrequeta / e a todo o tempo que haja meios para / ce tirar ço ce emtregara a Peçoua / que Aprezentar a Outra metade desta / Car [sic] de Jugar. 1.º de dezembro de 1841 //
[Verso do escrito]
Livro. 115. folho 238. verso. Numero 1258[1].//

1. Seguem-se as letras "Me" riscadas.
2. Trata-se, na realidade, do número 1858.


esta Menina Naseo em 30 de Julho de 1823
entra na Asenta caza no 1 de agosto
por sinal leba 1 Meia com huma fita
azul Marcada com 6 letras i ame su
por nome hade se chamar
Maria Joze Monteira decampos

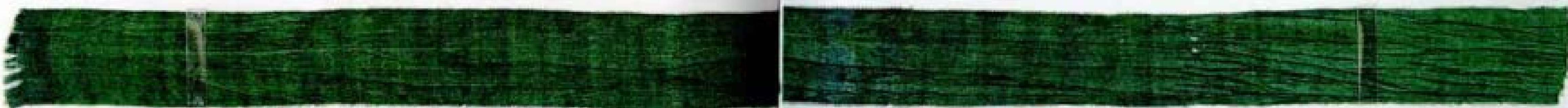
Pela falta de Meios se manda
esta menina tem 2 Annos e
meio e chamase Jozefa Encarregada
e a todo o tempo q̃ haja meios para
se tirar co se entregará a Pessoa
q̃ Aprezentar a outra metade desta
Car de Jogar. 4 de Dezembro de 1842



Eu F. A. F. Pai Declaro que enjeitei minha filha por não ter meios
para a crear de que peço que lhe ponhão ao Baptismo o nome de
Julia das Mercês Ferreira Nasceu no dia 28 de Agosto de
1870 pela uma hora da tarde levando por signal uma fita
de seda azulina com uma bolsa de vitella mor[illegible] cozida
com retroz azul atada a cintura peço que esse pobre inocente
não seja entregue a todo tempo que alguem a vá reguezitar se
não ao proprio Pai; no caso de falecer não entreguem a crian
ça senão a pessoa que aprezentar os signaes que vão esclare
cidos que vem a ser um bocado de fita azulina que hade acer
tar com a quella que ella levou a cintura com o resto do no
me do Pai da criança e das roupas que leva vestidas deve lhe faltar
um bocado em cada peça de que a pessoa que a for buscar deve
aprezentar os bocados todos para conferir com as roupas da
criança e o bilhete deve combinar com o talão que fica em
poder do pai com os mesmos dizeres, de que a pessoa o deve
aprezentar para conferir N.B. Deu entrada a criança na San
ta caza da Mezericordia de Lisboa na noite de 30 de Agosto
de 1870 ás 9 horas e 3 quartos

Lisboa 30 de Agosto de 1870

Francisco [illegible] Alves F[illegible]



Páginas 78–79.
Sinal n.º 1924 de 1870
Sinal composto por escrito, por fita de seda verde e por uma bolsa de pele de vitela (com texto manuscrito) que continha um bilhete e o retrato do pai da criança.
Código de referência: PT-SCMLSB/SCML/CE/EE/EB/08/172/1870/1924

[Reto do escrito]
Eu F. A. F. Pai Declaro que emjeitei minha filha por não ter meios / para a crear de que peço que lhe ponhaõ ao Bautismo o nome de / Julia das Nescecidades Ferreira Nasceu no dia 28 de Agosto de / 1870 pela uma hora da tarde levando por signal uma fita / azul de seda azulina com uma bolsa de vitella moura cozida / com retros azul atada a cintura pesso que esse pobre inocente / não seija emtregues [sic] a todo tempo que alguem a vá requezitar se/não ao proprio Pai; no caza [sic] de falecer não emtreguem a crian/ça senão a pessoa que aprezentar os signaes que vão esclare/cidos que vem a cer um bocado de fita azulina que ha de acer/tar com aquella que ella levou a centura com o resto do no/me do Pai da criança e das roupas que leva vestidas deve lhe faltar / um bocado em cada peça de que a pessoa que a for buscar deve / aprezentar os bocados todos para comfrir com as ropas da / criança e esté bilhete deve combinar com o talão que fica em / poder do pai com os mesmos dizeres; de que a pessoa o deve / aprezentar para comfrir Note Bem Deu entrada a criança na San/ta caza da Mezericordia de Lisboa na noite de 30 de Agosto / de 1870 ás 9 horas e 3 quartos / Lisboa 30 de Agosto de 1870 /
a)^{r} Francis[co] [d] Assis F[erreira] //

[Verso do escrito]
Número 6 – Dia 30
Livro Bautismos 1870 a folhos 30 Verso Número 1924 //

[Reto do bilhete]
Se Deus destinar que não vejas / o Original de teu Pai repara nes/te retrato que é verdadeiro re/trato [de] teu Pai que foi tirado / [1] tendo 17 annos de ida/de ainda era solteiro Adeus / filha eu te deuto a sua benção / e pesso que me perdoés o eu / te ter emjeitado mas não foi / malvadez mas sim a minha / má sorte Adeus Adeus Filha / aceita um beijo e um abraço / deste teu Pai que fica lastimando / a tua sorte Deus se lembre de ti filha / do coração /
Francisco de Assis Ferreira //

[Bolsinha]
[no lado esquerdo] Julia das /Nescidades / Ferreira.

[no lado direito] F.A.F. / 18 $\frac{30}{8^{o}}$ 70 //

1. Segue-se parte da assinatura recortada.
2. Seguem-se palavras riscadas.

Transcrição paleográfica dos documentos elaborada por Nelson Moreira Amão, técnico superior do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SANTA
CASA
Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

visitação

CADERNO 3

Subsídios para o Estudo da Remodelação do Sistema de Confecção e Distribuição da Sopa dos Pobres - Anexo II, 1959. (n.º 18)

Este relatório não é reproduzido na totalidade.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO

DA

REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE CONFECÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

DAS

SOPAS DOS POBRES

Documentação Fotográfica

Anexo II

1959

FOTO Nº. 1 - Cozinha de Belém - Aspecto exterior

FOTO Nº. 2 - Posto de Distribuição de Belém

Local onde funcionavam os caldeiros
de campanha para a confecção da sopa.

FOTO Nº. 3 - Posto de Distribuição de Belém

Caldeiros de sopa confeccionada na cozinha de Alcântara, prontos para a distribuição

FOTO Nº. 4 - Posto de Distribuição de Belém

Aguardando a distribuição da sopa

FOTO Nº. 5 - Cozinha de Alcântara

A confecção da sopa

FOTO Nº. 6 - Cozinha de Alcântara

Um pormenor da despensa.

FOTO Nº. 7 - Cozinha de Alcântara

Assistidos aguardando a distribuição da sopa.

FOTO Nº. 8 - Cozinha de S.Bento

Confecção das sopas.

FOTO Nº. 9 - Cozinha de S.Bento

Pormenor da Despensa

FOTO Nº. 10 -- Cozinha de S.Bento

Assistidos aguardando a distribuição.

FOTO Nº. 11 - Cozinha de S.Bento

A distribuição da sopa, vendo-se um pormenor do refeitório, apontamento a indicar o que deverá ser feito nos outros Centros de Distribuição...

FOTO Nº. 12 - Cozinha de Campo de Ourique

Assistidos aguardando na rua, a distribuição da sopa.

FOTO Nº. 13 - Cozinha de Campo de Ourique

Confecção da sopa

FOTO Nº. 14 - Cozinha de Campo de Curique

Confecção da sopa, práticamente ao ar livre.

FOTO Nº. 15 - Cozinha de Campo de Ourique

Pormenor da despensa

FOTO Nº. 17 - Cozinha de Benfica

Pormenor da zona de confecção

FOTO NO. 18 - Cozinha de Benfica

Zona de preparação de géneros

FOTO Nº. 19 - Cozinha de Benfica

Pormenor da arrecadação da lenha

FOTO NO. 20 - Cozinha de Benfica

Um aspecto da distribuição da sopa

FOTO NO. 21 - Cozinha de Benfica

Outro aspecto da distribuição da sopa

FOTO Nº. 22 - Cozinha de Campolide

Local da confecção

FOTO Nº. 23 - Cozinha de Campolide

Um pormenor das despensas e da zona de preparação de géneros

FOTO Nº. 24 - Cozinha de Campolide

Aguardando a distribuição da sopa

FOTO Nº. 25 - Cozinha dos Anjos

Zona de confecção das sopas

FOTO NO. 26 - Cozinha dos Anjos

Outro aspecto da confecção das sopas.

FOTO Nº 27 - Cozinha dos Anjos

Pormenor da despensa

FOTO Nº. 29 - Cozinha dos Anjos

Aspecto do refeitório

FOTO Nº. 30 - Cozinha do Lumiar

A confecção das sopas

FOTO Nº. 31 - Cozinha do Lumiar

Um pormenor das arrecadações

FOTO Nº. 32 - Cozinha do Lumiar

Aguardando a distribuição

FOTO NO. 33 - Posto de Distribuição de Marvila

Caldeiros contendo sopa confeccionada nos Anjos, prontos para distribuição

FOTO NO. 34 - Posto de Distribuição de Marvila

Aguardando a distribuição da sopa

FOTO Nº. 35 - Posto de Distribuição dos Olivais

Um pormenor das instalações

FOTO NO. 36 - Posto de Distribuição dos Olivais

Aguardando a distribuição da Sopa

FOTO NO. 45 - Posto de Distribuição de Carnide

Caldeiros com sopa confeccionada na Cozinha dos Anjos, prontos para a distribuição

FOTO Nº. 46 - Posto de Distribuição de Carnide

Aguardando a sopa

FOTO NO. 47 - Cozinha das Mônicas

Aspecto da confecção

FOTO NO. 48 - Cozinha das Mônicas

Aguardando a sopa.

FOTO Nº. 49 - Cozinha da Charneca

Zona de confecção das sopas

FOTO Nº. 50 - Coninha da Charneca

Gabinete da encarregada que também serve de arrecadação de géneros e de pão.

FOTO Nº. 51 - Cozinha da Charneca

Arrecadação de géneros e lenha

FOTO NO. 52 - Cozinha da Charneca

Aguardando a distribuição da sopa

FOTO Nº. 53 - Cozinha da Urmeira

Zona de confecção de sopas

FOTO Nº. 54 - Cozinha da Urmeira

Aguardando a distribuição

FOTO Nº. 55 - Posto de Distribuição da Boavista

Aspecto de distribuição da sopa

FOTO NO. 57 - Posto de Distaibuição da Boavista

Aspecto da Distribuição da sopa

Poço dos Tubos nº. 5 – [illegible]

4) Arrecadação de materiais

SANTA
CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.